



UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS  
CÂMPUS DE ARAGUAÍNA  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO MESTRADO ACADÊMICO EM  
DEMANDAS POPULARES E DINÂMICAS REGIONAIS

**WANIA LIMA FERNANDES**

**RECONSTRUINDO O CONCEITO DE  
VULNERABILIDADE ECONÔMICA A PARTIR DA  
PROBLEMÁTICA DA FINANCEIRIZAÇÃO DA RIQUEZA  
SOCIAL E SEUS IMPACTOS EM ARAGUAÍNA - TO**

Araguaína/TO  
2020

WANIA LIMA FERNANDES

**RECONSTRUINDO O CONCEITO DE VULNERABILIDADE  
ECONÔMICA A PARTIR DA PROBLEMÁTICA DA  
FINANCEIRIZAÇÃO DA RIQUEZA SOCIAL E SEUS  
IMPACTOS EM ARAGUAÍNA - TO**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Demandas Populares e Dinâmicas Regionais. Foi avaliada para obtenção do título de Mestra em 22/01/2021 e aprovada em sua forma final pelo orientador e pela Banca Examinadora.

Orientador: Prof. Dr. Édi Augusto Benini

Araguaína/TO  
2021

[HTTPS://SISTEMAS.UFT.EDU.BR/FICHA/](https://sistemas.uft.edu.br/ficha/)

**Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)**  
**Sistema de Bibliotecas da Universidade Federal do Tocantins**

---

F363r FERNANDES, WANIA LIMA .  
RECONSTRUINDO O CONCEITO DE VULNERABILIDADE  
ECONÔMICA A PARTIR DA PROBLEMÁTICA DA FINANCEIRIZAÇÃO  
DA RIQUEZA SOCIAL E SEUS IMPACTOS EM ARAGUAÍNA - TO. /  
WANIA LIMA FERNANDES. – Araguaína, TO, 2021.  
110 f.  
Dissertação (Mestrado Acadêmico) - Universidade Federal do Tocantins  
– Câmpus Universitário de Araguaína - Curso de Pós-Graduação (Mestrado)  
em Demandas Populares e Dinâmicas Regionais, 2021.  
Orientador: EDI AUGUSTO BENINI  
1. Vulnerabilidade Econômica. 2. Financeirização. 3. Liberdades  
Substantivas. 4. Produção e Trabalho. I. Título

**CDD 711.4**

---

TODOS OS DIREITOS RESERVADOS – A reprodução total ou parcial, de qualquer forma ou por qualquer meio deste documento é autorizado desde que citada a fonte. A violação dos direitos do autor (Lei nº 9.610/98) é crime estabelecido pelo artigo 184 do Código Penal.

**Elaborado pelo sistema de geração automática de ficha catalográfica da UFT com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).**

# FOLHA DE APROVAÇÃO

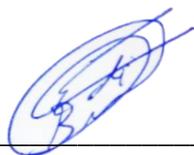
WANIA LIMA FERNANDES

## RECONSTRUINDO O CONCEITO DE VULNERABILIDADE ECONÔMICA A PARTIR DA PROBLEMÁTICA DA FINANCEIRIZAÇÃO DA RIQUEZA SOCIAL E SEUS IMPACTOS EM ARAGUAÍNA - TO

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Demandas Populares e Dinâmicas Regionais. Foi avaliada para obtenção do título de Mestra em 22/01/2021 e aprovada em sua forma final pelo orientador e pela Banca Examinadora.

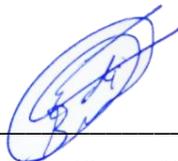
Data de aprovação: 22/01/2021

Banca Examinadora



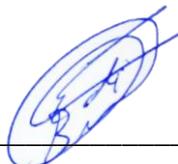
---

Prof. Dr. Miguel Pacífico Filho – UFT



---

Prof. Dr. Caio Chiariello (UFGD)



---

Prof. Dr. Édi Augusto Benini - UFT

Araguaína/TO  
2021

*Dedico este trabalho a todos aqueles que  
acreditam numa sociedade mais justa e  
contribuem para tal da maneira que podem.*

## **AGRADECIMENTOS**

À minha família amada. Sou grata pelo amor, por compreender e tolerar a minha ausência temporária.

Em especial à minha mãezinha, Wilma, mulher de fibra, pela fé em mim e pelos cuidados para comigo sem nunca pedir nada em troca. E ao meu marido amado, Allan. Obrigada por caminhar comigo em momentos tão difíceis.

À minha amiga Eliana Andrade, que foi a peça decisiva para meu ingresso no programa de mestrado. Obrigada.

Aos professores queridos Lilyan Monteiro, Wallace Henrique, Gecilane Ferreira, Miguel Pacífico, Thelma Pontes, João de Deus, Priciane Ribeiro, Caio Chiariello e Maurício Mendes. Sou grata pela paciência e generosidade; tenho muita admiração por todos. Em especial, ao meu orientador, Edi Benini. Muito obrigada pela forma leve e inteligente com que conduziu este trabalho. Você é uma pessoa de luz.

Aos colegas de classe Ana, Eliezilda, Glenda, Heloíza, Nathalia, Paula, Raquel, Wallace e Tom; muito obrigada por tudo, por compartilhar ideias, informações e risadas. Foi uma honra estudar com vocês.

A todos, muito obrigada, de coração.

## RESUMO

A financeirização da riqueza se instalou no seio do mercado mundial nos últimos 40 anos, trazida por formatações e mudanças do capitalismo e viabilizada pela globalização de mercados, produtos e moedas. Esse novo molde de capitalismo financeiro deixa de ter a produção como o centro da acumulação de riqueza e passa a adotar o investimento rentista, que desvia recursos da produção real reduzindo empregos e empurra o setor empresarial para um formato de comércio que prioriza os lucros pela intermediação financeira. Essa configuração afeta não somente os grandes núcleos urbanos, mas também o interior do país e tem se mostrado prejudicial para o desenvolvimento financeiro das famílias de baixa renda, perfil da maior parte da população brasileira, comprometendo sua renda, reduzindo sua capacidade de compra e, por consequência, interferindo negativamente em sua obtenção de renda e patrimônio necessários para uma vida minimamente digna. Esse modelo limita as liberdades de escolha de uma população que se restringe ao básico para sua sobrevivência e de suas famílias, em razão dos baixos salários, que são comprometidos pelo endividamento de um crédito caro autorizado pelo próprio Estado, aliado a uma baixa contribuição de serviços sociais de qualidade, que obriga o cidadão a gastar mais do que deveria. Essas restrições alcançam as pessoas de Araguaína-TO, afetando o modo como vivem, reduzindo suas capacidades de alcançar melhores patamares de qualidade de vida e tornando-as indivíduos vulneráveis economicamente.

**Palavras-chaves:** Financeirização; Vulnerabilidade Econômica; Liberdades Substantivas.

## **ABSTRACT**

The financial of wealth was stalled within in the world Market in the last 40 years, brought by the formations and changes of the capitalism, made possible by the globalization of these markets, products and currencies. This new form of financial capitalism left of having the production as the center of wealth accumulation and pass to adote the rentier investment, that deflects resources from real production reducing jobs and pushhes the business sector to a trade format that prioritize gains throught financial intermediation. This configuration affects not only the big urban centers, but also the inland and it has been shown harmful for the financial development of low income families, a profile of the most part of the brazilian population compromissing their income and reducing their capacity of buying and results, negativity interfering with their income and assest necessary for a minimally dignified life. This model limits the freedom of choice of a population that is restricted to the basic for their survival and their Family, due to low salaries that are compromissed by the indebteness from an expensive credit authorized by the State itself, ally with a low contribution of quality social services, that forces citizens to spend even more than they should. These restrictions reach the people of Araguaína- TO, afetcing their way life, reducing their capacities of reach better level of quality, becoming economic vunerables individuals.

**Keywords:** Financialization; Economic Vulnerability; Substantive Freedoms.

## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1- Simulação de crédito estudantil FIES .....	39
Figura 2- Simulação de empréstimo pessoal PF - Banco Losango .....	40
Figura 3- As maiores economias do mundo em 2018 .....	59
Figura 4- A pirâmide global da riqueza 2018.....	61
Figura 5- Mapa de Araguaína-TO .....	71

## **LISTA DE TABELAS**

Tabela 1- Percentual de ocupação e faixa da média salarial de acordo com a cor da pele .....	79
Tabela 2- Taxa de juros para cartão de crédito rotativo pessoa física.....	88
Tabela 3 - Média de juros paga na parcela de acordo com o bem ou o serviço.....	91

## LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1- Ingresso na profissão atual .....	77
Gráfico 2- Satisfação/permanência na atividade profissional atual .....	78
Gráfico 3- Situação de moradia.....	83

## **LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS**

CDO	Obrigação de Dívida Colateralizada
CNDL	Confederação Nacional de Dirigentes Lojistas
CPF	Cadastro de Pessoa Física
FIES	Fundo de Investimento Estudantil
FMI	Fundo Monetário Internacional
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IOF	Imposto sobre Operações Financeiras
MEC	Ministério da Educação
MF	Ministério da Fazenda
ODS	Objetivos de Desenvolvimento Sustentável
OIT	Organização Internacional do Trabalho
ONU	Organização das Nações Unidas
PIB	Produto Interno Bruto
PNB	Produto Nacional Bruto
SELIC	Sistema Especial de Liquidação e Custódia
SINE	Sistema Nacional de Emprego
SPC	Serviço de Proteção ao Crédito
TO	Tocantins

## LISTA DE SÍMBOLOS

U\$	Moeda em Dólar
R\$	Moeda em Real

## SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	15
	1.1 Estrutura da Dissertação	21
2	Percurso Metodológico	22
3	Contexto estrutural: a financeirização da riqueza social	25
	3.1. O que é financeirização?	32
	3.2. O formato capitalista	42
	3.3. O investimento improdutivo	47
4	Os desafios do desenvolvimento: do global ao local	52
	4.1 Status Global	59
	4.2 Situação econômica brasileira	61
	4.3 Críticas ao Estado mínimo	67
5	Lócus da pesquisa: Araguaína–TO	70
6	Dados colhidos, Resultados e Discussão	75
7	Conclusão: dimensões da vulnerabilidade econômica	92
8	Considerações Finais	94
	REFERÊNCIAS	96
	APÊNDICE 1	103
	APÊNDICE 2	109

## 1 INTRODUÇÃO

Partindo-se do que é observado, um padrão econômico sistêmico, globalizado e influenciado pelo fenômeno da financeirização da riqueza, que traz uma nova forma de acúmulo de capital via mercado financeiro (CHESNAIS, 1996) e que reflete na cadeia de relações socioeconômicas, obtém-se um cenário instigante para a presente pesquisa. Esta objetivou revisar ou mesmo redefinir o conceito e o sentido de vulnerabilidade econômica, dentro de uma configuração social e produtiva pautada pela maximização dos valores das ações de ativos financeiros em detrimento do processo produtivo em si.

Desse novo aspecto do capitalismo, em que a esfera produtiva é subordinada à lógica financeira, são obtidos como resultados mais evidentes a manutenção e o avanço do desemprego e da desigualdade social, que expõem a sociedade à situação de vulnerabilidade (DOWBOR, 2017).

Diante desse cenário, a questão da vulnerabilidade econômica, que tradicionalmente tem sido entendida como uma questão do indivíduo, notadamente a ausência de renda em decorrência de sua inserção precária ou de sua não inserção no mercado de trabalho, **PRECISA SER REVISTA OU RECONSTRUÍDA**. Para tanto, tomamos como ponto de partida o modo como tal vulnerabilidade, relacionada ao desemprego, à insuficiência de renda e à desigualdade social, se configura e tem impactado a vida das pessoas; de maneira mais específica, das que vivem em Araguaína-TO. Observaremos qual a percepção desses indivíduos sobre sua própria condição socioeconômica, a saber, se entendem esse cenário como situação de vulnerabilidade, se conseguem identificar as causas de sua vulnerabilidade e o que mais temem dentro dessa configuração. A intenção é fazer um diagnóstico de sua percepção geral. Aspecto importante desse caminho de reconstrução do conceito, foi elucidar a maneira como esse modelo afeta a vidas dessas pessoas e quais liberdades básicas e garantias individuais estão sendo retiradas deles. Desse modo, é necessário um novo conceito de vulnerabilidade econômica a partir da problemática da financeirização da riqueza, levando em conta a percepção dos indivíduos envolvidos.

Olhamos de perto os impactos de um cenário econômico e político que busca prioritariamente o lucro e se esquece das necessidades, liberdades e garantias da população. O intuito foi, além de reconstruir um conceito, colaborar, por meio do conhecimento científico, para um desenvolvimento abrangente, multidisciplinar, que compreenda os vários fatores da vida social, visando, assim, a gerar um ambiente propício à vida digna para a sociedade em sua totalidade, e não somente a uma fina camada privilegiada da sociedade. Assim, o objetivo

deste estudo consistiu em decifrar esse fenômeno social, por meio da verificação dos impactos locais gerados pelo fenômeno macro da financeirização da riqueza, para realizar ou atualizar o constructo social de vulnerabilidade econômica, desvendando uma relação dialética de causa e efeito. É claro que, neste trabalho, devido ao seu formato, objeto e natureza, o fator econômico foi o seu eixo central. No entanto, outros fatores que compõem, permeiam e transformam o homem em ser social, portador de cidadania e dignidade, também foram considerados.

Nesse horizonte investigativo, foram apresentados e discutidos os conceitos de financeirização e capitalismo. Este último compreende o modo de produção que se configura como uma forma de economia de mercado e que tem função imanente para a compreensão da construção do conceito de vulnerabilidade econômica, a qual, segundo Marx (2001), possui dinâmica necessariamente propensa a crises. Apesar de ser necessário revisar alguns aspectos do capitalismo, dada a inerente dinâmica e as mutações do real, o intuito deste trabalho não está centrado nesse sistema econômico em si. O olhar central recai sobre os impactos de uma de suas vertentes, a financeirização da riqueza. Os termos capital, capital fictício (dinheiro que gera dinheiro sem passar pela produção), sistema financeiro e regime de acumulação também são explicitados aqui. Estudamos os impactos locais causados pela financeirização na busca de identificar o nexo causal entre financeirização e seus efeitos colaterais com a sua afetação na vida prática. Nesse sentido, abordamos os conceitos já existentes para compreender a financeirização da riqueza, assim como os conceitos de vulnerabilidade econômica já existentes. A partir de então, foi possível reconstruir o conceito de vulnerabilidade econômica.

Assim, teóricos que trazem as principais questões sobre o tema em tela, como Amartya Sen, François Chesnais e Ladislau Dowbor, são articulados dentro de uma pesquisa teórica que busca evidenciar as conexões entre o macrocosmo do sistema econômico dominante com o microcosmo das condições de vida das pessoas, em uma análise qualiquantitativa, por meio de entrevistas e questionário semiestruturados. Utilizando os métodos de abordagem dedutivo (do macro para o micro) e indutivo (do micro para o macro), revisitamos o conceito de vulnerabilidade econômica, a partir da problemática da financeirização da riqueza social. Com isso, conhecemos os aspectos das conexões entre a totalidade de uma formação social e suas manifestações particulares ou consequências singulares.

Nesse contexto, o objetivo geral foi analisar os impactos da financeirização da riqueza na vida econômica de trabalhadores do comércio de Araguaína—TO, para verificar a

existência de uma vulnerabilidade econômica estrutural ocasionada pela financeirização, assim como (e em que grau) essa vulnerabilidade se manifesta. Quando citamos vulnerabilidade econômica estrutural, chamamos a atenção para o qualificador “estrutural”, que remete à disposição, organização das partes que levam à constituição de um todo. Desse modo, verificamos se há, proveniente de uma rotina econômica preestabelecida pelas políticas econômicas vigentes e conseqüentemente padronizadas pela população em seus costumes cotidianos, hipossuficiência de renda para combater financeiramente os riscos inerentes à vida em sociedade.

Mas como avaliar esses impactos? Utilizamos dados secundários que mapeiam formalmente o cenário econômico local, além de entrevistas com indivíduos que supostamente são afetados, para analisar sua situação e a maneira como percebem e lidam com esses problemas. Uma questão que será mais bem elucidada no percurso metodológico da presente pesquisa.

Por sua vez, os objetivos específicos foram: comparar dados globais com a configuração local; verificar o percentual de endividamento desses indivíduos causado pela financeirização; compreender sua percepção de vulnerabilidade econômica; identificar e examinar os impactos dessa configuração na vida financeira desses indivíduos; apontar as principais dificuldades encontradas por eles; e, por fim, reconstruir o conceito de vulnerabilidade econômica. Para tal, foram elaborados um questionário semiestruturado e um roteiro para entrevista, tendo-se como colaboradores, trabalhadores do comércio de Araguaína—TO.

Entendemos como hipótese de pesquisa, que uma sociedade introduzida a condições econômicas precárias, oriundas de um sistema financeiro que prioriza o enriquecimento das grandes instituições financeiras em detrimento dos investimentos produtivos, será afetada negativamente pelas conseqüências desse modelo de organização econômica, tais como baixa oferta de emprego, má distribuição de renda, endividamento crônico ou desmedido da população em decorrência das altas taxas de juros praticadas por essas instituições e da elevação de preços dos produtos, pelo fato de as empresas trabalharem de acordo com os custos dessa financeirização. Dessa forma, a vulnerabilidade não estaria necessariamente na obtenção ou não de renda, mas nas condições gerais de produção e reprodução social.

O ponto de partida lógico ou esperado em uma situação racional (ou seja, que os fluxos econômicos devem priorizar o bem-estar das pessoas) diz respeito à configuração de um mercado de ações auxiliar à produção de bens e serviços, intermediando poupança com

investimento. Logo, opera-se para que os recursos circulem a favor da produção, evitando que a riqueza social fique estacionada em uma lógica de entesouramento. Porém, a observação crítica vem demonstrando outra realidade, na qual gradativamente esse circuito se concentra no outro lado da relação, que é justamente a financeirização da riqueza. Ou seja, o fluxo que deveria levar o dinheiro investido no financeiro para o investimento produtivo é anulado e revertido para um fluxo cada vez maior de dinheiro que sai do investimento produtivo e social e da renda das famílias para o circuito da valorização financeira. Esse padrão comportamental vem sendo profundamente apoiado e institucionalizado pelo Estado, o que fragiliza ainda mais a condição do cidadão, que perde as estruturas de proteção social estatal e se depara com um mercado de trabalho cada vez mais restrito.

Por outro lado, o conceito atual de vulnerabilidade econômica tem se limitado a aspectos mais fenomênicos da questão, cristalizando-se em questões como disponibilidade de renda e poder de compra do indivíduo ou da família, não avançando no que diz respeito ao questionamento das relações de produção, notadamente na estrutura (e seus determinantes) dos fluxos de investimentos. Esses fluxos determinam, entre outras coisas, o peso relativo que as condições de vida de uma sociedade (serviços sociais, geração de emprego, proteção ambiental) adquirem diante da circularidade do lucro pelo lucro ou da acumulação patrimonial-financeira de riqueza.

De acordo com Yunes e Szymanski (2001), esse conceito de vulnerabilidade surge em 1930 para referir-se à suscetibilidade de degradação do funcionamento de algo perante estresse. Logo, o termo é associado a riscos, e, de acordo com Bernstein (1997), tem ligação também com a probabilidade de previsão desses riscos, sendo possível mitigá-los.

A partir disso, Glewwe e Hall (1998) contribuíram para a elucidação do termo vulnerabilidade, no entanto restringindo-se ao fator econômico na esfera da circulação. Em um avanço conceitual, criou-se o termo vulnerabilidade social, que trouxe a ideia de predisposição a riscos das mais diversas naturezas. Portanto, verificar somente o fator faixa de renda, ou a ausência dela, se torna um meio ineficaz para atribuir significação a essa categoria de vulnerabilidade, a econômica. Algumas abordagens anteriores apontam como vulnerabilidade econômica apenas o estado de pobreza do indivíduo, fazendo uma análise incompleta sobre os riscos sociais que ela pode trazer. Embora o dinheiro seja crucial para o alcance dos bens e serviços que possibilitam a vida em uma sociedade monetizada, o conceito de vulnerabilidade econômica não pode ser reduzido à insuficiência de renda, devido à complexidade da vida em sociedade associada aos ciclos econômicos e aos seus resultados produtivos.

Desse modo, associamos esta pesquisa ao desenvolvimento regional assim como ao planejamento urbano, que seriam o conjunto de ações conscientes e socialmente pactuadas na construção social do espaço, quando buscamos elucidar de forma multidimensional e agregada socialmente o conceito de vulnerabilidade econômica. Visamos a uma organização social, urbana ou rural, em que o aceitável é prover uma estrutura coletiva (disponibilidade de moradia, transporte, trabalho e proteção social) favorável a uma vida de qualidade a todas as classes. Lefebvre (2011) fala sobre o direito dos indivíduos à cidade e ao bem-estar social com o intuito de trazer a qualidade de vida ao espaço urbano e tudo o que ele oferece, como serviços e bens, entre outros. Uma população privada desses direitos e garantias não exerce efetivamente seu direito à cidade, nem exerce efetivamente sua cidadania. De acordo com Sen (2010), as liberdades substantivas são entranhadas; quando oportunizadas, umas vão dando abertura para outras.

Para Kowarick (2003), os mecanismos de vulnerabilidade, no que tange ao fator econômico, estão associados aos fatores de vulnerabilidade social e civil, que produzem juntos, a descidadanização, gerando o termo vulnerabilidade socioeconômica e civil. Essas falhas da estrutura social ocasionam uma “fratura urbana” e dão forma à “sociedade incivil”, porque carente dos requisitos e direitos necessários à vida em sociedade, que o Estado não consegue lhe assegurar (DONZELOT e JAILLET, 1999, p. 97).

Logo, observa-se aqui a necessidade de revisitar tal conceito e o atualizar, com uma adequada chave interpretativa diante da realidade financeirizada, considerando a esfera econômica como elemento motriz da reprodução social em sua totalidade. Isto é, a esfera econômica não apenas está ligada ao fator distribuição de renda, como também estrutura as relações sociais de propriedade, produção e trabalho. Se conectada à questão ambiental, evidencia ainda as próprias condições de vida ou de existência dos seres humanos.

A pesquisa empírica forneceu dados que indicam uma afetação negativa, resultado do mercado financeirizado, conforme poderá ser conferido ao longo deste trabalho. Esses apontamentos colaboraram para a reconstrução do conceito de vulnerabilidade econômica a partir desse contexto.

O problema de pesquisa deste trabalho se resume em buscar saber como a financeirização impacta a vida das pessoas na dinâmica regional de Araguaína. Portanto: qual o impacto da financeirização da riqueza na vida das pessoas de Araguaína- TO? Esse modelo de organização econômica contribui para a limitação econômica e de liberdades, assim como para a sua vulnerabilidade econômica? O que é vulnerabilidade econômica a partir da financeirização? É extremamente importante entendermos como o mercado financeirizado

limita as liberdades substantivas dessa pequena fração da população brasileira, que são os trabalhadores do comércio araguainense, empregados formalmente, ou não, escolhidos como parte amostral para esta pesquisa.

O tema é complexo, mas é necessário discuti-lo para identificar e reconstruir a significação de vulnerabilidade econômica, visto que agora será observada a partir dos efeitos da financeirização. Trata-se de um estudo relevante, pois observa mais uma etapa na história da economia mundial e local, das sociedades capitalistas, procurando entender como chegamos até aqui e como adquirimos essas características econômicas e sociais. Mas o ponto principal consiste em dar lugar e colocar, sob os holofotes, problemas sociais e estruturais de cunho econômico que precisam ser sanados para oportunizar vazão à vida digna e ao desenvolvimento sustentável, mostrando que o processo de investimento produtivo com taxas justas, quando acessível a todos, pode garantir, tanto para quem oferta quanto para quem usa o crédito, oportunidade de lucro, emprego e crescimento econômico, retirando limitações causadas pela pobreza, que torna o indivíduo ainda mais vulnerável frente aos riscos e às necessidades gerados pela vida.

A delimitação do escopo da pesquisa, ou seja, os limites deste trabalho, diz respeito a compreender e reconceituar a vulnerabilidade econômica a partir dos impactos locais da financeirização. Utilizando dados secundários e entrevistando apenas trabalhadores do comércio local, buscamos entender a satisfação dessas pessoas em relação ao que sua rotina financeira lhes permite fazer, que tipo de vida isso lhes permite ter, que liberdades são negadas na prática em razão da pobreza. Dados que trazem um indicativo do que a restrição financeira pode causar. E, por fim, identificar se há vulnerabilidade econômica em decorrência do mercado financeirizado, a fim de reconstruir o conceito explicitando melhor a sua dinâmica e significado.

No entanto, é importante destacar o que não será feito. Queríamos analisar esses fluxos econômicos nos mais variados grupos da sociedade e categorias profissionais, como empresários, aposentados e autônomos, para termos uma melhor dimensão dessa vulnerabilidade, o que não foi possível, pois tornaria o trabalho por demais extenso e talvez inviável. Gostaríamos também de dispensar maior ênfase à economia enquanto ciência, para compreendermos melhor numericamente como funciona o mercado financeiro e acionário, mas isso também se tornou inviável, por trazer outras questões que não são o foco nem a linha de pesquisa deste trabalho, além de demandar profundo conhecimento técnico. Estamos também condicionados a dados secundários, algumas de fontes oficiais do governo, que trazem indicativos dos quais não podemos precisar sua exatidão.

A justificativa deste trabalho, reside na sua contribuição social de compreender uma das muitas vulnerabilidades que afetam o cidadão. Entender o que dissemina essa vulnerabilidade pode auxiliar a sociedade a buscar um formato econômico mais saudável ou adequado, podendo despertar inclusive o interesse dos investidores por investimentos mais sustentáveis. Embora o termo vulnerabilidade econômica pareça algo que já foi bastante discutido, a crítica sobre as influências do mercado financeirizado, com seu descontrole social e sua afetação social, ainda precisa ser mais bem praticada. Ou seja, este trabalho se difere dos demais por entender que existe distinção entre vulnerabilidade econômica e vulnerabilidade social, sendo espécie e gênero, respectivamente. Além disso, o termo e situação devem ser revistos e estudados, para compreendermos suas possíveis causas e soluções.

### **1.1 Estrutura da dissertação**

Este trabalho foi organizado em 8 capítulos. O capítulo 1, a Introdução, apresenta o tema proposto, a hipótese de pesquisa, os objetivos, geral e específicos, o problema de pesquisa, a delimitação do escopo e a justificativa da pesquisa, assim como os principais autores aos quais recorreremos para a fundamentação teórica.

O capítulo 2, Percurso metodológico, apresenta a metodologia, materiais e métodos para realização deste trabalho, bem como a articulação do referencial teórico com a pesquisa de campo.

O capítulo 3, Contexto estrutural: a financeirização da riqueza social, e capítulo 4, Status Global, trazem a fundamentação teórica, além de dados que demonstram a situação econômica no Brasil e no mundo, complementando a teoria da pesquisa com fatos correspondentes.

O capítulo 5, *Locus* da Pesquisa: Araguaína–TO, mostra o local da pesquisa, assim como seu perfil socioeconômico.

O Capítulo 6, Dados colhidos, resultados e discussão, traz os dados obtidos por meio das entrevistas, sua análise e discussão.

O capítulo 7, Conclusão: dimensões da vulnerabilidade econômica, aponta as conclusões da pesquisa, identificando as principais contribuições deste trabalho e sua relevância técnico-científica.

O capítulo 8, Considerações Finais, traz alguns apontamentos da pesquisadora, em suas considerações finais.

## 2 Percorso metodológico

Neste trabalho utilizamos, como já dito, os métodos dedutivo e indutivo na abordagem de investigação. Para Carvalho (2015), o método dedutivo transforma o contexto universal em particular. Já o método indutivo projeta as constatações dos fenômenos particulares para planos mais abrangentes, caminhando rumo às leis e às teorias. Assim, por meio do método de abordagem da investigação dedutiva, foi possível comparar o cenário econômico global, já estudado por Dowbor e Chesnais, com o que acontece em Araguaína-TO, mais particularmente na vida econômica de trabalhadores do comércio da cidade. O intuito foi verificar o conteúdo da premissa maior, a saber: a financeirização da riqueza social causa a drenagem das riquezas dos estratos sociais mais baixos e retira os recursos do capital produtivo, gerando desemprego e estrangulamento da renda familiar pela prática de altas taxas de juros, bem como verificar outras nuances ou desdobramentos dessa condição.

Por sua vez, o método indutivo permitiu fazer o caminho inverso, buscando revelar possíveis tendências e discutir como tais fenômenos apurados localmente estão se generalizando. Para isso, foi realizada uma operação lógica, que partiu da análise dos dados colhidos, observando os fenômenos socioeconômicos desse grupo tentando descobrir a relação entre eles e as fontes de sua manifestação, além do uso de dados oficiais que mapeiam o cenário socioeconômico atual, com vistas a ampliar o conhecimento sobre vulnerabilidade econômica e acerca do modo como ela opera na vida dessas pessoas. No intuito de analisarmos a configuração social vigente, causada pela financeirização da riqueza social, relacionamos todas as variáveis incluídas nesse contexto, tais como a financeirização como novo modelo de acumulação de capital, estrangulamento de mercado, baixo investimento produtivo, baixo investimento em políticas públicas, má alocação dos recursos públicos e os impactos desses fatores na vida das famílias brasileiras. Dessa forma, será possível reconstruir o conceito de vulnerabilidade econômica.

Importante destacar que, como se trata de um trabalho que analisa fluxos e fenômenos sociais complexos, como o mercado e a vida financeira dos participantes, afetada pela configuração econômica que se instala em seu meio social, foi necessário utilizar o método dialético, para estudar, analisar e compreender todos os aspectos desses fenômenos e, em especial, a sua dinâmica ou o seu movimento, observados nas relações, contradições e conexões da questão em tela, admitindo-se que o próprio cenário em que se instala está em constante mudança.

Conforme Gil (2008, p. 14),

[...] a dialética fornece as bases para uma interpretação dinâmica e totalizante da realidade, uma vez que estabelece que os fatos sociais não podem ser entendidos quando considerados isoladamente, abstraídos de suas influências políticas, econômicas, culturais etc.

Fizemos uma abordagem quali-quantitativa, por meio do procedimento técnico de levantamento de dados, propondo a interrogação direta dos participantes na coleta de dados e entrevistas, para mapear e explicar essa configuração social. Também procedemos tecnicamente por meio das pesquisas documental e bibliográfica.

O ambiente desta pesquisa, o mercado financeiro e os indivíduos inseridos nele, assim como suas experiências financeiras, são fontes para coleta de dados passíveis de interpretação e atribuição de significados, justificando assim a abordagem qualitativa. A quantitativa se fez necessária para traduzir em conhecimento os dados estatísticos pertinentes a esta pesquisa, tais como indicadores socioeconômicos fornecidos por fontes oficiais, como o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e o Sistema Nacional de Emprego (SINE), entre outros.

De acordo com Minayo (1994), essas duas abordagens, qualitativa e quantitativa, se diferem enfaticamente quanto à análise. A primeira fez uma análise temática levando em conta a subjetividade dos dados, enquanto a segunda aborda os dados colhidos estatisticamente.

Importante destacar que nosso objeto de pesquisa se funde ao meio em que se instala. Observar os impactos do mercado financeiro da vida das pessoas exige também uma abordagem crítico-dialética, que compreende os fenômenos em transformação contínua, determinados pela história e pelo meio, em determinação conjunta e interativa entre sujeito e objeto (FERRARI, 2008). Ou seja, as experiências dos indivíduos acontecem sempre inseridas em um contexto histórico, “de maneira a fazer um diagnóstico do tempo presente” (CARNAÚBA, 2010, p. 202).

Esta pesquisa tem caráter explicativo, pois, analisados os fatos, buscamos interpretá-los identificando suas causas e investindo na reflexão a partir do objeto estudado (MARCONI e LAKATOS, 2009). A metodologia utilizada para a coleta de dados teve como instrumento questionário socioeconômico (apêndice 1) e entrevista roteirizada (apêndice 2), para obtenção do maior número de informações que pudessem explicitar as condições geradas pelo mercado financeirizado em Araguaína–TO.

As entrevistas foram realizadas a distância, por meio de ligação telefônica com horário marcado, para evitar qualquer tipo de interferência ou imprevisto, como comprometimento do áudio ou desvio de atenção por parte do entrevistado, além de oportunizar ao participante maior liberdade de fala. As entrevistas foram gravadas por aplicativo do aparelho celular da

pesquisadora. Os questionários, para traçar o perfil socioeconômico, foram enviados via e-mail aos participantes, que terão suas identidades preservadas.

A pesquisa documental como complemento para obtenção de dados se fez necessária para mapear e compreender a atual situação socioeconômica de Araguaína/TO. Dados oficiais tais como PIB, indicadores de emprego x desemprego, índices de endividamento da população, entre outros, ajudaram a conhecer a realidade investigada, esclarecendo alguns questionamentos. De acordo com Marconi e Lakatos (2003, p. 174), “a característica da pesquisa documental é que a fonte de coleta de dados está restrita a documentos, escritos ou não, constituindo o que se denomina de fontes primárias. Estas podem ser feitas no momento em que o fato ou fenômeno ocorre, ou depois”.

Para estabelecermos os critérios de seleção dos participantes da pesquisa, foi necessário verificarmos alguns dados: até 2016, segundo o IBGE (2018), o número de pessoas em atividade laboral em Araguaína era de 31.554. Desse grupo, 27.769 tinham carteira assinada, com salário médio mensal de 2,1 salários mínimos. De acordo com dados do IBGE (2020), o número de indivíduos admitidos no comércio no Estado do Tocantins, é de 48.654, perdendo apenas para as contratações no segmento de serviços. No entanto, como a categoria “serviços” engloba uma vasta lista de outras subcategorias, como instituições de crédito, ensino, serviços médicos, administração de imóveis, entre outros, entendemos que a classe de comerciários é a mais numerosa em uma escala proporcional. Desse modo, a opção por trabalhadores do comércio de Araguaína deve-se ao fato de essa categoria dispor de grande representatividade na cidade, no que diz respeito ao quantitativo, fazendo com que a amostra seja ainda mais confiável.

Participaram desta pesquisa empregados do comércio araguainense, das categorias estipuladas pelo Sindicato dos Empregados no Comércio no Estado do Tocantins (SECETO), que são o comércio: de bens, serviços e turismo do Tocantins; varejista; varejista de produtos farmacêuticos; varejista de máquinas, equipamentos, peças e acessórios de uso agropecuário; atacadista de bebidas e produtos alimentícios; de gêneros alimentícios; varejista de material eletrônico e elétrico; varejista de veículos, peças e acessórios; varejista de móveis e artigos de colchoaria e decoração.

Contribuíram para esta pesquisa os indivíduos com idade igual ou superior a 18 anos, capazes civilmente, por já estarem aptos a participar dos fluxos de consumo e trabalho. Esse é um grupo suscetível de sofrer as afetações da financeirização, seja com a insegurança das relações de trabalho, seja com o endividamento pela aquisição de crédito com altas taxas de

juros (ou mesmo a impossibilidade de acesso a quaisquer tipos de empréstimos), entre outros que pretendíamos identificar com este estudo.

Adotamos como critérios de exclusão comprometimento da saúde mental, por quaisquer motivos, e idade inferior a 18 anos, em quaisquer condições.

### **3 Contexto estrutural: a financeirização da riqueza social**

Ao tratarmos da configuração social que deriva das condições geradas pelo mercado financeiro, na busca de decifrar o cenário que se forma olhando seus impactos na vida de pessoas das várias faixas e estratos sociais, identificamos um processo complexo e multidimensional, que envolve questões e dados sociais, noções de economia, sociologia, filosofia e antropologia.

[...] o homem civilizado é um objeto de investigação igualmente interessante, e ao mesmo tempo sua vida é mais aberta à observação e ao estudo. A vida e a cultura urbanas são mais variadas, sutis e complicadas, mas os motivos fundamentais são os mesmos nos dois casos (VELHO, 1987, p. 28).

Para entender como as condições impostas pelo *modus operandi* das instituições financeiras, que tornam a sociedade vulnerável economicamente, é necessário, em um primeiro momento, olhar o todo, para decifrar a tão citada globalização.

De acordo com Dowbor (2017), a globalização é um fator que está intimamente ligado à financeirização da riqueza socialmente produzida. O porte das empresas mudou. De acordo com a revista americana Fortune (2020), no topo da lista das empresas que mais faturaram em 2019 está a multinacional de lojas de departamento Walmart, também americana, com receita superior a US\$ 500 bilhões. Esse gigante está distribuído no globo em mais de 20 países. Assim, observamos também que o formato da economia e o perfil das grandes empresas mudaram, assim como o próprio capitalismo. Agora a economia é global e transcende os limites geográficos. Ianni (1995, p. 17-18) descreve um cenário econômico capitalista globalizado da seguinte forma:

[...] toda economia nacional, seja qual for, torna-se província da economia global. O modo capitalista de produção entra em uma época propriamente global, e não apenas internacional ou multinacional. Assim, o mercado, as forças produtivas, a nova divisão internacional do trabalho, a reprodução ampliada do capital, desenvolvem-se em escala mundial.

No entanto, a gestão política dos Estados-Nação ainda continua amarrada ao seu espaço territorial, o que implica uma limitação do seu poder de atuação e de controle sobre o grande movimento dos fluxos financeiros mundiais.

A tecnologia teleinformática ou telemática trouxe inúmeros benefícios aos avanços organizacionais e financeiros das grandes corporações. Segundo Chesnais (1996), com a convergência da telecomunicação por satélite ou a cabo, com a microeletrônica e a internet, essas empresas puderam expandir e controlar seus ativos pelo mundo inteiro e praticamente em tempo real. Esse fator transformou a maneira como o mercado mundial negocia seus produtos. O cliente que estava em outro continente agora também é um cliente em potencial. O mundo passou a ser cliente do mundo. Uma ponte virtual foi criada, possibilitando o acesso ao consumo para todas as pessoas. Basta que tenham um laptop ou celular em mãos. Não só o consumo, mas também a maneira como as empresas se organizam mudou. Desse modo, alguns custos com armazenamento, mão de obra, entrega e até capital de giro foram reduzidos ou flexibilizados.

Por conseguinte, o controle territorial dos Estados nacionais perdeu parte de sua efetividade. De acordo com Dowbor (2017), a própria moeda, que era material, hoje é imaterial, magnética, ultrapassando fronteiras de seus países e gerando um desajuste entre os espaços econômico e político.

Tem-se, então, de acordo com Dowbor (2017), a noção de um ambiente inseguro ou nebuloso para aqueles que se utilizam dos serviços das grandes organizações financeiras.

Nesse processo globalizado, ocorre a financeirização nos fluxos de alocação e distribuição da riqueza social, que de acordo com o glossário de Varoufakis (2016, p. 7), se configura como:

Processo de aumento do protagonismo do sistema financeiro, o que consiste basicamente no aumento do poder e da importância de bancos e instituições afins na gestão e geração de riqueza nas economias capitalistas. A partir daí a renda (em sentido estrito, isto é, o ganho sobre a escassez, a priori de dinheiro, mas também de imóveis, títulos etc.) passa a preponderar sobre a forma de riqueza produzida a partir da exploração do trabalho e da produção (isto é, o lucro).

Assim, o capitalismo passa a ser dominado pelos intermediários financeiros, em detrimento do processo produtivo, que passa para uma posição subalterna, conforme Dowbor (2017, p. 22): “A partir dos anos 1980 o capitalismo entra na fase de dominação dos intermediários financeiros sobre os processos produtivos – o rabo passa a abanar o cachorro (*the tail wags the dog*) [...] e isto passa a aprofundar a desigualdade”. Desse modo, é importante verificar como a atuação das empresas financeirizadas e sua lógica financeira afetam diretamente o desenvolvimento do país.

De acordo com Fraga e Carneiro (2016), há um endividamento excessivo nas maiores companhias brasileiras de capital aberto, fato que causa um entrave no desenvolvimento, por desviar recursos da produção e geração de emprego. Segundo dados do IBGE (2020b), até março de 2020, 12,9 milhões de pessoas no Brasil estavam desempregadas.

No outro extremo, temos o exemplo dos grandes bancos, que parecem não enfrentar as mesmas crises. O Itaú registrou ganhos de 6,710 bilhões no 1º trimestre de 2019, havendo um aumento de 6,8% em relação ao mesmo período do ano anterior. No entanto, de acordo com o próprio banco, haverá redução no número de agências no país, quase 10% de seus pontos físicos. Observa-se que essas organizações acompanham o ritmo global de automatização de seus processos focando na agilidade e corte de gastos, tornando-se cada vez mais competitivas, para alcançar maiores resultados ano após ano. Em entrevista à revista Exame (2019), o banco anunciou a previsão de fechamento de 400 agências até o fim de 2019. Isso representa desemprego em massa.

Tão importante quanto olhar para as empresas é olhar para a vida financeira do trabalhador afetado pela financeirização. Questões como a má distribuição de renda, o estrangulamento da renda familiar e o comprometimento da renda de longo prazo serão verificadas. De acordo com o SPCBrasil (2019), 62,7 milhões de pessoas estavam com o CPF restrito em maio de 2019. Isso mostra um endividamento de quase 40% da população adulta brasileira. É notório que a má distribuição de renda é um dos fatores que dificultam o desenvolvimento econômico, ocorrendo principalmente em países subdesenvolvidos, do que resulta um crescimento do acúmulo de capital superior à renda per capita (BRESSER-PEREIRA, 2006).

Contudo, não se trata somente de uma questão de má distribuição de renda, mas também da má alocação dos recursos, que trava o crescimento econômico ou mesmo distorce ou impede um perfil de desenvolvimento voltado para o bem-estar social. De acordo com pesquisa realizada pelo CNDL/SPC Brasil (2019), 34% dos pequenos empresários e microempreendedores encontram dificuldade em contratar crédito para fomentar seu negócio, o que os obriga a financiar seu empreendimento com recurso próprio. Apenas 37% desse grupo têm a intenção de investir no negócio; 39% não pretendem fazer nenhum investimento e 49% afirmam que a taxa de juros oferecida pelas instituições financeiras é muito alta. Logo, observa-se o desinteresse dessas instituições no investimento produtivo. Como cita Dowbor (2017), riquezas são mal aproveitadas, pois não direcionadas para investimentos reais, o que causa o bloqueio do desenvolvimento em todos os aspectos.

Assim, questionamos neste trabalho: como uma população se torna vulnerável economicamente quando introduzida em um cenário de restrições e de estrangulamento do desenvolvimento? Quais as consequências disso no dia a dia das pessoas?

Diante desse contexto estrutural, indagamos: quais os impactos da financeirização da riqueza na sociedade Araguainense? Queremos entender como o mercado financeirizado torna as pessoas economicamente vulneráveis, quando deveria estar subsidiando o processo produtivo do país e cumprindo sua função social.

Em um primeiro momento é necessário também fazermos uma breve análise sobre a importância e a função do sistema financeiro para chegarmos a uma conclusão mais assertiva, ponderando os prós e contras. Por outro lado, se não houvesse o sistema financeiro, como seria a vida das pessoas? Certamente é um questionamento importante a se fazer e levar em consideração neste trabalho.

A atuação principal e a influência no mercado por parte das instituições financeiras são a arrecadação de recursos e a concessão de crédito, respectivamente. O crédito multiplica a capacidade de gasto/consumo de maneira antecipada, o que permite um incremento nas dinâmicas de mercado, tornando possível um novo fluxo, que não existiria sem essa impulsão. Assim, as empresas conseguem vender mais, e logo é gerada uma demanda de produção maior, com vários desdobramentos positivos na economia. Podemos entender nessa cadeia de eventos que empregos são gerados por consequência disso, aumentando o número de pessoas que podem e precisam consumir, mantendo o ciclo do mercado de consumo. A intenção deste estudo não é desmerecer o mercado financeiro, mas situá-lo devidamente em face das necessidades de um desenvolvimento socioeconômico que promova o bem-estar social. E para isso é necessário levantar críticas pelo fato desse mercado estar na posição mais favorável da equação e por praticar a obsessão pela liquidez, ou “fetichismo da liquidez”, como cita Chesnais (1996), em investimentos improdutivos e caros, tornando o mercado cada vez mais refém e frágil.

Vale destacar que no início de 2020 o novo coronavírus passou a afetar todos os continentes, configurando-se em pandemia, levando à paralisação ou mesmo ao recuo a atividade econômica global. Isso demonstra como o mercado é frágil e dependente da regulação política e pública por parte dos Estados nacionais. Desse modo, é importante refletir sobre como o comportamento dessas instituições pode impactar o mercado de forma negativa, visto que as pessoas comuns, que alimentam o mercado e produzem a riqueza, são a parte mais frágil.

Sim, o crédito multiplica a capacidade de gasto, mas também gera um novo custo (os juros ou o preço do dinheiro antecipado). Assim sendo, é necessário verificar qual o custo que isso gera para o consumidor e como isso pode comprometer o potencial de renda e poder de compra dos indivíduos para suprir as demais necessidades cotidianas, como alimentação, lazer, entre outros. Uma taxa de juros, ainda que naturalizada como item intrínseco às transações financeiras, tem uma variabilidade de valor que não pode ser vista apenas como uma questão quantitativa ou ocasional. Deve ser compreendida também como uma determinação qualitativa e estrutural, ou seja, determina a real função dos mecanismos de intermediação financeira. Importante esclarecer esse ponto, pois uma taxa de juros justa é necessária para cobrir custos de transação e ser atrativa do ponto de vista da rentabilidade das empresas financeiras, mas uma taxa de juros exorbitante funciona como um mecanismo de espoliação sobre o trabalho e sobre a produção.

Esses fenômenos e fatos sociais giram em torno do dinheiro e da necessidade de seu acúmulo por parte do mercado. A relação do homem com o dinheiro guarda demasiada importância de longa data. Para Marx (2001), o dinheiro reproduz para o homem uma transformação de suas reais necessidades. Elas se transformam e vão além do quantitativo, passando ao campo das subjetividades. Desse modo, o homem busca gerar dinheiro pelo poder e status que esse representa, por isso tornando-se um fim em si mesmo. Para isso, segundo o autor, existe uma luta dentro da sociedade entre aqueles que detêm o dinheiro e aqueles que o querem possuir. Assim cita:

Cada qual procura impor sobre os outros um poder estranho, de modo a encontrar assim a satisfação da própria necessidade egoísta. Com a multidão dos objetos, cresce de forma igual o império das entidades estranhas a que o homem se encontra sujeito. Todo o produto novo constitui uma nova potencialidade de mútuo engano e roubo. O homem torna-se cada vez mais pobre como homem, necessita cada vez mais de dinheiro, para poder tomar posse do ser hostil. O poder do seu dinheiro enfraquece em dimensão oposta à massa da produção, ou seja, a sua necessidade aumenta na medida em que (sic) cresce o poder do dinheiro. A necessidade do dinheiro constitui, assim, a verdadeira necessidade criada pelo moderno sistema econômico e é a única necessidade que ele produz. A quantidade do dinheiro torna-se progressivamente a sua única propriedade importante; assim como ele reduz toda a entidade a uma abstração, assim se reduz a si no seu próprio desenvolvimento a uma entidade quantitativa. O excesso e a não moderação tornam-se a sua verdadeira medida. É o que se manifesta no plano subjetivo, em parte porque a expansão dos produtos e das necessidades se transforma em subserviência engenhosa e sempre baseada nos apetites inumanos, corrompidos, antinaturais e fantasiosos (MARX, 2001, p. 149).

No século XXI, o sistema capitalista contribuiu para os avanços tecnológicos, no entanto, torna vulnerável de maneira intensa os indivíduos excluídos de seus benefícios,

ausentes as condições básicas para uma vida digna, tais como moradia, alimentação, trabalho, educação, saúde (TARACHUQUE; SOUZA, 2013).

O formato capitalista raramente abrirá espaço para uma dialética cooperativa entre os sujeitos envolvidos; pelo contrário, instigará a competição e a busca do ganho por meio da exploração econômica. E, desse modo, nos esquecemos de que o outro pode não ter o que comer. Se o acionista estiver satisfeito, o que importa se o filho do porteiro tem acesso à educação, ou não? Assumimos um comportamento de insensibilidade aos problemas gritantes do outro, denominado por Bauman (2014) cegueira moral. Continuamos desviando o olhar das mazelas sociais, assumindo o engodo ideológico de que esse é um processo natural e comum em qualquer lugar do globo. Desse modo, estamos destruindo progressivamente o elo social.

Chesnais (1996) afirma que esse mercado globalizado capitalista traz como consequência o oligopólio de poucas empresas multinacionais controlando a maior parte da fatia desse mesmo mercado. São exemplos disso, no mercado de alimentos, a Coca-Cola, a Nestlé, a Danone, a General Milks, entre outras. Isso gera uma imagem falsa de concorrência, pois nas prateleiras do supermercado temos à disposição inúmeras marcas, mas muitas delas pertencem à mesma empresa ou grupo corporativo. É um comportamento típico do mercado capitalista globalizado, o oligopólio travestido de concorrência perfeita. E isso se estende aos demais tipos de ramos de mercado. A esse respeito, de acordo com um estudo feito em 2011 pelo Instituto Federal Suíço de Pesquisa Tecnológica, que pesquisa o controle das grandes corporações sobre o mercado, toda essa estrutura, que forma uma grande rede, afeta a competitividade de mercado no mundo inteiro, impactando a estabilidade financeira. O estudo apontou que apenas 737 corporações das 43 mil analisadas detinham 80% de controle sobre as demais, mostrando que de fato se trata de uma grande rede. Logo, trata-se de um entrave para a ampla concorrência, o que pode ser extremamente prejudicial ao desenvolvimento em seus diversos aspectos, fragilizando empresas de pequeno e médio portes, assim como todo o sistema de comércio.

Portanto, faz-se necessário olhar para o viés do desenvolvimento, que, de acordo com Sen (2010), vai além da esfera financeira. Assim diz o autor:

Às vezes a ausência de liberdades substantivas relaciona-se diretamente com a pobreza econômica, que rouba das pessoas a liberdade de saciar a fome, de obter uma nutrição satisfatória ou remédios para doenças tratáveis [...]. Em outros casos, a privação de liberdade vincula-se estreitamente à carência [...] de instituições eficazes para a manutenção da paz e da ordem locais (SEN, 2010, p. 17).

O autor nos faz compreender a pobreza como fator que retira do indivíduo a liberdade de escolha e privação de suas opções. Em sua análise, nossa configuração de mundo nega

liberdades essenciais para uma maioria. Diante disso, observa-se uma fragilidade para com a completude da qualidade de vida, possivelmente oriunda de um mercado hostil que visa ao lucro excessivo em detrimento ao bem-estar social.

Assim, somos expostos às mais variadas condições e situações de miséria, por estarmos sob o jugo de um governo negligente, voltado para o interesse de um pequeno grupo mais forte, cuja força e autoridade provêm do fator econômico. Essa política torta de atuação emana de um Estado guarnecido por nossa autorização tácita para nos comandar. O Estado detém o poder de intervir nas mais variadas relações sociais, para garantir a segurança social e possibilitar uma vida regulada em grupo. Mas, de acordo com Paine (1776), sofreremos as mesmas misérias que um país sem governo sofre, mesmo tendo um. Contudo, devemos questionar não a figura do Estado em si e o porquê de sua existência, mas a sua atuação no papel decisivo de regulador da vida social.

Além de expostos, fomos ambientados, por esse formato econômico capitalista, à competição, à apropriação, à instabilidade, à rivalidade e ao consumo excessivo. A atividade laborativa não é estável, sofrendo influência das políticas públicas e do cenário econômico vigentes. Além disso, o próprio trabalhador, que tem a sua força de trabalho reduzida à condição de uma mercadoria negociável, é tratado como ocasional e descartável.

O que já se observa é que a configuração de trabalho mudou. Segundo Rifkin (1996), estamos vendo produtividade e emprego serem desvinculados, e esse é um dos pontos que serão analisados neste trabalho: a financeirização da riqueza, que reduz o uso de mão de obra, desvia os recursos da cadeia produtiva e se concentra apenas no dinheiro que gera dinheiro, gerando desemprego e desigualdade social. Isso aparta produtividade e trabalhador, visto que esse sistema (financeirização) possui novos meios de gerar lucro sem a produtividade em si, uma vez que o valor da ação é primário e o do produto é secundário. Observaremos na prática até onde esse modelo é salutar para o todo. Desse modo, ressaltamos a importância do trabalhador enquanto indivíduo portador de necessidades e detentor de direitos, e não apenas como alguém que vende sua força de trabalho e tempo.

Desse modo, entendemos que esse fluxo de fragilidade do trabalho gera exclusões que não são acidentais; emanam da ausência do Estado em sua tarefa de regular as relações no mercado econômico. O controle do investimento econômico pode direcionar o desenvolvimento, devendo haver uma ponderação racional sobre a alocação dos recursos, tanto privado quanto público, visando ao bem-estar social e ao equilíbrio do mercado. Se não há o devido controle, tem-se um problema de organização social. Se não há recursos empregados

em bens e serviços reais, a vida real não acontece. Grosso modo, se não há recursos para plantar tomates nem quem plante tomates, ninguém comerá tomates.

Com a restrição de recursos empregados na saúde pública, a população não receberá a assistência devida. De igual modo, essa restrição ocorre na educação; logo, o Brasil continuará sendo um país essencialmente de analfabetos em suas diferentes concepções. Nessas condições, quando somos privados, enquanto cidadãos, de oportunidades, de direitos básicos, de certezas ou perspectivas para o futuro, de liberdades, de planos, de condições dignas, temos o nosso sentido existencial questionado e a nossa sobrevivência material prejudicada. Indo além do sentido filosófico do termo, importante destacar o mundo de privações citado por Sen (2010), de violação de liberdades e de negligência para com as condições de vida da população, em um processo de desenvolvimento que parece estar desinteressado pela qualidade de vida das pessoas envolvidas.

Bauman e Mauro (2016, p. 25) afirmam que “sem liberdade material, não há liberdade política”. Inequivocamente a privação da liberdade material inviabiliza qualquer outro tipo de liberdade, amarrando, assim, as possibilidades de uma vida completa. Portanto, por meio dessa gama de comportamentos sociais, que é resultante das condições impostas pelo atual modelo socioeconômico, é que vamos refletir a fim de reconstruir o conceito de vulnerabilidade econômica.

Incorporados em um processo construtivo de cidadania e vida em conjunto, devemos procurar entender melhor como funcionam as engrenagens e acontecimentos sociais. O intuito deste trabalho é auxiliar nessa compreensão, buscando redesenhar o conceito dessa vulnerabilidade latente que é a econômica. Sen (2010) destaca que quando se nega o direito à informação a uma sociedade tantos outros direitos lhe são negados de forma derivada. Munir a população de conhecimento, torná-la mais esclarecida e mais participativa, pode ser um passo importante na trajetória rumo a uma sociedade mais justa.

### **3.1 O que é financeirização?**

Em linhas gerais, podemos observar que:

É na produção que se cria riqueza, a partir da combinação social de formas de trabalho humano, de diferentes qualificações. Mas é a esfera financeira que comanda, cada vez mais, a repartição e a destinação social dessa riqueza (CHESNAIS, 1996, p. 15).

Dessa forma, para compreender melhor o conceito de financeirização, é preciso entender também o processo social que o criou. Para elucidar melhor, imaginemos uma sociedade primitiva onde cada um produz determinado item/alimento para sua própria subsistência. Nesse contexto, essa sociedade ainda não tem uma moeda definida, e todas as suas relações comerciais são efetivadas por meio de escambo, ou seja, troca de produtos. No entanto, isso dificulta a valoração/precificação dos produtos, pois como seria possível determinar quanto de um produto valeria o outro? Além do mais, esse modelo não permitia o armazenamento prolongado, pois esses produtos, em sua grande maioria, eram perecíveis.

Assim, por necessidade social, era preciso gerar um mecanismo de troca que possibilitasse uma precificação mais justa de todos os produtos. E essa sociedade primitiva cria então sua moeda. Algumas civilizações, a Grécia, por exemplo, utilizavam o gado (pekus) como referência de precificação e moeda. Mais tarde, outras civilizações padronizaram sua moeda em metais, como ouro e prata.

O ouro e a prata são uns dos artefatos mais famosos no mundo como representação de moeda em razão de sua raridade e difícil aquisição, além de sua beleza e de sua durabilidade. Algumas civilizações também se utilizaram desses metais para confeccionar moeda em virtude de sua ligação com suas próprias divindades. O fato é que, no decorrer do tempo, conseguir esses metais foi se tornando cada vez mais difícil. Desse modo, novas formas de moeda foram surgindo e evoluindo. Hoje o papel-moeda, devido a sua praticidade, é utilizado por todo o mundo, tendo evoluído para a moeda magnética, por meio dos cartões de crédito e débito, que não dependem mais de material físico. Milhões, em qualquer moeda do mundo, hoje são apenas representatividade numérica nas contas-correntes de milhões de pessoas físicas e jurídicas.

Com a criação da moeda, foi possível começar a poupar o excedente da produção, permitindo inclusive sua expansão, surgindo então o processo de acumulação de riqueza. Essa sociedade primitiva, que agora possui a capacidade de acumular (estocar) riqueza, gerada pelo excedente de sua produção, percebeu que outros indivíduos tinham a necessidade de moeda para investir em seus próprios negócios, identificando um novo tipo de negócio: a intermediação financeira. Assim, o intermediador financeiro, o banco, guardaria a moeda dos que agora conseguem poupar, para conceder empréstimos a quem necessitasse desse serviço, permitindo que recursos ociosos se tornassem produtivos, por meio de contratos de empréstimos.

A era da intermediação está estampada em todos os ramos, não só no financeiro, mas acaba impactando na economia. Os intermediários da produção, que também são empresas

financeirizadas, são apontados por Dowbor (2017) como responsáveis pela alta dos preços de produtos no mercado do mundo inteiro, pagando muito pouco a quem realmente produz e cobrando caro do consumidor final, fazendo uma espécie de “economia de pedágio” (DOWBOR, 2017, p. 96).

Os atravessadores estão cada vez mais caros, o que desvia o lucro excedente do processo produtivo, o que poderia fomentar a especialização e a ampliação de escalas, produzindo cada vez mais e gerando mais empregos. O autor chama esse episódio de “gargalos que geram lucros extraordinários sem agregação de valor correspondente” (DOWBOR, 2017, p. 99), afirmando que analisar a cadeia e trajetória dos preços, da ponta até a fonte da produção, pode ajudar a identificar esses entraves.

Por exemplo, o mercado mundial de *commodities* afeta os preços no mundo inteiro em razão das especulações econômicas e nem sempre pelo clássico ajuste de oferta e procura. A prova disso é a oscilação dos preços nos mesmos períodos em que a produção se mantém nas mesmas escalas, e a procura também não sofreu alterações. Então, qual o motivo dessa oscilação? O controle do mercado mundial na mão de poucos grupos, associado ao processo especulativo de derivativos, que faz cálculos de preços baseados em promessas de transações futuras ou possíveis eventos de impacto na operação, possíveis riscos ou demais flutuações de mercado. Nesse cenário, os grandes *traders* podem garantir os preços, por sua capacidade de compra e, principalmente, de armazenamento, podendo, assim, cobrar mais caro por isso. “O lucro de verdade, o grande lucro, se gera na economia imaterial” (DOWBOR, 2017, p. 111).

A Bunge, por exemplo, em 2020, possui receita estimada em U\$ 41 bilhões. Sua concorrente, a ADM, também do ramo alimentício, tem receita no mesmo ano de quase U\$ 65 bilhões. Ambas, com capital aberto, prestando contas aos acionistas, não produzem, apenas compram e vendem, lucrando na casa dos bilhões por ano.

Fica claro que a intermediação, financeira ou não, é um negócio rentável.

A grande crítica não é feita à existência do intermediador financeiro, até porque sua figura é necessária para auxiliar o processo de investimento produtivo. A crítica vai para sua atuação quando cria meios de investimentos improdutivos, títulos ou derivativos com os mais diversos nomes, CDOs, CDIs, CFDs, ETFs, entre outros, o que retira parcelas crescentes de recursos financeiros do circuito produtivo. Logo, sem investimento na produção real de bens e serviços, o funcionamento do próprio Estado é comprometido, pois gera escassez de empregos e queda na arrecadação de impostos, além do próprio endividamento público. Tudo isso enfraquece a capacidade de regulação efetiva do Estado, gerando novas e insustentáveis práticas. Esse dreno, segundo Dowbor (2017), é pulverizado em todos os lugares do mundo,

seja nas taxas de juros aplicadas aos clientes em bancos brasileiros ou em qualquer outro país, seja nas tarifas de cartões, seja nos altos preços de produtos que adquirimos nos supermercados, sem saber seu preço original de produção, e, por fim, seja em todos os impactos sociais sofridos pela falta de regulação do Estado sobre as grandes organizações.

Assim como as pessoas e as empresas ficam endividadas pelos juros, o Estado também. Todo esse mecanismo de dreno, desvio de investimento produtivo e desemprego igualmente dificulta a arrecadação, fazendo com que o Estado busque cada vez mais a aquisição de empréstimos com altas taxas de juros para cobrir seu déficit no orçamento público. De acordo com a Agência Brasil (2019), a dívida pública brasileira em 2019 fechou em 4,25 trilhões, tendo um aumento de quase 10% em relação ao ano anterior. É possível conferir, no orçamento da União (2019), os gastos com a dívida pública, que consomem quase 44% do orçamento brasileiro. Para 2020, foram aprovados pelo Congresso Nacional 45% do orçamento para cobrir a dívida, de acordo com a Auditoria Cidadã (2020b). Segundo dados do Fundo Monetário Internacional (FMI), de 2019, as dívidas pública e privada mundiais estavam na casa dos U\$ 184 trilhões até 2017. Isso equivale a 225% do produto interno bruto (PIB) do mundo. De acordo com o órgão, o alto endividamento habitualmente desvia recursos de gastos produtivos.

De acordo com Shaxson (2011), o modelo financeirizado, que é global, pode, entre outros efeitos negativos para o desenvolvimento, desviar os recursos de um país para outro, por meio de mecanismos como o endividamento dos Estados nacionais, ou especulação de investimentos, por exemplo. Explica que, quando o governo baixa as taxas de juros para incentivar a indústria local, investidores podem procurar outros investimentos no exterior, objetivando uma rentabilidade mais alta. O processo de financeirização, que pode ser incorporado em qualquer empresa de qualquer ramo, desde que ela seja atrativa aos investidores, implanta a mentalidade da rentabilidade em primeira ordem, e, de maneira secundária, está o processo produtivo. Esse comportamento pode gerar danos catastróficos não só no plano econômico, mas principalmente no social. De acordo com Dowbor (2017), esse comportamento inviabiliza a iniciativa técnica da empresa. O departamento que realmente conhece o produto, o processo e os possíveis impactos desse produto na sociedade fica sufocado diante das limitações que o departamento financeiro impõe. “A capacidade de resistência dos tradicionais empresários produtivos não só é pequena, como desaparece quando a sua maior rentabilidade vem não da linha de montagem, mas das aplicações financeiras” (DOWBOR, 2017, p. 130).

A Organização das Nações Unidas (ONU) (2017) também critica esse processo de financeirização alegando que houve uma regressão no investimento produtivo, enquanto o mercado financeiro está acumulando dívidas e recursos em títulos sem estimular a produção, o que aumenta o risco de novas crises. Um excelente exemplo da instabilidade desse sistema especulativo, sem ligação com a produção real, somada à falta de regulação de proteção econômica, foi a crise imobiliária nos Estados Unidos em 2008, que impactou negativamente os indicadores econômicos do mundo inteiro. Em setembro daquele ano, a gigante financeira Lehman Brothers, banco de investimentos de Nova York, decretou falência, assuntando o mundo dos investimentos, dando um alerta do que estava acontecendo aos investidores e população.

Bancos de investimentos tinham em suas prateleiras pacotes de títulos de investimentos vendidos para o mundo inteiro. Entre eles, os CDOs (Collateralized Debt Obligation – obrigação de dívida colateralizada), que é um instrumento, um contrato, que vende o direito de receber uma dívida oriunda de um empréstimo, que exige um bem como garantia. Esse bem é chamado de ativo. Por exemplo: o Senhor X precisa comprar uma casa e vai ao banco, que faz um empréstimo ao Senhor X, onde a casa (ativo) fica hipotecada, ou seja, é dada como garantia da dívida. O banco, por sua vez, converte a dívida do Senhor X em vários títulos e os vende para inúmeros investidores. Esses investidores agora detêm o direito de receber essa dívida, tendo, no caso, o imóvel como garantia. O banco diluiu o seu risco, por meio desses títulos no mercado financeiro, com todos os investidores, recebendo instantaneamente os lucros e valor do empréstimo, que seriam recebidos em 20 ou 30 anos.

Era o investimento perfeito nos EUA, a economia e o mercado imobiliário estavam aquecidos e todos pagavam suas hipotecas; portanto, todos queriam investir no mercado imobiliário. Desse modo, os bancos começaram a encontrar dificuldades para vender seus produtos, pois não havia tomadores de empréstimos o suficiente.

Então, sem uma regulação eficaz ou adequada, os bancos e corretoras de investimentos começaram a vender os CDOs baseados em empréstimos de alto risco (hipotecas *subprime*), validados por fraude de empresas que avaliavam esses riscos. Esses novos tomadores de alto risco não tinham capacidade de pagamento, ainda mais com taxas que eram mais altas, pela natureza arriscada do título. Esses CDOs também ofereciam aos investidores taxas de lucro mais altas, o que incentivou sua ampla disseminação no mercado.

Houve inadimplência em massa, e os bancos tinham agora muitos imóveis recuperados e poucos compradores, fazendo com que os preços desses imóveis caíssem drasticamente. Assim, as garantias não valiam a dívida, e todos os títulos vendidos agora não tinham mais

um valor real. Muitos bancos fecharam, pois eram os principais compradores desses títulos. A economia americana entrou em colapso, os americanos pararam de comprar, acarretando uma recessão global.

No final das contas, para cobrir o rombo, o Estado se utilizou de dinheiro público, reafirmando que a arrecadação que deveria ser utilizada em prol do desenvolvimento de todos foi destinada ao salvamento de um sistema econômico que promove a exclusão da maioria das pessoas.

Segundo os objetivos de desenvolvimento sustentável (ODS) da ONU (2015), essas falhas na regulação para o funcionamento do mercado financeiro e esse desajuste dos incentivos na remuneração para investidores oferecem riscos à economia e ao equilíbrio financeiro, além de impactar países que estão em desenvolvimento, pois os recursos não são alocados como deveriam, não alcançando locais onde realmente seriam necessários.

A título de exemplo do comportamento de mercado em uma lógica centrada na rentabilidade financeira, temos as grandes lojas do comércio de moda no varejo, que possuem em suas prateleiras produtos e serviços bancários. Outro exemplo, a lojas C&A, oferece um cartão de crédito aos seus clientes e aos não clientes. Trata-se de um serviço financeirizado. A venda de seus produtos, roupas e calçados, dentro de outro produto: o cartão de crédito. Geralmente cartões de crédito possuem taxa de utilização ou anuidade. E essas empresas, de cartão de crédito e débito, crescem vertiginosamente. Segundo a Forbes (2020), as empresas Visa e Mastercard, em 2020 estão respectivamente no 7º e no 11º lugar no ranking de investimentos. Cada vez mais, acionistas apostam na oferta do crédito e no lucro pelos juros para aplicar seus recursos. De acordo com a revista, até 2023, se continuarem crescendo nesse mesmo ritmo, essas empresas valerão em torno de mais de 1 trilhão em dólares. As Lojas Americanas vendem um produto agregado que estende, caso o cliente queira, a garantia dos seus produtos: a garantia estendida. Trata-se de um produto/serviço que rentabiliza sem necessidade de um produto físico. Todos esses modelos de produtos e serviços são característicos do mercado financeirizado.

Alguns desses produtos contribuem a seu modo para o ciclo do mercado, favorecendo o consumo. Outros nem tanto. E sua grande maioria tem altos custos - cartões de crédito, por exemplo -, o que pode trazer problemas à vida financeira das pessoas. Outros drenam recursos sem apresentar muitas vantagens ao consumidor; é o caso dos títulos de capitalização. Um título, de parcela mensal de R\$ 20,00, por exemplo, para pagar em 60 meses. No final dos 5 anos, o titular recebe o que acumulou R\$1.200,00. Caso resgate o valor acumulado antes dos 60 meses, tem deduzido um percentual significativo do que já pagou, que vai sendo reduzido

de acordo com o tempo. Com 37 parcelas pagas, por exemplo, o titular acumula R\$ 740,00, mas caso queira resgatar esse valor nesse período, antecipadamente, o saldo de provisão matemática dado pelo banco é R\$ 661,03, ou seja, mais de 10% é deduzido do valor devolvido ao cliente. Qual foi a vantagem para o consumidor? O recurso foi drenado, nada foi produzido e a instituição ficou com 10% dos recursos do cliente.

Outros produtos, como as aplicações, rendem um pouco mais. O rendimento de uma aplicação financeira está na casa dos 5% de evolução por ano. Em contrapartida, o crescimento do PIB está entre 1% e 2,5% ao ano. Ressalte-se que, se os produtos reais não acompanharem esse número, haverá um descompasso, e esse lucro não poderá ser sustentável para o equilíbrio financeiro da coletividade, além do fato de que, se não há um produto ou serviço que se possa adquirir por meio da moeda, ela não cumpre sua principal função: a troca.

Ao contrário do que se pensa, o que fortalece a economia não são as pequenas contribuições pelos grandes grupos econômicos a partir de sua arrecadação tributária. Os investimentos de grupos de alto capital passam primeiro pelos investimentos improdutivos, depois pela tributação; só então passam para a produção. Em média, para cada 1 dólar investido em títulos e papéis, 10 centavos voltam para o setor produtivo. O que é investido de volta, a minúscula parte investida de volta, é o que Dowbor (2017) chama de “gotejamento”. A solução mais óbvia para o alto desempenho da economia é a busca pela igualdade social, em um sistema de distribuição com maiores recompensas pelo trabalho produtivo, que já se provou extremamente eficaz nos anos dourados nos Estados Unidos, no auge do fordismo, concretizando um Estado social e democrático.

Portanto, combater as desigualdades buscando um mercado com maiores oportunidades para todos, com uma distribuição de renda mais justa, é a chave para o crescimento e para o desenvolvimento local, movimentando a economia das massas para cima e, conseqüentemente, fomentando a economia do país.

De acordo com Dowbor (2017), uma triste realidade da falta de equidade nas bases salariais afeta o mundo inteiro. Nos Estados Unidos, de 2000 a 2013, a média da renda familiar regrediu em 7%, mesmo havendo acréscimo na produtividade do país no mesmo período. Mais uma prova de que esse modelo de capitalismo não pode ser deixado à mercê de sua própria dinâmica, sem nenhum tipo de ajuste ou regulação.

O controle financeiro e suas barreiras sociais, travestidas de oportunidades, estão em todos os lugares, cedidos legalmente pelo Estado. É o caso dos estudantes e o financiamento de créditos educativos, com taxas exorbitantes. Essa nova leva de mão de obra já entra no

mercado de trabalho (quando entra!) endividada. É possível identificar esses números a partir de uma simulação de financiamento estudantil. O Ministério da Educação oferta crédito estudantil para acadêmicos em instituições privadas no Brasil por meio do Fundo de Investimento Estudantil (FIES).

Esse empréstimo é realizado com recursos de bancos públicos e privados. Para estudantes do curso de medicina, por exemplo, com uma mensalidade média de R\$ 8.000,00, em 6 anos (72 meses) demanda-se um valor de R\$ 576.000,00 (R\$ 8.000,00 x 72 meses), caso 100% do curso seja financiado. Esse empréstimo gera um montante para pagamento total de mais de R\$ 1.200.000,00, pagos em 216 meses de R\$ 5.850,55.

Figura 1 - Simulação de crédito estudantil FIES

**Simulador FIES**

O Fies é um programa do Ministério da Educação que financia cursos superiores presenciais para estudantes matriculados que não possuem condições de arcar com os custos da graduação.

[Quem pode participar do Fies >](#)  
[Como funciona o Fies >](#)  
[Como se inscrever no Fies >](#)

**Simule aqui seu financiamento estudantil**

Descubra quanto você vai pagar no seu financiamento e de quanto tempo irá precisar para quitar a dívida. É só preencher os campos ao lado.

RENTA FAMILIAR  
Acima de R\$ 4.990,00

VALOR DA MENSALIDADE  
8000,00

DURAÇÃO DO CURSO  
12 Semestre(s)

**Simular**

**Resultado da Simulação FIES**

**100% Financiado**

FASE	PRAZO	MENSALIDADE
Utilização	72 meses	R\$ 150,00
Carência	18 meses	R\$ 150,00
Amortização	216 meses	R\$ 5.850,55

**Durante o Curso**  
No decorrer do curso - a chamada Fase de Utilização - você precisará pagar no máximo **R\$150 a cada 3 meses**, valor referente aos juros do financiamento.

**Depois de formado**  
Depois da formatura, você continuará pagando a mesma taxa trimestral de **R\$ 150,00 durante 18 meses**. Essa fase de carência é o período no qual espera-se que o aluno consiga um emprego e estabilidade financeira para poder começar a quitar o financiamento.

Fonte: MEC (2020).

A prova de que se trata de um financiamento caro é o fato de o programa vir enfrentando dificuldades no recebimento dos pagamentos.

Da mesma forma, para sanar necessidades do cotidiano, para financiar um meio de transporte, existem algumas opções no mercado financeiro. Uma delas é financiar um veículo por meio do Banco Omni, por exemplo, com taxas também exorbitantes. Caso o consumidor adquira um veículo 2015 e financie R\$ 20.000,00, ele pagará 36x 1.183,09, um total de R\$ 42.591,24, em apenas 3 anos. Essa simulação foi realizada por uma loja que comercializa veículos seminovos em Araguaína, que atua também como correspondente bancário do banco informado.

Outro exemplo de simulação com taxas abusivas praticadas livremente no mercado são créditos pessoais concedidos pelo Banco Losango. No caso de um empréstimo de R\$ 500,00, uma pessoa física, caso escolha um parcelamento em 12 vezes, ela pagará 12 parcelas mensais de R\$ 83,35, com um custo efetivo total ao ano de 321,86 %. Isso gera um montante de R\$ 1.000,20. Esclareça-se que, no período em que essa simulação foi feita, não houve incidência de Imposto sobre Operações Financeiras (IOF), por força do Decreto nº 10305/2020, que zerou a cobrança do tributo no período de 3 de abril de 2020 até 3 de julho do mesmo ano. Observa-se que, mesmo com a tentativa do governo de incentivar operações financeiras em um período crítico de pandemia, por meio da isenção do IOF, a população não sentiu nenhum benefício direto, pois as taxas praticadas por alguns bancos subiram exatamente nesse período. Esse fato nos leva a um questionamento: o que permite ou quem permite uma instituição cobrar em um empréstimo 321,86% de juros ao ano? Esse comportamento é claramente um atentado à saúde financeira das famílias brasileiras, com a outorga ou conivência do Estado. Dessa forma, observa-se que “[...] a liberdade dos bancos de cobrar o que querem no Brasil faz com que a lógica financeira absorva, numa dinâmica deformada especulativa, qualquer subsídio, isenção, transparência ou outro privilégio concedido às empresas produtivas” (DOWBOR, 2017, p. 176).

Figura 2 - Simulação de empréstimo pessoal PF – Banco Losango

**e-vcpcode:)**  
Losango

Perguntas frequentes

**SIMULAÇÃO | EMPRÉSTIMO ONLINE**

Escolha a melhor opção de data, parcelamento e forma de pagamento do seu Empréstimo Online.

Seus Dados

CPF:

Valor do empréstimo (R\$):

Quando você quer pagar a primeira parcela?

Qual a melhor forma de pagamento?

23x de R\$ 64,74	22x de R\$ 65,36	21x de R\$ 57,81
20x de R\$ 66,90	19x de R\$ 67,84	18x de R\$ 64,12
17x de R\$ 70,19	16x de R\$ 71,66	15x de R\$ 68,00
14x de R\$ 79,29	13x de R\$ 81,64	12x de R\$ 83,35

**Mais informações**

Valor total financiado	Taxa Anual %	Taxa Mensal %
R\$ 500,00	319,84	12,70
Valor do IOF	% CET a.a.	% CET a.m.
R\$ 0,00	R\$ 321,86	R\$ 12,56
Saldo devedor	Primeira parcela	Última parcela
R\$ 1.000,00	25/12/2020	25/11/2021
Tarifa de Cadastro	Seguro Proteção Financeira	
R\$ 0,00	R\$ 0,00	

Na simulação de crédito, é permitida a escolha da data do 1º pagamento, que poderá ser entre o período de 30 a 60 dias da data desta simulação. O prazo da operação será de no mínimo 09 meses e no máximo de 36 meses, sendo possível efetuar o pagamento antecipado a partir do primeiro mês. O Custo Efetivo Total - CET - representa a taxa de juros acrescida dos tributos, tarifas, seguros e demais despesas cobradas do cliente, com variação de 64,31% a 629,16% ao ano. Operação sujeita a análise e aprovação de crédito e à incidência de IOF. É assegurado ao consumidor: liquidação antecipada com redução proporcional dos juros e demais acréscimos; portabilidade desta operação para outro Banco e a desistência da operação em até 7 dias do recebimento do valor, devendo o cliente restituir ao Banco o valor total do empréstimo, acrescido dos eventuais tributos e juros incidentes até a data da efetiva devolução.

Sujeito à análise cadastral, de crédito e demais condições do Empréstimo Losango.

Fonte: Banco Losango (2020)

Além desses exemplos, existem outros drenos, como o cartão de crédito, dívidas imobiliárias e dívidas dos governos, nas três esferas. Depois de todos esses gastos, sobra realmente muito pouco para consumir de verdade, e isso trava o mercado de bens e serviços. Dowbor (2017) alerta que esse sistema descapitaliza os consumidores, e que esse investimento de rentistas em papéis que só geram uma circularidade crescente de juros se configura em um mecanismo de apropriação do trabalho de outras pessoas.

No entanto, para contornar ou corrigir essas deficiências econômicas, é preciso passar pelo campo político, que geralmente está indevidamente subordinado aos mandos da economia. Portanto, de acordo com Dowbor (2017), essa configuração de desigualdades no campo da riqueza acaba gerando desigualdades políticas, visto que uma interfere diretamente na outra. Assim, conforme as desigualdades de riquezas aumentam, menos imparcial o sistema político se torna, e a probabilidade de políticas públicas sociais surgirem a fim de reduzir as desigualdades é cada vez menor. É o que Dowbor chama de “captura do Poder” (DOWBOR, 2017, p. 173).

A título de exemplo, a dívida pública alcança 75% do PIB, abocanhando a arrecadação, e a medida de governo para tapar as dívidas do Estado é reformar a previdência social, sendo que o pagamento dos seus serviços anuais (juros e amortizações), segundo o orçamento federal executado em 2019, Auditoria Cidadã (2020a), acaba por consumir mais de 38% do orçamento federal anual do Estado brasileiro. Para 2020, o orçamento aprovado foi de 45%, Auditoria Cidadã (2020b).

Além de todos os fatores citados a respeito da financeirização, existe seu desdobramento cultural, sua dominação sobre a forma como as pessoas veem e vivem a vida. Existe um processo ao qual Grün (2007) se refere que nos leva a acreditar que a situação econômica na qual vivemos é natural. E isso parte da dominação cultural exercida pelas finanças na sociedade moderna. Essa dominação, que o autor chama de guerra, não é explícita, e nos leva a crer que as únicas formas de mercado e de vida possíveis são as que ora experienciamos. Um dos fatores que contribuíram para que isso se estabelecesse, no Brasil e no mundo, segundo Grün (2007), é a governança corporativa. O modo organizado e bem estruturado como essas instituições trabalham expressa confiabilidade aos demais setores do mercado, que logo estruturam seus negócios de igual modo. Essa imagem de confiança e organização se estende aos acionistas, e, portanto, a toda a sociedade. Logo, o ideal de organização empresarial é praticado pelas instituições financeiras e muito bem-visto pela sociedade em geral. Essa naturalização das instituições financeiras e suas práticas é tão usual que a maioria das pessoas já se acostumou com o fato de as taxas de juros no Brasil serem

altas. Segundo o autor, as instituições alegam que se utilizam de altas taxas em razão do perfil do proponente de crédito brasileiro, que oferece insegurança quanto ao pagamento de seus empréstimos. Em resumo, brasileiro é mau pagador. Será?

De acordo com Grün (1999), essa guerra cultural se estabeleceu a princípio na atividade produtiva, reafirmando o conceito de financeirização, quando a ordem industrial foi submetida à financeira, contrapondo-se ao compromisso feito pelas instituições financeiras quanto a amparar e subsidiar o setor produtivo. E isso afeta a forma como as pessoas falam, trabalham, produzem, compram, a forma como se veem e até a forma como comem, gerando um comportamento coletivizado e reorganizado em favor do mercado. Quem nunca ouviu a expressão “Investir em uma relação”? São padrões comportamentais ditados pelo mercado financeiro que expressam a maneira que esse está impregnado nas pessoas. Portanto, é um fenômeno cultural causado pelo campo econômico.

### **3.2 O formato capitalista**

O capitalismo, analisado profundamente por Marx em sua época, sofreu algumas mudanças nos últimos 50 anos. Como cita Chesnais (1996, p. 13), surgiu uma “nova configuração do capitalismo mundial e nos mecanismos que comandam seu desempenho e sua regulação”, ainda que em essência ele tenha permanecido com as mesmas características elementares, a saber, a propriedade privada dos meios de produção, a centralidade do lucro nas relações sociais, a divisão social hierárquica do trabalho e o intercâmbio mercantil a serviço do valor de troca.

Marx (1988), em sua obra “O Capital”, descreveu o capitalismo que se utilizava da “mais-valia”, produzida pelos trabalhadores, como fonte para adquirir recursos que pudessem gerar mais recursos: dinheiro que gera dinheiro em prol da acumulação de capital. O autor já apontava o apartamento entre trabalhador e produto. De acordo com Marx, o trabalho empregado na produção de bens, que possuem valor de uso e valor de troca, remunera essa força de trabalho, tempo despendido e habilidades aplicadas à sua construção/confecção, que são a ideia central do capitalismo. Esses bens produzidos não só abastecem as necessidades do homem em sociedade como também compõem a estrutura de riqueza dessa sociedade. O fato é que, como aponta Marx, quando alguém despende tempo e força de trabalho na produção de um bem troca esses mecanismos por moeda, sua compensação. No entanto, ele é apartado do que produz. Toda sua força excedente de trabalho acaba sendo rentável apenas para o dono do capital.

É fácil identificar, ainda hoje, empresas que trazem uma remuneração variável, que está atrelada à produção do indivíduo, apontando uma evolução nas formas de compensação salarial e no próprio mercado de trabalho. No entanto, muitas funções ainda são pagas com base no salário mínimo estipulado pelo Estado, reafirmando o quadro citado por Marx: todo o trabalho excedente não remunerado se trata de mais-valia direcionada para os bolsos do dono do capital, aumentando o descompasso da distribuição de renda. Esse apartamento causa uma disfunção social do trabalho. Ora, sendo o trabalho considerado apenas dinheiro, parte de sua significação é retirada.

A busca pelo dinheiro, motivada, claro, pela busca por sobrevivência, traz um comportamento social de fetichismo pelo próprio dinheiro em si. Assim, se estabelece uma busca, que, segundo Marx, não acontece só pelo produto, mas pela rentabilidade que ele traz, e a intermediação se estabelece de igual modo, assim como a corrida pela acumulação. Quanto mais os donos do capital acumulam, maior será seu controle sobre a mão de obra, que se mostrará cada vez mais empenhada em razão da competição. É certo que, no cenário indicado por Marx, já despontava um horizonte de um capitalismo dominado pelo fetichismo pelo dinheiro e por sua acumulação, mas ainda trazia características de modelo de capitalismo que tinha a produção e trabalho como seu centro.

Alguns períodos podem ser citados como pontos de partida para a crescente mudança nas formas de o capitalismo operar. Podemos citar o período pós-Segunda Guerra, acontecida entre os anos de 1939 e 1945, graças aos enormes gastos do complexo industrial-militar e outros custos, somados à imensa perda de estruturas físicas, vidas humanas e capital de países da Europa, onde se iniciou, alastrando-se posteriormente pela Oceania, Ásia e África. Nesse período, o mundo passou por muitas transformações, inclusive econômicas. Inúmeras medidas tomadas pelo Estado, relacionadas à guerra, com o intuito de “proteger” a sociedade no pós-guerra, acabaram por favorecer pequenos grupos abastados, como por meio da produção bélica e da venda de empresas que até então eram estatais, por baixos preços, entre outros, criando um cenário de promessas segundo as quais o capitalismo proporcionaria uma vida de qualidade para todas as pessoas. Esse movimento estadista keynesiano (de sustentação da demanda agregada por meio do gasto público) favoreceu o surgimento do capitalismo monopolista, suprimindo o capitalismo de livre concorrência, visto que consiste na concentração da produção e monopólio cada vez mais por menos empresas, que por sua vez são cada vez maiores, mais organizadas, visando ao controle de mercado, conhecidas como *Holdings*.

Outro movimento no mercado econômico que certamente mudou a cara do capitalismo mundial foi o fordismo, no período dos anos dourados, de crescente busca pelo aumento produtivo que se desenvolveu dos anos 1945 até o fim da década de 60, quando a indústria e a cadeia produtiva foram o grande foco, sem dúvida.

O padrão de crescimento econômico dos países avançados, desde o pós-guerra até meados dos anos 70, apoiava-se numa rápida expansão da produção industrial liderada pelos complexos metal mecânico e químico, que impulsionava e transformava outros setores (principalmente agricultura, serviços e transportes e comunicações) (SUZIGAN, 1989, p. 07).

O fordismo foi um modo de organização do processo produtivo industrial no qual a implementação tecnológica visava a ampliar o ritmo do trabalho para uma produção em massa. Esse modelo de produção implantou as esteiras nas fábricas, levando o trabalho ao funcionário, sem a necessidade de deslocamento, reduzindo assim o tempo na confecção dos produtos. Desse modo, o ritmo de trabalho imposto aos funcionários era o do *time* do maquinário. Direcionado à economia de escala, o fordismo focava a manutenção e a produção dos grandes estoques, que aconteciam de acordo com os recursos disponíveis, e não para a demanda existente. Os investimentos no maquinário rapidamente eram pagos, devido aos lucros gerados pela produção acelerada.

Nesse modelo, entendeu-se que os funcionários eram consumidores em potencial. Henry Ford tratou de ajustar os salários de seus colaboradores, que receberam então salários maiores e tiveram carga de trabalho reduzida em 8 horas diárias. Ford entendia que, trabalhando menos horas, seus funcionários trabalhariam melhor e, ganhando mais, comprariam mais, o que manteria o mercado aquecido. Como descreveu Pamplona (1996, p. 140):

O modelo de regulação fordista se baseava, sinteticamente, na 'produção em série' realizada por trabalhadores estimulados a produzir mais por recompensas salariais, ou seja, os acréscimos de produtividade eram correspondidos por acréscimos de salários isso proporcionou substanciais aumentos de produção nas empresas e uma distribuição de renda mais equitativa, sendo que esta massa de salários completava, na outra ponta, o 'consumo de massa'. (Lemos, 1991, p. 517-518)

Com a potencialização da produção houve queda de preços, o que favoreceu o consumo tanto por funcionários como por outras classes sociais, em nicho de mercado que alcançava apenas as classes mais altas, o que potencializou também os lucros.

Esse paradigma mudou a indústria mundial para sempre, dividindo as tarefas no processo produtivo e, assim, otimizando tempo e custos de produção, trazendo matéria-prima mais barata por meio dos fluxos de comércio internacionais.

Desse modo, o fordismo apresentou uma forma de acumulação de capital que tinha atrelado um ideal de Estado de bem-estar social, uma vez que os lucros gerados afetavam positivamente a coletividade, possibilitando a assistência pública, como educação, saúde e habitação, fortalecendo o poder do Estado. Esse, por sua vez, investia no crescimento do consumo para garantir a manutenção dos empregos e do padrão de vida da sociedade, configurando assim o chamado pleno emprego, o que favoreceu a ampliação da arrecadação de impostos, impulsionando as receitas públicas para o investimento no bem-estar social. Havia, assim, intervenção estatal com investimentos consideráveis no desenvolvimento, por intermédio de políticas públicas que, além do bem-estar social, visavam à manutenção do mercado por meio da sustentação do poder aquisitivo da grande maioria dos cidadãos. Esse modelo perdurou por quase 30 anos, até 1973, quando o fordismo e o keynesianismo<sup>1</sup> entraram em crise, dando lugar ao Toyotismo. No entanto, apesar do esgotamento desses modelos, não houve propriamente uma ruptura com muitas características fordistas, como o trabalho massivo, por exemplo. Em uma era neofordista, a sobrecarga de trabalho perdura, associada às novas tecnologias. Nos moldes atuais, a sobrecarga psíquica, ou ainda física, apesar dos avanços no âmbito jurídico laboral, segundo Katz (1995), ainda submete a força de trabalho ao Karoshi (morte por excesso de trabalho).

Apesar de o modelo fordista protagonizar um papel de exploração da força de trabalho, ele ainda apresentou um modelo de sucesso econômico e social temporário, e ainda oferece vantagens se comparado o liberalismo econômico. E é importante falarmos sobre isso. O principal argumento do neoliberalismo é que o próprio mercado possui mecanismos de correção para crises e possíveis falhas, mantendo seu equilíbrio e funcionamento. Logo, nesse diapasão, não seria necessária qualquer intervenção do Estado dentro da economia, devendo limitar-se à garantia da propriedade privada e ao cumprimento de contratos, necessidades constitutivas para o surgimento do próprio Estado. Entretanto, tais preceitos estão sendo aplicados em nível mundial desde os anos 1970, com resultados socioeconômicos no mínimo questionáveis, expressos na queda global e expressiva do crescimento econômico mundial e no surgimento e na ampliação do desemprego e da precarização do trabalho.

---

<sup>1</sup> Teoria político-econômica com base nas obras de John Maynard Keynes, que se opõe ao liberalismo econômico, e defende a intervenção do Estado na economia.

Com a evolução do capitalismo para uma nova fase, o que se viu acontecer foi a supervalorização das empresas e de sua imagem, secundarizando seus produtos. Parte dos ativos financeiros dessas mesmas indústrias passou a se transformar em ações. Como o investidor/acionista precisa de retorno imediato, as empresas tendem cada vez mais aos cortes de custos e à otimização do dinheiro aplicado, surgindo o que se entende por “dumping social”, que adota práticas de trabalho desumanas, a fim de reduzir custos no processo produtivo.

Logo, o que ocorreu foi um novo perfil de acumulação centralizado em poucos grupos que já possuíam grande poder aquisitivo. Os grandes capitais financeiros tinham como foco não mais os produtos e serviços físicos, forte característica do capitalismo até então conhecido e materializado por Henry Ford, na acumulação com foco na produção em larga escala. Esse novo modelo tinha por finalidade a liquidez e o lucro, por meio de *securities* patrocinados por um novo perfil de investidor. Esse novo investidor não apostava mais seu dinheiro em sapatos ou batatas, mas em fundos de pensão e afins, que produzem nada mais que pacotes de ações e dinheiro. Nesse modelo, é possível identificar uma inversão: o intermediário financeiro agora detém o controle sobre a cadeia produtiva. Nessa fase de capitalismo, focaliza-se a intermediação financeira, que deixa de ser uma “intermediação” para assumir a centralidade dos fluxos de riqueza. Essa organização, que deveria ser apenas o canal de direcionamento dos recursos ociosos para o investimento produtivo, agora é, juntamente com o Estado, seu principal concorrente.

É nesse contexto que devem ser compreendidas as mudanças nas estratégias de investimento dos grandes grupos industriais. Sob influência da esfera financeira e da preferência pela liquidez, o horizonte temporal de valorização do capital industrial tende a reduzir-se cada vez mais e alinhar-se, mundialmente, ao que diversos autores norte-americanos caracterizam como ‘short-termism’ (CHESNAIS, 1996, p. 16).

De acordo com Marginson e Mcaulay (2008), o *short-termism* consiste em um problema característico de empresas que possuem ações à venda na bolsa, com foco exacerbado sobre o curto prazo e visando a ações que tragam resultados para lucros imediatos. Isso deixa as ações de longo prazo em segundo plano, dificultando a compreensão de seus efeitos dentro e fora do ambiente corporativo. Dowbor (2017) alerta que essa preocupação quanto ao curto prazo motivada apenas pelo lucro não é sustentável e age contra um desenvolvimento que seja inclusivo.

Desse modo, esse novo modelo de capitalismo, o capitalismo financeiro, tomou corpo e se firmou ao final do século XX, resultado da fusão entre as grandes instituições financeiras,

bancos e banqueiros com o capital industrial, com altos investimentos no ramo da indústria. Esse novo formato gera o nascimento do dinheiro invisível, sem moeda física, dos intermediadores financeiros, das grandes bolsas de investimento, bolsas de valores. Surge a transação no comércio sem a necessidade desse dinheiro físico, surge o crédito: a antecipação do consumo.

### **3.3 O Investimento improdutivo**

Como já falado anteriormente, a ideia original do sistema bancário e financeiro é simples: existe alguém com recursos ociosos e alguém que precisa de recursos para investir em sua produção. E são fatores de produção como a terra, o trabalho e o capital que deverão ser explorados a fim de aumentar a capacidade produtiva de um país, por meio de sua tecnologia e recursos disponíveis, bastando existir algum mecanismo de alocação de recursos.

A expansão dessa capacidade produtiva acontecerá de acordo com os determinantes de produtividade de um país. Os mecanismos, técnicas e meios de produção que otimizam o tempo e os custos do processo produtivo podem potencializar a produção. São eles os capitais físico e humano, recursos naturais e conhecimento tecnológico.

O capital físico é um dos instrumentos utilizados no processo produtivo. Um forno para um padeiro é um exemplo de capital físico. Os recursos naturais, de acordo com Brito (2006, p. 72), “são elementos de que o homem se vale para satisfazer suas necessidades. Os recursos naturais são aqueles que se originam sem qualquer intervenção humana”, tais como terra fértil, água, entre outros. O conhecimento tecnológico, grosso modo, refere-se a conhecer e dominar as melhores formas de produzir algo ou prestar algum serviço.

Por fim, tem-se o capital humano, o trabalhador. Quanto maior for o nível de instrução e de treinamento do indivíduo para determinada tarefa, maior será sua capacidade produtiva. Mais uma vez a educação é apontada como fator decisivo no caminho de um país para o desenvolvimento. Quanto maior for o nível de instrução de um país, somada ao seu capital físico e ao conhecimento tecnológico, mais produtivo ele será, ainda que nem sempre disponha de recursos naturais em seu território.

Desse modo, é imprescindível o estímulo à educação, à inovação e ao empreendedorismo, que farão a produtividade de um país aumentar, e, com ela, sua riqueza real. Importante destacar que o padrão e a qualidade de vida de um povo dependem diretamente de sua capacidade de produzir bens e serviços. Além do mais, estimular a produção é um dos principais ajustes para preservar o equilíbrio do mercado e de seus preços,

mantendo a produção real à quantidade equivalente de moeda. Assim, se há um quantitativo de moeda excedente, o quantitativo da produção deverá ser aumentado.

Nesse diapasão, não é de todo correto afirmar que estimular apenas o consumo de um país é a chave para o equilíbrio de sua economia. É certo que consumir, além de necessário para sobrevivência, se constitui também uma necessidade de afirmação social. Assim diz Belk (2000, p. 76): “[...] nós consideramos nossos pertences como partes de nós. Nós somos o que temos e possuímos”. Com o consumo em alta, o dinheiro circula e movimentando o mercado, gerando mais renda.

No entanto, o consumo por si só, possui movimento limitado, visto que o consumo está restrito à distribuição salarial e de renda advinda diretamente da produção, e se existe uma divergência entre oferta e procura, gera-se oscilação de preço e de mercado. Vejamos: se um país produz 10 pães, seu consumo de pães está limitado a 10, e se esse mesmo país tem 20 consumidores, tem-se uma procura maior que a oferta, e o preço do pão tende a subir, gerando uma oscilação de mercado. A partir dessa afirmação, pode-se concluir o seguinte: se o preço do pão subiu, e o país pôde vender todos os seus 10 pães, logo essa transação foi excelente para o país, pois se produziu o mesmo, com o mesmo custo, com lucros maiores, certo? Não é bem assim. Perceba que 10 pessoas ficaram sem pão, e que as 10 pessoas que puderam comprar, tiveram seu poder aquisitivo reduzido, pois pagaram no pão um valor excedente, que poderia ter sido utilizado para comprar outro alimento, por exemplo. De modo análogo, se existem 30 pães e 20 consumidores, é possível que o preço se mantenha, e todas as pessoas possam comprá-los e, caso queiram, mais que 1.

Por uma questão lógica, é a produção que gera crescimento econômico, e não necessariamente somente o consumo pensado isoladamente. A economia cresce, então, quando os fatores de produção, como o capital e o trabalho, se expandem. As reservas geradas pela atividade produtiva permitem a criação e a manutenção de capital e, desse modo, a expansão da produção. Como afirma Chesnais (1996, p. 15): “É na produção que se cria riqueza, a partir da combinação social de formas de trabalho humano, de diferentes qualificações”.

Incentivar o comércio e a produção não é importante somente para manter o equilíbrio do mercado, mas também para alcançar maiores patamares de qualidade de vida. Quanto mais o comércio estiver aquecido, quanto maior for a rede e contatos de comércio, maiores serão as possibilidades de inovação, conhecimentos, novos produtos e integração entre produtores, o que possibilita a especialização na produção. Quanto mais eficiente e especialista um país for em produzir determinados itens, maior será sua produtividade e, por consequência, sua

riqueza e qualidade de vida, lembrando que produtividade se relaciona com a quantidade de serviços e bens que um indivíduo/trabalhador é capaz de produzir por hora trabalhada.

Incentivar a produção não sana apenas as necessidades para manter o ciclo de mercado, construir ou manter as riquezas de um povo, mas contribui como fator de identidade e integração social do indivíduo, assim como já desenhava Robert Castel (1998). A figura do trabalho para o autor era de eixo estruturante social, que tinha uma preocupação com a coesão social. A fragilidade e a vulnerabilidade do homem em sociedade são agravadas pela ausência ou instabilidade de uma forma de trabalho sem proteções, que leva os indivíduos a uma constante perda do equilíbrio de vida, de suas garantias individuais e de sua qualidade de vida. Sem trabalho adequado, o homem não faz parte de um ciclo social que o identifica como integrante de um organismo; a sua funcionalidade estará afetada.

O homem deve estar integrado no processo de recompensas pelo trabalho, tendo acesso às liberdades que uma vida em sociedade pode oferecer, como construir sua própria riqueza, aprender a ler, dar educação aos filhos, consumir, entre outros. Quando um modelo de economia priva a sociedade de ter essas liberdades, ela não pode ser considerada sustentável ou minimamente adequada.

Os investimentos improdutos possibilitados pela financeirização da riqueza drenam enormes quantias de dinheiro e não geram mais capacidade produtiva com esses recursos. Como relatam Krugman e Wells (2011), esses investimentos fazem exatamente o oposto quando a produtividade dos países começa a cair, com um mercado que tem sido dirigido pelas normas financeiras, trazendo desemprego, estagnando o crescimento e afetando principalmente grupos vulneráveis economicamente. Afirmam ainda que a ganância desenfreada e sem regulações por parte do Estado, principalmente no setor financeiro, tem efeito destrutivo.

Esse fluxo de acumulação preocupa inclusive a ONU, que, em 2015, alegou que nele não há uma relação entre rendimento e esforço produtivo, um fator que pode desencadear grandes problemas, pois veta oportunidades e as reais recompensas no âmbito laboral, podendo perpetuar as desigualdades sociais. Korten (2009) alerta sobre os excessos dos extremos pobreza e riqueza, causados pelo desvio de capital destinado às atividades especulativas, e os comprara a uma doença para o bom funcionamento social.

Dowbor (2017, p. 55), em seu livro *A Era do Capital Improdutivo*, levanta ainda um questionamento importante: “O que muda quando corporações se tornam financeiramente mais importantes do que os Estados?”. Algumas dessas corporações e grupos financeiros possuem capital consolidado na casa dos trilhões, equiparando-se ao PIB de alguns países. De

acordo com o Banco Mundial (2020), em 2018 o Brasil alcançou um PIB de mais de 1,8 trilhão em dólares, e, para um comparativo, a JP Morgan Chase, uma das maiores instituições financeiras do mundo, em 2018, segundo o próprio banco, somava U\$ 2,2 trilhões em ativos. Essa empresa foi classificada como *Score-range* C-D, pelo Basel Committee on Banking Supervision (BCBS) (2013), do Bank for International Settlements, por meio do Financial Stability Board (FSB) (2019), que identifica os grupos financeiros mais importantes do mundo. Isso indica que a JP Morgan Chase apresentava um risco maior de possíveis impactos no mercado, em razão do tamanho de sua operação e número de ativos; a classificação A é o melhor *Score*.

A questão é que, enquanto essas organizações atuam no mundo inteiro, a regulação do Estado se limita fragilmente aos seus territórios, e a dinâmica financeiro-mundial ainda é uma questão complexa frente à soberania dos Estados e ao poder dessas organizações, que são “galáxias econômicas” (DOWBOR, 2017, p. 58). Esse poder cedido tacitamente pelos Estados, haja vista a ausência de regulação efetiva dessas grandes instituições, gera uma atuação dotada de liberdade e poder, esse também gerado pelo dinheiro, ocasionando o controle sobre o próprio mercado.

O que é uma ironia, em um planeta que possui nações em sua maioria com sistema político-democrático, é o fato de o poder acabar sendo cedido para “partidos financeiros” que não foram eleitos democraticamente. “O gigantismo gera a erosão de responsabilidade [...] que se generalizou no mundo corporativo” (DOWBOR, 2017, p. 67).

De acordo Morin (2015), os Estados se tornaram uma espécie de reféns desses grandes grupos financeiros, com pouca capacidade de organizar ou regular o sistema financeiro em prol da sociedade, devido à sua dívida com essas instituições. Segundo estudo realizado pelo autor, os principais bancos e afins do mundo detinham, em 2013, em média um balanço de U\$ 50 trilhões, enquanto a dívida pública em escala global estava na casa exatamente dos U\$ 51,8 trilhões. É no mínimo curioso tal semelhança.

A redução da capacidade dos governos promoverem políticas monetárias e financeiras adequadas para fomentar o desenvolvimento impacta todas as nações. Isso gera a erosão da governança e a desmoralização da própria política e da democracia (DOWBOR, 2017, p. 128).

Para Sen (2010), existe um perigo ou uma certa insegurança, oriundos de erros na política, não sanados, ou não observados, que podem afetar drasticamente a situação econômica de um país, que até então pareça ser um Estado em boas condições.

No capítulo 4 deste trabalho, mostraremos como as riquezas e a renda têm sido divididas no mundo. Os maiores PIBs se concentram na China e nos Estados Unidos, mas a

concentração mais alarmante está nos 44,8% de toda a riqueza do mundo em posse de 0,8% da população mundial, os chamados ultrarricos. A questão é que, com tanto dinheiro, não é possível destiná-lo totalmente ao consumo. Logo, o comportamento de negócios desse grupo seletivo é a sua reutilização em produtos financeiros. Assim, esses montantes vão engordando cada vez mais sem produzir nada diretamente. Esse efeito de bola de neve enriquece cada vez mais um grupo que já tem um montante de riquezas exorbitante. Desse modo, ficam bloqueados quaisquer mecanismos de equalização da distribuição de renda.

Nesse processo de rentabilização pelos juros, o próprio Estado encontra dificuldades para se desvencilhar do grande ralo de juros cobrados pela dívida pública. Grande parte dos impostos arrecadados é destinada para o pagamento dos juros de empréstimos estatais. É o que Piketty (2013) chama de apropriação pelo sistema financeiro, por meio da dívida, dos tributos da população. Por esse motivo, ele não cumpre com sua função social de redistribuir a renda, financiar a infraestrutura, a educação, a saúde e demais serviços sociais.

Para esclarecer melhor como funciona a dívida pública, imagine que um país seja uma família comum, com ganhos pela renda que entra pelas atividades laborais de seus integrantes, e com gastos como água, luz, telefone. No caso de um país, a renda principal entra por meio dos impostos arrecadados, e os gastos principais são saúde, aposentadorias, salários etc. Quando essa família gasta mais do que ganha, acaba tomando empréstimos, acontecendo o mesmo com o país, que para cobrir o rombo contrai mais dívidas. Esses empréstimos e juros, que com o tempo vão se acumulando, são a dívida pública. A Selic - sigla de Sistema Especial de Liquidação e Custódia -, que até março de 2020 estava em 3,75% ao ano, é a taxa básica de juros nacional utilizada desde 1996 para nortear o pagamento dos juros da dívida pública.

É por intermédio dos títulos de dívidas emitidos pelo governo, concentrados nas mãos de bancos, fundos de pensão, seguradoras, instituições financeiras, entre outros, que o Estado toma empréstimos com a população, agora seu credor. Ao contrário do que se pensa, apenas uma pequena parte desses investimentos provém de outros países, a chamada dívida externa. No Brasil, de acordo com Banco Central, em 2019 a dívida pública brasileira era de 75% do PIB, e desde 2013 ela só vem crescendo. Segundo o Tesouro Nacional, no fim de 2020 a dívida pode chegar a 4,75 trilhões de reais. Desse número, 11,5 bilhões de reais são destinados ao pagamento anual da dívida externa.

Desde 1826, o Brasil, por 11 vezes, teve dificuldade em pagar sua dívida pública, interrompendo seus compromissos de pagamentos, devido à falta de recursos, um forte indicador de que, além da falta de regulação efetiva, o excesso de pagamento de juros é um processo insustentável para a economia e para o desenvolvimento do país. De acordo com

Piketty (2013), o que ocorre é uma transferência de capital e recursos do público para o privado; logo, a dívida corresponde ao direito dado aos rentistas sobre aqueles que pagam impostos, pressionando o aumento dos juros. Segundo Dowbor (2017), esse processo tem impacto desastroso para países como o Brasil.

Sem sanar esses problemas é pouco provável alcançarmos um crescimento econômico estável, com taxas de juros mais baixas, com um saldo maior para investimentos em produção, desenvolvimento e políticas sociais. Como possível saída, Piketty (2013) propõe um imposto sobre o capital, progressivo e mundial, na tentativa de regular a concentração de capital mundo afora, olhando esse tributo não como gasto, mas como investimento nos serviços prestados pelo Estado no combate às desigualdades.

O imposto mundial sobre o capital constitui o instrumento ideal de regulação, tem o mérito de preservar a abertura econômica e a mundialização, permitindo ao mesmo tempo regulá-la eficazmente e repartir os benefícios de maneira justa tanto dentro dos países como entre eles. Muitos rejeitarão o imposto sobre o capital como uma ilusão perigosa, da mesma forma como o imposto sobre a renda era rejeitado há um pouco mais de um século (PIKETTY, 2013, p. 837).

O que o autor propõe é uma intervenção da política tributária sobre o funcionamento do novo modelo de capitalismo instalado em campo global, para que esse, o capitalismo, seja mais civilizado e para que haja de fato uma democracia nos campos econômico e social.

#### **4 Os desafios do desenvolvimento: do global ao local**

Apesar de vivermos em um mundo cheio de riqueza e fartura, notadamente também pertencemos a um mundo que está cheio de fome e miséria em todos os seus cantos, com uma infinidade de problemas sociais e violações das mais diferentes naturezas, que afetam diretamente a qualidade de vida e a dignidade da pessoa humana.

É preciso estudar esses problemas sociais para proporcionar uma vida com a menor quantidade de privações possível, por meio do desenvolvimento e da abertura de oportunidades. As capacidades individuais de lidar com os percalços da vida social, vistas isoladamente, são limitadas e possuem um curto alcance. Portanto, de acordo com Sen (2010, p. 9-10), “superar esses problemas é uma parte central do processo de desenvolvimento”. Para o autor, “o desenvolvimento consiste na eliminação de privações de liberdade que limitam as escolhas e as oportunidades das pessoas de exercer ponderadamente sua condição de agente”.

Para compreendermos melhor o papel do desenvolvimento como propulsor das capacidades de enfrentamento de problemas sociais, assim como na busca de vencer privações, é importante olharmos para os campos social, econômico e político, que andam sempre atrelados. Importante destacar que uma sociedade organizada, que viabiliza oportunidades, proteção social, com um mercado transparente, contribuirá “para a expansão e a garantia das liberdades substantivas dos indivíduos, vistos como agentes ativos de mudança e não como recebedores passivos de benefícios” (SEN, 2010, p.11).

Sen (2010, p. 16-17) deixando bem claro que desenvolvimento não se restringe ao fator econômico, por buscar muito mais que isso, tais como a remoção da “pobreza e tirania, carência de oportunidades econômicas e destituição social sistemática, negligência dos serviços públicos e intolerância ou interferência excessiva de Estados repressivos”, afirma que existe uma correlação entre os diversos tipos de liberdade, de modo que o desenvolvimento desencadearia a liberdade humana de modo geral. Esse é seu objetivo. Logo, as oportunidades econômicas citadas pelo autor fazem parte de um grande arsenal na busca pelo rompimento das privações das liberdades humanas em geral.

Existem alguns estudos, mencionados por Sen em seu livro *Desenvolvimento como Liberdade* (2010), correlacionando o crescimento econômico com a expectativa de vida da população. Comparando alguns países é possível verificar uma estreita relação entre a renda per capita do país e a expectativa de vida das pessoas. É claro que, se verificamos outros fatores como saúde pública, ou recursos públicos aplicados a ela, esses resultados podem ser alterados drasticamente. Mas, de um modo geral, o crescimento econômico pode contribuir positivamente, assim como o desenvolvimento, para a qualidade de vida dos indivíduos, aumentando sua expectativa de vida. No entanto, o ponto mais importante é observar o que Sen (2010, p. 66) fala a esse respeito: “O impacto do crescimento econômico depende muito do modo como seus frutos são aproveitados”. Se esses recursos foram utilizados, por exemplo, a favor de serviços como saúde ou eliminação da pobreza, de um modo geral, renda per capita do país e expectativa de vida estarão corretamente relacionadas.

Associados a essa questão estão o desenvolvimento e o seu papel na expansão das oportunidades igualitárias aos grupos sociais mais variados, fazendo com que o aumento de empregos e outras situações que sejam favoráveis para o aumento da qualidade de vida contribuam para o aumento da expectativa de vida por meio de um conjunto de intervenções públicas. Por exemplo, garantir a segurança alimentar como forma de redução da fome, diminuição da taxa de mortalidade, maiores cuidados com a saúde por meio de políticas epidemiológicas ou saneamento básico, segurança pública, educação de qualidade e moradia

adequada. Portanto, o desenvolvimento econômico, associado a um bom funcionamento da máquina pública, pode contribuir significativamente para uma vida mais satisfatória à população.

Olhando isoladamente o desenvolvimento econômico em um país como o Brasil, de grandes desigualdades sociais e taxas constantes e elevadas de desemprego, nota-se que o crescimento da expectativa de vida da população, assim como seu Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), tem ocorrido de forma muito lenta. No entanto, Sen (2010) dá exemplos de alguns países, como Siri Lanka e Costa Rica, que, mesmo com um crescimento econômico não tão acelerado, mas com uma estrutura de organização social, visando à manutenção e à qualidade dos serviços públicos ofertados, alcançaram sucesso em alguns quesitos sociais, como baixa na taxa de mortalidade e melhorias significativas nas condições e qualidade de vida da população.

Portanto, associadas ao crescimento econômico deve haver políticas que mantenham o custeio dos serviços públicos. Na verdade, para Sen (2010), o investimento nos serviços públicos pode ser considerado como investimento para o crescimento econômico, pois um colabora para o outro. Desse modo, esse investimento nos programas adequados dos serviços sociais pode ser feito antes mesmo que um país seja considerado rico, mas pode significar um avanço nos países ainda pobres, no caminho para o aumento do seu crescimento econômico. A ideia é que uma população mais bem assistida por serviços públicos de qualidade, com maior nível de escolaridade e melhores condições de saúde, tem muito mais a oferecer para si, para a economia e para o mercado de trabalho. Para o autor, as liberdades humanas e a sua expansão são o meio e o fim do desenvolvimento.

Dessa forma, não se trata primordialmente das necessidades do mercado financeiro ou do desenvolvimento econômico, ou da renda per capita, trata-se primeiramente das liberdades individuais e das garantias individuais geradas pelos desenvolvimentos econômico e social; portanto, do usufruto daquilo que o desenvolvimento pode gerar às pessoas. É claro que para isso as condições econômicas, políticas e sociais de um país precisam estar férteis para viabilizar o desenvolvimento, trazendo os indivíduos envolvidos ao centro da formação ativa de suas próprias vidas, deixando de ser estigmatizados como recebedores passivos de programas sociais de governo. Para isso, basta apenas o surgimento desses meios, entendendo as necessidades e capacidades humanas como centro.

Os papéis instrumentais da liberdade incluem vários componentes distintos, porém inter-relacionados, como facilidades econômicas, liberdades políticas, oportunidades sociais, garantia de transparência e segurança protetora. Esses direitos, oportunidades e intulamentos instrumentais possuem fortes encadeamentos entre

si, que podem se dar em diferentes direções. O processo de desenvolvimento é crucialmente influenciado por essas inter-relações (SEN, 2010, p. 77).

O Banco Mundial (2017) aponta a diminuição da pobreza no mundo nas últimas 4 décadas. A maior parte desse grupo que saiu da pobreza, é formada por chineses, indicando mais uma vez que o movimento produtivo pode ser a chave para a expansão econômica dos países, afetando positivamente as pessoas. Em torno de um bilhão de pessoas nos últimos 40 anos vêm rompendo a fronteira da extrema pobreza, e, desse número, 700 milhões, em média, são chineses. No entanto, o ganho diário em dólar dessas pessoas não passa dos 1,90. Em reais, dá uma média de 274,00 por mês, o que, apesar de ser um avanço, ainda representa, numericamente, uma vida extremamente limitada. Para um comparativo, de acordo com a Pesquisa Nacional de Cesta Básica de Alimentos (2020), em março de 2020 o preço da cesta básica no Estado de São Paulo era de R\$ 519,76. Esse preço varia de acordo com o estado. Esse um bilhão de pessoas poderiam adquirir pouco mais que meia cesta básica por mês. É um exemplo duro de como a pobreza pode restringir a vida e as liberdades substantivas mais simples dos indivíduos, como escolher o que comer, e como as políticas mundiais em sua grande maioria ainda não atuam de maneira inclusiva, seguindo o padrão capitalista de exclusão social, pela distribuição desigual de renda.

Segundo a ONU (2019), a população mundial em 2019 foi estimada em 7,7 bilhões de pessoas, para um PIB mundial, que, segundo Dowbor (2017), pode ser arredondado em 80 trilhões. Em dólares, daria uma renda média de R\$ 49.000,00 mensais por pessoa, número hipotético bem diferente dos dados reais de R\$ 274,00 mensais, além das mais 800 milhões de pessoas que ainda passam fome no mundo em 2018, segundo a ONU (2019).

De acordo com Piketty, Saez e Zucman (2017), o desenvolvimento de alguns países é claramente direcionado para as classes mais altas. Nos Estados Unidos, por exemplo, houve um aumento de 121% na renda de 10% da população, 205% de aumento na renda de 1% da população e 636% de aumento para 0,001%. Esses 10, 1 e 0,001% já faziam parte do topo da distribuição de renda no país. Esse aumento de renda se explica nas aplicações financeiras, apoiadas pelo formato econômico vigente no país desde 1980. Essas aplicações vão gerando cada vez mais renda oriunda de um capital improdutivo, o que faz com que as diferenças na acumulação da riqueza entre os indivíduos deem um salto. Um sistema econômico que perdura por 40 anos é amparado obviamente por diretrizes políticas que o favorecem e desamparam um desenvolvimento social inclusivo. Por isso, a importância das políticas públicas que visam a um desenvolvimento além do econômico.

Alguns riscos são agravados pela falta de desenvolvimento e pela pobreza. Um cenário subdesenvolvido reduz a capacidade e as opções de o indivíduo combater ou se proteger desses riscos, tornando-o ainda mais vulnerável. Imagine, por exemplo, que alguém more em um bairro que cresceu desordenadamente à beira de uma encosta, sem a supervisão e autorização do Estado. Essa pessoa não possui recursos para adquirir um outro terreno e reconstruir uma nova casa para sair de lá. Esse indivíduo está sujeito a inúmeros riscos, como desmoronamento e enxurradas, colocando a sua própria vida e da sua família em perigo, além de sofrer com outros transtornos que uma moradia sem infraestrutura oferece, como riscos à saúde por falta de saneamento básico, ou falta de segurança, entre outros. Outro indivíduo, que não possui energia elétrica em sua casa, tende a ter mais infecções alimentares por comida estragada, por falta de armazenamento adequado, ou quem ainda cozinha com lenha se expõe à fumaça contínua dentro de casa, o que pode agravar doenças respiratórias.

Toda a estrutura que o poder público leva até os indivíduos de maneira coletiva, por meio de políticas desenvolvimentistas, aumenta as possibilidades da melhoria de sua qualidade de vida, mesmo que tenham uma renda mais baixa. De acordo com Dowbor (2017), além da riqueza ou renda, o indivíduo conta com um salário indireto, que vem por meio do seu acesso à saúde, segurança, infraestrutura pública, educação, entre outros. Esses fatores farão com que, mesmo que desprovido de uma renda alta, caso tenha acesso a todas essas políticas públicas, alcance uma melhor qualidade de vida. Por isso, o desenvolvimento de um país ou região não pode levar em conta apenas o fator renda, pois existem todas essas outras necessidades sociais a serem sanadas para alcançar uma vida digna.

Outro fator que pode contribuir para o entrave do desenvolvimento, que está diretamente ligado à financeirização, é a evasão fiscal. De acordo com o *The Economist* (2013) e outros estudos, após a crise econômica em 2008 a evasão fiscal pela sonegação dessas instituições tem girado em torno de 20 trilhões de dólares.

A evasão fiscal acontece principalmente pela falta de regulação efetiva, como já falado, possibilitada pelas “ilhas fiscais”. Obviamente, não são ilhas literalmente, trata-se de lugares que fogem da jurisdição de países que por porventura venham a rastrear lastros financeiros de instituições que preferem ocultar tanto a origem como o destino dos recursos, assim como, é claro, e mais importante, isentam seus titulares de qualquer responsabilidade fiscal em seus países originários. Resumindo, os recursos não existem formalmente. E se não existem, como tributá-los?

Quando essas instituições praticam a transnacionalidade, com filiais em qualquer lugar do mundo, se valem da extraterritorialidade, não somente para alcançar outros mercados, mas

também para fragmentar-se mundo afora. Essa subdivisão da empresa em tantas outras dificulta a identificação da origem real dos recursos.

O termo utilizado é *offshore*, uma “zona livre” que fica além das fronteiras de um determinado país, geralmente com isenção ou redução fiscal, com leis econômicas diferentes e geralmente mais liberais, oferecendo o anonimato aos titulares desses recursos, que são amparados tecnicamente por advogados e contadores. Segundo o *The Economist* (2013), essas extensões são geridas por bancos “éticos”, como HSBC e Goldman&Sachs, entre outros.

São exemplos de países que oferecem essas regalias: Bahamas, Costa Rica, Panamá, mais popularmente conhecidos como *Tax Havens*, paraísos fiscais. E apesar de pequenos, esses países são Estados dotados de soberania, gozando de sua livre atuação interna, para definir suas próprias leis econômicas. Mais uma vez esbarramos nesta questão: a falta de regulação efetiva que determine o comportamento econômico e social de grandes instituições. Um dos principais benefícios das *offshores* é a evasão fiscal, e de acordo com a Tax Justice Network (2020) a evasão chega a uma média de U\$ 427 bilhões por ano no mundo.

Shaxson (2011) ressalta que os impostos não podem ser considerados um custo passível de cortes ou reduções para atrair ou beneficiar o investidor, por se tratar de uma compensação ou retorno ao Estado e à sociedade correspondentes aos investimentos sociais e estruturais já feitos e que estão à disposição dessas organizações. Essa prática trava o desenvolvimento, que depende do recolhimento tributário para financiar políticas públicas que visam a atender as tantas demandas sociais.

Esse modelo de investimento, que se desvia não só da produção real, mas que também escapa do sistema padrão de tributação, alimenta um ciclo de reprodução improdutivo do capital. Esse ciclo impede a sociedade de obter tanto a renda direta, por meio do formato convencional de emprego e salário, como a renda indireta, que é negada quando a infraestrutura do Estado não é financiada. É o que Dowbor (2017, p. 91) chama de “capital improdutivo”.

De acordo com Dowbor (2017, p. 115), esse processo de funcionamento econômico-financeirizado, dominado pelas grandes organizações, está se tornando tão corriqueiro e sistêmico que não só interfere no campo político como também está se transformando em “poder político articulado”, deixando de ser apenas casos de *lobbies* isolados. Essa conexão vem de vários lados, além, é claro, dos financiamentos de campanhas autorizados em 1997 tanto para pessoas físicas como para pessoas jurídicas por meio da Lei nº 9.504/1997.

É claro que a prática de empresas financiarem partidos não poderia gerar resultados diferentes de “congressistas corporativos”, o que não é tão democrático assim, provocando

um atraso no planejamento e no desenrolar de políticas sociais. Dowbor (2017) fala sobre o deslocamento da política, que sai dos interesses sociais e assume uma postura de defesa dos interesses do mercado, a quem tem realmente contas a prestar.

A partir de 2015, por força da Ação Direta de Inconstitucionalidade 4650, as empresas não puderam mais fazer doações para campanhas eleitorais, mas as normas para doações de pessoas físicas continuaram valendo. Qualquer pessoa física, identificando-se com seu CPF, poderia doar até 10% de sua declaração de renda do ano anterior. Mas é claro que as relações entre empresas e política não se findaram aí. Prova disso foi o escândalo com a construtora Odebrecht, que foi uma das maiores financiadoras de campanha na história brasileira, chegando a pagar ao governo R\$ 113 milhões de propina para continuar com contratos na petrolífera brasileira, a Petrobrás, em 2015. Em acordo judicial, a empresa vai devolver quase R\$ 7 bilhões em 20 anos.

Geralmente é isto que acontece quando a jurisdição de um país alcança essas grandes corporações: realizam-se os chamados *settlements*, que são acordos judiciais que pagam a culpa. Assim, o consumidor final acaba pagando por isso, visto que as provisões matemáticas incluem no preço do produto os riscos pelos ilícitos da operação.

A informação, ou a falta dela, também é um fator aliado à prática da economia elitista financeirizada. As informações seletivas veiculadas em massa podem dar a impressão à sociedade - em sua grande parte sem instrução financeira ou política suficientes para discernir o que é viável, ou não - de que um produto, ou uma prática, ou um governo são benéficos para a coletividade. Dowbor (2017) dá alguns exemplos de mistificações em massa, por informações deturpadas ou incompletas em escala global, como a guerra EUA vs. Iraque. Em princípio, uma nobre tentativa de derrubar a ditadura iraquiana opressora vigente, quando na verdade era uma simples disputa por petróleo e seu controle, envolvendo importantes nomes da comunicação mundial.

Em seguida, e não menos importante, campanhas publicitárias estabelecendo consciente e inconscientemente a cultura do consumo, traçando o perfil perfeito de instituições, financeiras ou de qualquer outro ramo. Pesquisas citadas por Dowbor (2017) em seu livro *A era do Capital Improdutivo*, além de outras, indicam que até parte das publicações científicas no Brasil e no mundo acabam sendo direcionadas ao controle da opinião pública, no intuito de construir um debate científico que possa influenciar políticas de governo e opinião e preferência da população.

O controle da informação alcança a todos. Informações pessoais de bilhões de pessoas são sistematizadas por meio de uma grande rede de bancos de dados, redes sociais, acessos à

internet, compras online, entre outros. Esses bancos de dados se cruzam e traçam perfis, preferências, opiniões e modos de vida, e são uma excelente ferramenta de poder, seja do Estado, seja das empresas sobre a vida da sociedade. Afinal, informação é poder.

#### 4.1 Status Global

Como já ressaltamos neste trabalho, compreender os dados globais é importante para visualizar de que modo a financeirização da riqueza se manifesta na população. De acordo com a ONU, a população mundial já ultrapassou a marca dos 7 bilhões. A projeção para 2030 é de 8,6 bilhões de pessoas.

O PIB mundial, o produto nacional bruto de todos os países do mundo, está acima dos 80 trilhões de dólares americanos. De acordo com o FMI, essa riqueza está dividida entre os países da seguinte maneira:

Figura 3 - As maiores economias do mundo em 2018



Fonte: FMI (2019).

De acordo com dados do Bank for International Settlements (BIS), em junho de 2019 o volume de derivativos (títulos derivados de aplicações financeiras) emitidos era de U\$ 640 trilhões, 8 vezes maior que o PIB mundial, que era estimado em U\$ 80 trilhões pelo FMI (2019). Nota-se que não existem recursos reais para suprir a demanda do dinheiro fictício criado pelo sistema financeiro.

Mas o que é exatamente PIB? Trata-se da soma total de bens e serviços finais produzidos, consubstanciando a renda de um país ou de uma região.

O Produto Interno Bruto (PIB) é um indicador que leva em conta a produção de bens e serviços em um período de tempo, dentro das fronteiras do país, incluindo a produção de empresas estrangeiras que estão alocadas em território nacional. Dessa forma, tal indicador não considera que as empresas estrangeiras, apesar de produzirem dentro de determinado país, tende a remeter os seus lucros e dividendos para às suas respectivas matrizes, enquanto que eventuais empresas brasileiras, que estão fora do nosso território produzindo em outro país, tendem a fazer o caminho inverso.

Dessa forma, para se apurar qual o quanto de riqueza que efetivamente é alocado para um determinado país, beneficiando de fato o seu povo, o indicador mais adequado seria o Produto Nacional Bruto (PNB), que mensura qual o fluxo de riquezas que pertencem a determinado território nacional, independente do local da sua produção.

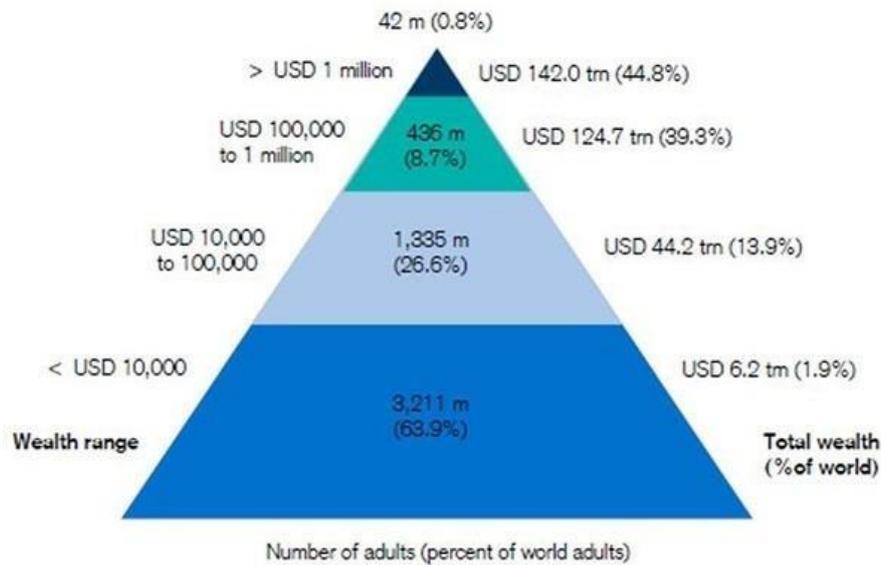
Nesse caso, a produção de empresas estrangeiras que estão alocadas no Brasil não compõe o PNB, pois se trata do fluxo de recursos estrangeiros que voltam ao seu país de origem. Portanto o PNB é que poderia nos mostrar o número real da riqueza produzida que fica por aqui. No entanto, no Brasil utiliza-se o PIB como referência, disponível em canais de dados oficiais, como IBGE, por exemplo. Em 2019, de acordo com IBGE (2020), o PIB brasileiro foi de R\$ 7,4 trilhões, enquanto que os dados do PNB praticamente são ignorados, dentro de uma concepção de mundo que oculta qual o destino efetivo da produção geral de riqueza social.

Imagine que em um país exista apenas o Sr. X e, como vive sozinho, ele mesmo planta mandiocas, cria galinhas e confecciona suas próprias roupas e sapatos. A economia e a riqueza real de seu país serão exatamente a soma de todas as mandiocas, galinhas, roupas e sapatos. Caso o Sr. X tenha expertise na sua possibilidade de produção, logo terá um bom padrão de vida, com mais alimentos à sua disposição, roupas para vestir, assim como sapatos para calçar. Perceba que o padrão de vida do Sr. X está diretamente ligado à sua capacidade produtiva.

Até 2018, 18,69% e 15,16% da riqueza mundial estavam concentrados na China e nos Estados Unidos, respectivamente. 2 dos 193 países do mundo concentram a riqueza do planeta. A pirâmide abaixo mostra como a riqueza é dividida entre todos os indivíduos adultos em todo o mundo.

Até 2018, menos de 1% da população mundial detinha quase 50% da riqueza do mundo. Chamados de ultrarricos, os componentes desse estrato têm mais riqueza que os demais 99%.

Figura 4 - A pirâmide global da riqueza 2018



Fonte: Davies; Lluberas; Shorrocks. (2018)

Segundo a Organização Internacional do Trabalho (OIT) (2019), em 2018, 172 milhões de pessoas não tinham emprego. E de acordo com a ONU (2019), 870 milhões de pessoas em todo o mundo estão passando fome. Observa-se que a concentração de renda e a desigualdade estão presentes no mundo inteiro e são alimentadas pela financeirização dos processos econômicos.

## 4.2 Situação econômica brasileira

Para dar início a qualquer análise da atual situação econômica brasileira, é preciso compreender a origem de sua formação social, que veio de um padrão agrário-exportador e de um regime de trabalho escravocrata, o que marcou profundamente a sua sociedade com uma desigualdade social estrutural. Desse modo, um contingente considerável do seu povo encontra-se há gerações em situação de vulnerabilidade social.

Como é sabido, seu surgimento ocorreu por meio da colonização portuguesa, quando Portugal já possuía afetações capitalistas da Inglaterra. Possuidor de grandes riquezas em minério, como o ouro, além de outras riquezas naturais, como terras férteis, que forneciam madeira e posteriormente café, o Brasil sofreu fortes influências coloniais para a manutenção das atividades pelo uso da terra, como a agricultura. A exemplo disso, em 1785, Portugal chegou a proibir as manufaturas ou indústrias no Brasil, visando a “incentivar” as riquezas do território, suas terras.

Esse tipo de produção, entre outras, como extração de ouro, contava com mão de obra escrava, estabelecendo um formato econômico com impactos sociais que perduram até os dias de hoje, estigmatizando uma etnia em razão da cor da pele e da posição social em que se encontrava no período colonial. Isso reduziu oportunidades devido ao formato de discriminação social que se instalou no decorrer dos séculos como herança cultural. Ou seja, um padrão de desigualdade estruturado.

Mesmo com o fim de sua dependência à colônia, o Brasil ainda manteve suas características de país agrário e, em 1840, de acordo com Furtado (2005), passa a ser um país de exportação, tendo o café como principal produto. Nesse período, segundo o autor, 40% de sua produção eram de café.

A dependência que outrora era para com Portugal, passa a ser em relação à Inglaterra, que agora escoava sua produção manufaturada para o Brasil e financiava a produção agrícola. Nesse cenário de concentração fundiária, com atenção e investimentos governamentais voltados primordialmente para a agricultura, o desenvolvimento do setor industrial, que tentava se estabelecer, entrou em declínio.

De acordo com Souza (2008), com a crise de 1929, as dívidas externas estavam cada vez mais altas, o país tinha cada vez menos crédito internacional. A moeda brasileira, assim como a produção de café, que se amontoava em grandes estoques, valia cada vez menos. Além disso, o mercado nacional estava abarrotado de produtos estrangeiros, cada vez mais caros, o que levou o país a adotar novas políticas de incentivo a outros produtos e a outras atividades, por exemplo a industrial. “A industrialização brasileira é conhecida como industrialização por substituição de importações porque passou a produzir internamente os produtos que antes o país importava” (SOUZA, 2008, p. 13).

Com a implementação da indústria nacional, novas necessidades trabalhistas surgiram, e, após 1930, nasceram novos órgãos de proteção social, como o Ministério do Trabalho (hoje incorporado ao Ministério da Economia), sindicatos e Previdência Social. Com eles, vieram também alguns benefícios à população, que dinamizaram o mercado e fomentaram a economia interna, como a criação do salário mínimo, em 1941, promovendo melhora no poder de compra da população empregada.

Nos anos seguintes, com a política de Getúlio Vargas voltada para o setor industrial, houve incremento do crescimento econômico do país nos anos 50. De acordo com Souza (2008), o setor da indústria metalúrgica deu um saldo de 22% para 38% nos anos de 1949 a 1958, respectivamente. O intuito de Vargas era alcançar a independência econômica do Brasil por meio da industrialização. No entanto, houve certo entrave devido ao cenário mundial

depois da Segunda Guerra, que direcionava recursos oriundos dos Estados Unidos prioritariamente para a Europa. Os recursos destinados à América Latina, segundo Souza (2008), tinham propósitos distintos dos da indústria.

Em seguida, de acordo com Souza (2008), o Governo JK trouxe um plano de metas - que se cumpriu em praticamente 100%, que visava ao incentivo à indústria de base, transporte, energia elétrica, maquinário para produção de bens, por meio de investimentos estatais, colaborando para o desenvolvimento da infraestrutura do país, além de incentivar a produção de alimentos e bens duráveis e dar abertura ao capital estrangeiro.

Segundo o autor, em 1961, US\$ 529 milhões estavam alocados no país adquiridos por empréstimos. No entanto, 70% desse ordenado foram introduzidos por meio de maquinário inutilizado nas fábricas nos Estados Unidos, que já possuíam maquinário mais avançado tecnologicamente. Era a TV velha vendida para o vizinho do sul, mais pobre, com uma alta taxa de juros agregada. Grande parte desse maquinário era do setor automobilístico, que atraía cada vez mais investimento estrangeiro, por se tratar do país sul-americano de maior desenvolvimento. Mesmo com a aceleração do setor, a média salarial de operários não cresceu de igual modo. Entre os anos de 1955 e 1962, quando a produtividade cresceu quase 73%, a média de salário avançou apenas 12,3%. Os salários não somente estagnaram como também decresceram a partir de 1964.

Essa defasagem permitia lucro aos empresários e acelerava a concentração de capital desse grupo industrial. Em 1960, o Brasil já era o país com maior concentração de renda na América Latina. O crescimento de capital externo em favor da indústria estava diretamente atrelado à concentração de renda no Brasil. O raciocínio do setor empresarial foi simples: para pagar e atrair o capital externo, o lucro fornecido deve ser maior que o lucro habitual gerado no país de origem do recurso. Para tal, os salários não poderiam acompanhar os índices de produtividade. Assim, de acordo com Souza (2008, p. 35-36),

[...] o trabalhador acaba percebendo um salário insuficiente para garantir o seu sustento e o de sua família. Para garantir esse sustento, termina trabalhando uma jornada de trabalho maior que o normal ou colocando mais membros da família no mercado de trabalho. Desse modo, podemos dizer que o crescimento econômico baseado na crescente participação do capital estrangeiro e na expansão 'desproporcionada' do setor impõe como característica própria a concentração de renda e o pagamento da força de trabalho por um o valor insuficiente para viabilizar o sustento de sua família.

A classe trabalhadora começou a sentir as consequências do governo Jânio Quadros em 1961, quando, para controlar a inflação, exerceu o controle sobre os salários, que

decreceram 14,7% a partir desse ano. No entanto, devido às contradições do seu plano de governo, Jânio renuncia, e João Goulart assume. Entre tentativas de golpe e implantação do parlamentarismo, entre os anos de 1961 e 1963, o Brasil ficou à deriva e entrou novamente em crise, que durou cerca de 5 anos em razão da instabilidade gerada e da falta de investimentos públicos. Nesse período, houve novamente o aumento da inflação entre 1961 e 1964, a queda nos investimentos tanto internos quanto externos e o aumento do lucro para investidores externos, reduzindo a atividade econômica e agravando a crise no país.

Enquanto João Goulart buscava o desenvolvimento nacionalista por intermédio de seu plano de governo, objetivando reduzir investimento do exterior e incentivando a implementação da indústria nacional, o governo intervencionista dos Estados Unidos de Lyndon B. Johnson incentivou o golpe militar no Brasil, para proteger os investimentos de seu país na América Latina.

O golpe aconteceu em 1964, e seu objetivo era expandir o capital estrangeiro no Brasil, aumentar o lucro empresarial, o que favoreceu os oligopólios. O movimento operário foi reprimido, os salários foram reduzidos para controle inflacionário, sindicatos foram desarticulados, greves foram proibidas e a estabilidade de emprego foi extinta.

A concentração de renda aumentou drasticamente, e o crédito aos pequenos e médios empresários foi restrito, havendo também aumento tributário, e esse conjunto de fatores acabou levando milhares à falência. Basicamente adotou-se uma política econômica liberalista que incentivava o capital estrangeiro e buscava limitar os gastos públicos, restringindo o papel financeiro do Estado.

Para Souza (2008, p. 74), o regime militar visava a “consolidar um padrão econômico dependente e excludente”. A ideia era que, quanto maior a participação de capital estrangeiro, menor seriam os gastos do Estado. No entanto, a crise não se extinguiu, e o mundo ainda se sentia inseguro pela instabilidade político-econômica para realizar novos investimentos no Brasil. A economia começou a reagir após 1968, por meio dos investimentos públicos nas estatais já implantadas antes do regime militar, como a Eletrobrás e mais tarde a Telebrás, em 1972.

Nesse período de ascensão, o governo revisitou sua política de restrição ao crédito e o tornou mais fluido e acessível para atender a pontos de investimento ajudando a dinamizar o mercado, o consumo e as exportações. Porém, a dependência financeira de capital externo trouxe estagnação para a economia brasileira, do final da década de 70 até os anos de 1984, quando a moeda e as *commodities* estavam cada vez mais baratas e os juros internacionais cada vez mais caros, aumentando a dívida externa, estrangulando a economia brasileira.

Segundo Souza (2008, p. 147), “os encargos da dívida, que representavam 64% das exportações no primeiro ano, subiram para 97% no último”.

Em crise, o país não foi capaz de pagar a dívida, optando pela renegociação com regras detalhadas pelo FMI, dificultando o desenvolvimento de sua própria política econômica e trazendo uma inevitável recessão econômica. Houve corte para custeio das empresas estatais, novo aumento tributário e nos juros para crédito agrícola, além de novo reajuste salarial da classe operária, para baixo. O descontentamento popular pela crescente crise econômica e política fez surgir o movimento Diretas Já, e, em 1985, Tancredo Neves foi eleito presidente, marcando o fim do regime militar.

O novo governo visava à reestruturação do desenvolvimento nacional com o investimento produtivo por meio do crédito com taxas de juros reduzidas, do congelamento dos preços, além da melhora salarial. Com a implantação do Plano Cruzado, em 1986, houve avanço na distribuição de renda, o que fomentou a economia. Mas, devido ao fantasma da dívida externa, uma nova crise inflacionária se estabeleceu, e, em 1990, o presidente Fernando Collor realizou o confisco, retirando quase 80% dos cruzados de circulação, no intuito de controlar a inflação. Grande parte da população não foi devidamente ressarcida, alguns puderam receber de volta as suas economias apenas 28 anos depois; outros nunca receberam.

Em 1994, já no governo Fernando Henrique Cardoso, houve a implantação do Plano Real, que trouxe certa estabilidade econômica, controlou parcialmente a inflação seguindo algumas medidas econômicas. A dívida externa foi renegociada com suspensão dos juros de mora, elevou-se novamente a taxa de juros, e um Fundo Social de Emergência (FSE) foi criado, que na verdade era um fundo para gerar recursos para pagamento dos altos juros, implantados pela nova política econômica. Por fim, foi criado um programa para desestatizar a economia brasileira, que visava a mitigar gastos públicos alimentando a manutenção do capital externo no Brasil. Esse programa de desestatização alcançou o petróleo, telecomunicação, energia, ferrovias, entre outros, e, até 1998, segundo Souza (2008), 76% do patrimônio estatal foi vendido. Nos anos de 1995 até os anos 2000, 5.082 estatais passaram ao domínio estrangeiro. Essa entrada massiva de capital estrangeiro fez repetir o episódio dos anos 20, um aumento de envio de lucros para fora, assim como o aumento de produtos importados no Brasil, e a exportação, que poderia equalizar esse descompasso, foi afetada.

Entre as privatizações, direcionadas por uma visão neoliberal, inclusive recomendadas pelo FMI, estavam os bancos, por exemplo o Banespa, um dos maiores bancos do país na época, que foi vendido para o grupo espanhol Santander pela décima parte do seu valor de mercado. Em resumo, o que ocorreu foi a transferência da lucratividade de setores tão

promissores da economia brasileira para o domínio estrangeiro, que se utilizou de uma estrutura já construída pelo governo brasileiro desde os anos 60. Houve um enxugamento na folha dessas empresas e a precarização das relações de trabalho outrora estáveis, alavancando o desemprego.

Em 1999, ocorreu a liberação da flutuação cambial, e o real se desvalorizou novamente frente às moedas internacionais. Houve então um novo salto na dívida externa e uma nova inflação. Mais tarde, já no governo Lula, com a alta da taxa básica para controle inflacionário e o aumento da dívida pública, tanto interna quanto externa, gerou-se a necessidade de emissão de mais títulos, aumentando ainda mais a dívida, visto que economia e arrecadação não suportavam o pagamento de tanto juro. Como fala Souza (2008, p. 303): “O nó górdio do problema é, pois, a taxa de juro. Se ela tivesse baixado, a relação dívida/PIB haveria caído mais ainda”.

Para enfrentamento das questões no comércio internacional, o governo Lula começou a articular e fortalecer os laços com os blocos internacionais na América Latina, como a União de Nações Sul-Americanas (UNASUL), G20 e Mercosul, favorecendo o comércio entre esses países e os tornando mais significativos frente ao mercado mundial. A partir daí houve também uma paralisação na política de desestatização e a adoção de novo aumento da taxa básica de juros, barateando a produção importada e impedindo a alta de preços de produtos nacionais e controlando a inflação temporariamente. No entanto, para Souza (2008), para o real controle da inflação deve haver um aumento do investimento para produção interna e aumento de bens e serviços, evitando a transferência de recursos para fora, evitando também inutilizar esses recursos nos processos de especulação financeira.

A leitura que se faz no decorrer da história brasileira é que a economia, por mais que tenha sido colocada em primeiro plano, sempre foi afetada negativamente pelos embaraços de uma política conturbada e voltada para os interesses de uma elite minoritária. Entre golpes, recessões e pressão internacional de países como Portugal, Inglaterra e Estados Unidos, o Brasil nunca pôde operar uma política econômica de longo prazo de forma plena, para satisfazer os interesses e as necessidades da população geral de maneira definitiva. Pelo contrário, o sistema sempre favoreceu a concentração de renda, perpetuando a pobreza e a desigualdade social. O que se estabeleceu foi uma economia de exclusões sociais, baseada inicialmente no modelo agrário-escravocrata, que, apesar de abolida, não se extinguiu com a chegada da economia moderna. O negócio agrário, por mais que necessário e rentável, combateu por muitos anos a industrialização no país, trazendo um desenvolvimento tardio e caro, baseado em investimentos estrangeiros com altas taxas de juros. Essa é a herança que o

Brasil possui até hoje, um modelo de mercado fomentado à custa de altos juros, comprometendo o que o país arrecada e o desenvolvimento de um povo.

Por isso, é importante promover um tipo de desenvolvimento que possa resgatar essa imensa dívida social, ou seja, que tenha como centralidade um crescimento econômico a serviço da inclusão social e da distribuição de renda.

Atualmente o Brasil passa por um modelo de gestão econômica de extrema direita que tem tendências assumidamente de aprofundamento dos preceitos neoliberais, focado no corte de gastos públicos, partindo para reformas como a da Previdência e com indicações de que novas privatizações podem acontecer. Isso pode resultar em um estrangulamento das funções públicas estatais de regulação do desenvolvimento e distribuição do excedente e ampliar ainda mais a liberdade de ação e de busca do lucro privado por parte do setor empresarial.

### **4.3 Críticas ao Estado mínimo**

Para compreendermos melhor a figura do Estado e seu papel de promotor do equilíbrio, não só do mercado, mas também do convívio social, revisitaremos alguns conceitos. O primeiro deles é o surgimento do Estado.

O Estado é uma figura historicamente necessária, dada a diversidade das relações sociais e aspirações humanas, que podem concorrer tanto para a cooperação quanto para o conflito. A título de exemplo, imagine, em uma configuração hipotética, uma sociedade primitiva que começa a crescer de tal modo que surge a necessidade de uma organização mais elaborada. Dentro dessa sociedade primitiva existem inúmeros indivíduos que desempenham suas próprias atividades para subsistência. Em um determinado momento, o habitante A, por ser mais forte, toma as terras e a casa do habitante B. Isso desperta no grupo a ideia de que deve haver normas que possibilitem maior proteção para todos os indivíduos dessa sociedade, independentemente de sua força física ou mental. Além disso, deve haver alguém que tome esse posto, detendo o poder de controlar esse convívio, figurando como o coletivo. Desse modo, surge a figura do Estado, essa plataforma abstrata de poder que contém as diretrizes e as soluções para todas as demandas do convívio social.

Nesse sentido, em um primeiro momento, as necessidades do grupo se limitavam à garantia da propriedade privada, defendida tão fortemente por John Locke (2005), assim como à titulação de um governo civil. O autor destaca que o trabalho e o corpo do indivíduo são sua primeira propriedade, assim como sua vida; portanto, é direito do indivíduo gozar de seus frutos.

Embora a Terra e todos os seus frutos sejam propriedade comum a todos os homens, cada homem tem uma propriedade particular em sua própria pessoa; a esta ninguém tem qualquer direito senão ele mesmo. O trabalho de seus braços e a obra de suas mãos pode-se afirmar, são propriamente dele. Seja o que for que ele retire da natureza no estado em que lhe forneceu e no qual o deixou, mistura-se e se superpõe ao próprio trabalho, acrescentando-lhe algo que pertence ao homem e, por isso mesmo, tornando-o propriedade dele (LOCKE, 2002, p. 38).

Para Locke (2002), os indivíduos que até então viviam isolados, protegendo-se cada um à sua maneira, sendo os próprios juízes de suas próprias causas, vivendo em seu “estado de natureza”, passam agora a viver de maneira interligada, unidos por um “contrato social”. Esse “contrato”, por ser abstrato, não existe fisicamente, e se trata da manifestação do desejo conjunto de organizar e proteger essa sociedade, instituindo uma figura maior, dotada de poderes para tal, fazendo com que o desejo coletivo se cumpra. Mesmo delegando esse poder, o indivíduo não perde os direitos que lhe são pertinentes enquanto ser humano participante dessa coletividade. E dentro dessa configuração de contrato social haveria uma confiança recíproca entre Estado e indivíduo.

Assim, essa sociedade primitiva, no intuito de organizar melhor essa figura intitulada de Estado, escolhe alguém para traçar as normas de convívio, as leis, sendo ele o Legislativo. Escolhe, então, outro para executar as tarefas de atendimento coletivo e governar essas pessoas, o Executivo. E, por fim, um juiz para mediar os conflitos, o Judiciário. Estão constituídos os 3 poderes defendidos por Montesquieu.

Para manter esse aparato de cargos e funções em benefício da coletividade, essa figura Estado passa agora a arrecadar tributos. Conforme esse grupo social vai aumentando, os gastos com a folha de pagamento do Estado também aumentam. No entanto, a máquina pública não deve crescer demais a ponto de se tornar impagável, desvirtuando-se de sua função de gerir recursos da população em benefício dela mesma, das necessidades básicas do povo, passando a utilizá-los em proveito próprio.

Os recursos e as riquezas de um povo, geridos pela máquina pública, devem suprir as necessidades da própria população. Na contramão desse pensamento está o fato de que a máquina pública, quando onerosa demais, utiliza esses recursos apenas para sua própria manutenção. Diante desse impasse, o Estado tende a injetar mais moeda no mercado, ou a contrair mais empréstimos para conseguir se manter.

Quando o Estado injeta mais moeda no mercado para sanar o déficit, quando não há produção de bens e serviços equivalentes à essa inserção, o preço dos produtos já existentes irá aumentar proporcionalmente à injeção. Desse modo haverá nova crise, e o Estado entrará em um círculo vicioso na tentativa de recuperação. Quem antes podia comprar um pão agora

deverá pagar mais por ele. Para isso, deverá trabalhar mais para ganhar mais dinheiro, ou se utilizar de suas reservas. Quem não pode fazer o mesmo, ou não possui reservas, adquirirá, pela mesma quantidade anterior, em sua moeda, apenas parte do pão. As partes mais abastadas e protegidas economicamente conseguem superar períodos de crise sem reduzir o básico, como a quantidade de pão na mesa. Mas a parte mais pobre, a que não consegue poupar por uma questão lógica, acaba sendo a mais afetada. Dessa forma, é possível compreender que tais crises afetam a parcela mais pobre e vulnerável da população.

Grosso modo, para garantir e manter o poder de compra de sua moeda, sua emissão deve obedecer a proporções iguais às da produção real de bens e serviços, para que não haja mais moedas que produtos; dessa forma, os preços relativos subiriam. Vamos voltar ao exemplo dos pães: se um país produz 10 pães, com 10 moedas emitidas, cada pão custaria 1 moeda. Se 10 novas moedas fossem liberadas no mercado, 1 pão custaria 2 moedas, tendo como base seu poder de compra de um produto real, que valeria agora apenas a metade. Essa é a ideia central de inflação, a desvalorização do poder de compra de uma moeda.

Dessa maneira, o Estado age de forma irresponsável gastando mais do que ganha e gerando um déficit nos cofres públicos. Para suprir esse déficit acaba inflando a dívida pública e o mercado com moeda que conseqüentemente valerá cada vez menos. Nesse contexto, o próprio Estado acaba sendo o principal concorrente na busca pelos recursos de investimento para cobrir essa falta. O investimento que poderia ser destinado ao setor produtivo acaba sendo direcionado para a dívida pública, que, resumidamente, é o endividamento do Estado para suprir gastos com sua própria manutenção. Não estamos falando de custeio dos serviços públicos, que seria o déficit primário, mas dos gastos gerados pela crescente tomada de empréstimos de dinheiro público pelo Estado, com altas taxas de juros. Isso instala a dependência e a subordinação dos Estados nacionais. Essa subordinação e essa dependência são mitigadas quando um país, instituição ou pessoa conseguem gerir seus recursos, de modo a satisfazer suas necessidades atuais e poupar seu excedente, para demandas futuras.

Poupar consiste basicamente em não se utilizar de um recurso no presente, para consumi-lo no futuro, mais e melhor. Mas, para a grande maioria, principalmente para os mais pobres, essa não é uma tarefa fácil. A necessidade e o foco nesse momento estão voltados para a sobrevivência, e todos os gastos são direcionados ao consumo do que é vital à sua subsistência, alimentos, por exemplo. Se o pobre compra o necessário à sua subsistência, como alimentos e roupas, e não lhe sobra mais nada, ele não será capaz de poupar ou realizar investimentos ou aplicações. Desse modo, podemos dizer que quem realmente alimenta o

mercado e o faz girar é o pobre, que gasta diretamente nele. De acordo com De Chiara (2008), no Brasil a classe C (R\$ 1.062,00 de ganho médio familiar) representa 25% de todo o consumo, correspondendo a 86,2% de indivíduos que priorizam os consumos com a família, depois gastos com aquisição de casa própria, e, por fim, lazer, quando possível. Como afirma Dowbor (2017, p. 37): “O pobre gasta, o rico acumula”, e é o gasto do pobre, com mercadorias de circulação diária, que mantém o sistema econômico funcionando, ocorrendo um processo redistributivo.

Desse modo, podemos deduzir que essa grande fatia da população brasileira é que movimenta o mercado real, carecendo de proteções por parte do Estado, por meio de políticas econômicas, para que a saúde do mercado se mantenha. Importante ressaltar que, de acordo com Chesnais (1996), o plano político propõe saídas e soluções para as manifestações do capital e reorganiza possíveis desequilíbrios causados pelo mercado capitalista. Logo, a atuação do Estado na construção de políticas e diretrizes de funcionamento do mercado financeiro é indispensável para a proteção social e sustentabilidade do próprio mercado.

Dessa forma, é possível ponderar que a principal referência que historicamente se concretizou como um modo de desenvolvimento que esteve centrado na ampliação das liberdades substantivas das pessoas foi o Estado de bem-estar social, em que temos o setor financeiro como auxiliar do crescimento da produção de bens e serviços, um Estado voltado para o fomento do pleno emprego e do serviço público, e obtendo, como resultado, elevados indicadores de qualidade de vida. É com essa referência que estaremos olhando os impactos atuais e locais do contexto estrutural macro de financeirização da riqueza social.

Ao lado e articulada com a estrutura econômica nacional de um país temos uma diretriz de desenvolvimento que orienta um conjunto de políticas públicas. Esse conjunto de políticas públicas se organiza em distintos recortes territoriais, a partir do marco nacional para se adequar às particularidades regionais e locais. Como o Brasil é um país de dimensões continentais, o setor público brasileiro foi organizado de modo federativo, em três níveis de governança – federal, estadual e municipal –, cada qual com suas atribuições e jurisdição. Dessa forma, ainda que o desenvolvimento nacional tenha seus instrumentos e objetivos, ele pode se consubstanciar de modo distinto em cada localidade, conforme as opções que os respectivos estados e municípios pactuem ou condensem.

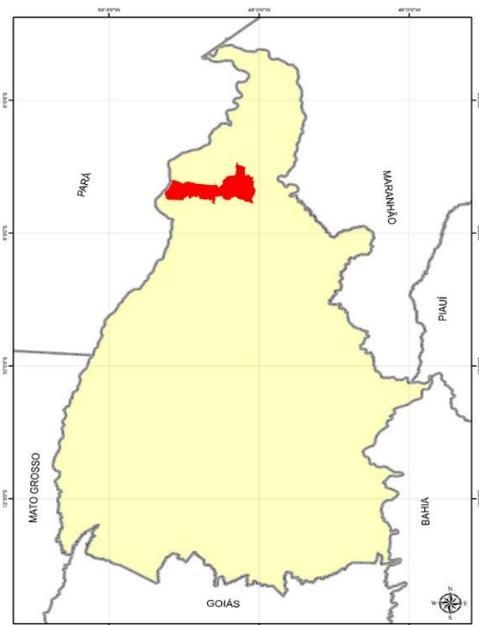
## **5 Locus da Pesquisa: Araguaína–TO**

Ao fazer o recorte para a pesquisa proposta, que consiste em verificar os impactos da financeirização em Araguaína, Estado do Tocantins, a fim de reconstruir o conceito de vulnerabilidade econômica a partir de suas manifestações dentro da estrutura social, que geralmente giram em torno de trabalho e renda, fica nítida a necessidade de compreender como foi o trajeto de construção social e espacial urbana dessa cidade média no norte do Tocantins.

O Tocantins faz parte da Amazônia Legal e corresponde a espaços com características fortemente influenciadas por suas riquezas naturais ou pelo simples fato de estar no trajeto para a Amazônia Central. Araguaína despontou como cidade suporte para deslocamento até as demais áreas de urbanização/exploração afetadas pelas políticas desenvolvimentistas propostas a partir dos anos 50.

De acordo com a Prefeitura Municipal de Araguaína (2013), a cidade foi criada em 1959, com expansão em 1960 em virtude da criação da Rodovia Belém-Brasília – ou BR-153, um dos megaprojetos citados por Castro (2008) como investimento na infraestrutura da região, que favoreceu a expansão da fronteira do capital cerrado adentro. Segundo Brito (2009), os centros urbanos do Tocantins, na época ainda Goiás, antes da construção da obra BR-153, eram inexpressivos.

Figura 5 - Município de Araguaína–TO



Fonte: Diretoria de pesquisa e informações estatísticas (2013).

Até 1953, Araguaína que era conhecida ainda como povoado Lontra em virtude da quantidade desses animais na região; era área integrante do município de Filadélfia. Antes da construção da BR-153, a atenção era voltada para centros urbanos que beiravam os rios Tocantins e Araguaia.

Por seu número de habitantes e espaço territorial, Araguaína é considerada uma cidade média. No entanto, possui importante papel no estado no que tange ao suporte às demandas comerciais urbanas e rurais da região, uma vez que a capital, Palmas, fica a quase 400 km de distância. Desse modo, Araguaína está localizada no ponto central do norte do estado, atendendo inclusive às necessidades de algumas cidades vizinhas pertencentes a estados que fazem fronteira com o Tocantins. São exemplos: Carolina e Estreito, ambas no Estado do Maranhão, e São Geraldo do Araguaia, no Estado do Pará.

Essa situação geográfica gera influência sobre a troca de fluxos de cidades médias mais próximas, como Marabá-PA e Imperatriz-MA. Assim, a cidade atende a um contingente de pessoas bem superior ao seu número de habitantes, abastecendo a região com produtos, alimentos e serviços. Esse alto fluxo de consumo atrai não somente mão de obra, como também investidores e instituições financeiras. Araguaína, apesar de sua população ser de pouco mais de 180 mil habitantes - confira no link a população estimada para 2020 em Araguaína <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/to/araguaina/panorama> -, possui 4 agências do Bradesco, 3 do Banco do Brasil, 3 da Caixa Econômica Federal, 2 do Sicoob, 1 do Itaú, 1 do Sicredi e 1 do Santander, observando-se um fluxo de capital que atrai um grande número de instituições financeiras.

O processo de ocupação que se deu pelos programas de governo voltados para o desenvolvimento nessa região explica sua formação e ajudam a caracterizar Araguaína. Do mesmo modo, justifica a mobilidade da força de trabalho das zonas rurais dessa região para o centro urbano, potencializando-se novas demandas sociais e fazendo surgir um novo espaço onde se concentram comércio e demais serviços.

Com as políticas desenvolvimentistas de expansão e ocupação do da região Norte do país, entre os anos de 1950 e 1970, desenvolveu-se uma nova dinâmica de redistribuição de recursos financeiro e humano para o interior do Norte do Brasil, na região amazônica. Isso desviou, em parte, os fluxos dos grandes centros urbanos litorâneos, como São Luís, no Maranhão, e Belém, no Pará. Surge, assim, uma rede urbana mais capilarizada, com várias novas cidades pequenas e médias. Desse modo, novas cidades emergem como centro de apoio nessa expansão, em razão dela e por consequência dela, atraindo pessoas de todos os lugares do país. Nesse processo, surgiu a Rodovia Belém-Brasília, que ligou o Centro-Oeste ao Norte

do país, e deu uma nova logística e atenção para o norte goiano, que mais tarde passa a ser um novo estado, o Tocantins (VALVERDE; DIAS, 1967).

A Belém-Brasília se tornou um eixo importante na integração de regiões ainda isoladas ao restante do país, mudando a logística do escoamento da produção da agroindústria que começava a se instalar fortemente na região, o que Becker (1985, p. 360) chamou de “estruturação da fronteira” e que viabilizou a ocupação desses novos centros urbanos no coração geográfico do país. Essa manobra é a forte expressão da adequação de todas as partes do país ao processo capitalista, objetivado pelas políticas desenvolvimentistas governamentais que se fortaleceram a partir dos anos 50.

A malha técnico-política na Amazônia, ilustrada por Becker (1990) aponta Araguaína como cidade de rodovia implantada que dá acesso aos demais territórios da Amazônia. Como pontua a autora, “as redes de integração espacial” permitem uma leitura de como essa localidade se estruturou de acordo com elementos políticos, econômicos e sociais. (BECKER 1990, p. 99),

Araguaína desponta exatamente nesse processo de expansão, às margens da rodovia, como um dos principais pontos de ligação entre as demais cidades da região, assim como ponto de apoio de uma grande zona de agroindústria que já começava a se instalar devido aos incentivos fiscais ofertados pelo governo federal como forma de desencadear o processo de ocupação. Não se tratava mais de pequenos agricultores familiares ou de extrativismo, com intuito de subsistência. Essa operação trouxe grandes latifúndios, o grande capital, com oferta de terra barata e incentivo fiscal. Por um lado, esse movimento infla a cidade e a região e movimenta sua economia, mas, por outro, sua modernização expulsa mão de obra do campo, que agora precisa se alocar na cidade em busca de emprego.

De acordo com Santos (2008), a vida econômica urbana dessa região é comandada pela atividade do campo, e essa região tem como principal característica a produção rural, o que molda as particularidades da cidade e do modo de vida de sua população, em razão de sua relação com o campo.

Podemos entender que as demais atividades e serviços urbanos que foram surgindo nesta cidade ocorreram em virtude da atividade rural de grande escala, expandindo-se e trazendo outras ofertas para novas demandas urbanas que se formaram, como comércio, tanto atacado quanto varejo, serviços médicos e construção civil. Essas novas atividades urbanas acabaram acolhendo a mão de obra ociosa que saía do campo, em consequência da modernização da agroindústria, que continuava crescendo. Após os anos 90, as exportações

dão uma nova dimensão à agricultura local, e Araguaína ganha o título de “Capital do Boi Gordo”, passando a comercializar *commodities* como carne e soja, no mercado mundial.

Para Becker (2013), esses espaços com aglomerados de pessoas, as cidades, devem possuir requisitos que originem trabalho, trazendo de uma estrutura produtiva o suficiente para gerar empregos e fortalecer a economia de maneira contínua. Conforme cita a autora, é muito comum nessa região o surgimento e o crescimento urbanos desordenados, que não chegam a impulsionar os desenvolvimentos local e regional, ocasionados por surtos econômicos temporários. Mas esse não foi o caso de Araguaína: o movimento agropecuário se instalou definitivamente, levando a cidade a ser centro de apoio, prestando serviços às atividades agrárias. Sua centralidade e sua distância em relação às demais cidades podem ter contribuído para que se tornasse um ponto forte de comercialização para abastecimento das necessidades locais e regionais. Assim, Araguaína passou a oferecer uma gama de produtos comercializados, cada vez mais complexa e completa, enquadrando-se nos moldes capitalistas instalados no restante do país. Hoje, a cidade já possui franquias que estão presentes no mundo inteiro.

Mas apesar dessa ascensão, de acordo com último censo do IBGE (2010), 10,29% das famílias araguainenses ainda se encontravam em condições de pobreza extrema, ou seja, com rendimento mensal familiar de até  $\frac{1}{4}$  do salário mínimo. As famílias em condições de pobreza absoluta, que são as que possuem rendimento de até  $\frac{1}{2}$  do salário mínimo, somavam 33,39%. E em condição de pobreza, com rendimento familiar de até 1 salário mínimo, se encontravam 65,80% das famílias araguainenses. Apenas 1.623 das 38.161 famílias araguainenses possuíam, nesse período, renda superior a 5 salários mínimos. As porcentagens informadas, de acordo com IBGE, são cumulativas.

Até 2010, em Araguaína, 68,78% dos indivíduos ocupados possuíam rendimentos de até 2 salários mínimos. O índice do grupo populacional, que depende da população ativa, era de 46,77%. Logo, entende-se que o valor de renda por ocupado será dividido pela família, o que acaba incluindo o indivíduo em uma faixa de renda per capita muito baixa (IBGE, 2010). Com esses dados, já é possível observar uma grande oscilação na distribuição de renda em Araguaína, com um número muito alto de famílias que ainda estão em condição de pobreza.

De acordo com o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, até 2016, 12.590 famílias eram assistidas pelo Programa Bolsa Família. Neste período, 1.317 famílias não tinham rendimento algum.

No ranking nacional de Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDH-M), Araguaína possui um índice de 0,752, figurando na faixa de alto desenvolvimento humano

(IDH-M entre 0,700 e 0,799), ocupando a 508ª posição, comparado aos demais 5.565 municípios do Brasil. Ou seja, mesmo possuindo mais da metade da população vivendo em condições de pobreza, com rendimento familiar de até 1 salário mínimo, Araguaína ainda está em situação igual ou melhor que 90,89% dos municípios brasileiros. O PIB per capita de Araguaína é de R\$ 21.981,28, abaixo da média nacional, de R\$ 30.548,40. O comércio e serviços em Araguaína representam 80% do PIB da cidade.

No intuito de alcançar uma parcela representativa na comunidade araguainense, os participantes deste estudo são trabalhadores do comércio, de ambos os sexos, com idade igual ou superior a 18 anos, por já participarem ativamente nos fluxos de consumo e por já possuírem os requisitos básicos para a concessão de crédito nas instituições financeiras, que geralmente exigem, idade mínima de 18 anos.

## **6 Dados colhidos, resultados e discussão**

No total, 20 pessoas de ambos os sexos foram entrevistadas, todos residentes na zona urbana de Araguaína-TO, com faixa de idade entre 24 a 46 anos, com idade média do grupo de 33,75 anos. Entre eles, 17 trabalham formalmente no comércio, com carteira assinada, 2 trabalhavam com carteira assinada, mas saíram de seus empregos recentemente para tentar um negócio próprio com a ajuda de familiares, e 1, que também trabalhou no comércio, ainda está desempregado e sem perspectiva de voltar ao mercado.

Dos participantes, 35% se declararam solteiros, 50% casados e 15% separados. 30% dos solteiros são os principais responsáveis pelo sustento da família. No geral, 45% dos entrevistados são os principais responsáveis pelo sustento da família. Os outros 45% alegam que, além do seu próprio sustento, também contribuem parcialmente para o sustento da família. Apenas 10% dos entrevistados são responsáveis pelo seu próprio sustento, não recebendo ajuda externa.

Ao questionarmos a importância do trabalho e o que os motiva a trabalhar, os principais argumentos foram: sustentar a família; e, em seguida: ajudar nas despesas com a casa. Os fatores experiência, independência ou custeio dos estudos tiveram pontuação bem inferior em relação aos demais quesitos, como sustento da família ou cobrir despesas domésticas. Identificamos que a necessidade do trabalho para esses indivíduos não decorre da satisfação ou da realização pessoal, mas para suprir as necessidades básicas urgentes de sobrevivência e gastos rotineiros da vida em sociedade. Apenas 20% dos entrevistados afirmaram que escolheram a profissão atual e entendem isso como satisfação pessoal. Um

deles relatou o seguinte: “Sempre quis trabalhar nesse ramo. Na verdade, eu saí da empresa com carteira assinada e vim abrir meu próprio negócio. Nada é fácil, mas acho que quando a gente trabalha num sonho é enriquecedor” (Entrevista, 2020). Esse mesmo participante afirma que para abrir o próprio negócio utilizou recurso próprio, e não empréstimos ou linhas de créditos para microempreendedores. Os demais 80% estão na atividade atual não por escolha, mas pela oportunidade que surgiu. Desses 80%, uma terça parte afirmou que aprendeu a gostar do que faz, mas ainda sobra uma grande fatia que trabalha diariamente apenas pela sobrevivência, deixando de lado a felicidade de fazer o que gosta. Isso não seria uma privação de liberdade? A liberdade de escolher no que trabalhar e o dinheiro vindo como consequência? Será que estamos no século da depressão, porque fazemos apenas o que dá para fazer e não o que realmente queremos fazer?

100% dos entrevistados trabalham ou já trabalharam no comércio de Araguaína; apenas 5% estavam desempregados no momento da pesquisa e estavam cobertos pelo seguro desemprego, benefício oferecido pelo Ministério da Economia – Secretaria de Trabalho. 10% haviam abandonado há pouco tempo seu emprego fixo para tocar um negócio familiar, também no comércio da mesma cidade. Todos eles trabalham diretamente com vendas, ou auxiliam o processo de vendas. 20% deles estão em cargo de chefia.

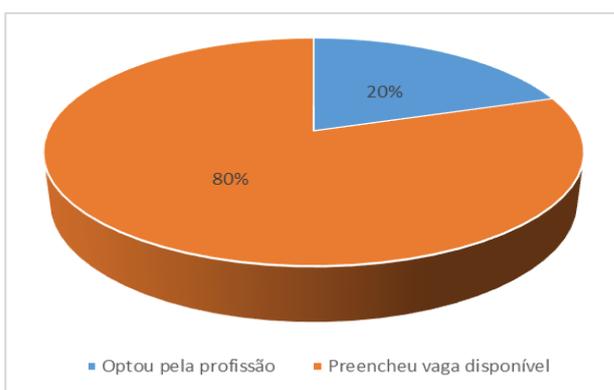
A média de tempo no mesmo segmento, contanto uma ou mais empresas em que trabalharam/trabalham, é de 8 anos e meio. Apesar de mais da metade acreditar que seu emprego seja estável, 30% querem sair definitivamente do ramo. 20% afirmam que pretendem ficar no emprego ou atividade atual por mais algum tempo, mas gostariam de um emprego melhor e menos desgastante, com menos oscilações na renda. “Às vezes eu ganho bem, e às vezes eu ganho mal, porque sou comissionada” (Entrevista, 2020). Alguns até apontam um cargo público como possível saída, que oferece uma faixa salarial melhor, estabilidade e uma carga de trabalho menos excessiva. No entanto, alguns afirmam não ter condições nem tempo para estudar. “Não tenho dinheiro para bancar os cursinhos e as viagens para fazer as provas” (Entrevista, 2020). Essa percepção aponta uma das fragilidades nas condições de trabalho na iniciativa privada, que, apesar de acomodar o trabalhador por um período razoável de tempo, 8,5 anos como apontam os dados colhidos, a incerteza e a carga excessiva de trabalho ainda são fatores presentes e que trazem insatisfação. 5% afirmaram que se pudessem dariam prioridade aos cuidados com os filhos e não trabalhariam fora, mas a necessidade de trabalhar para sobreviver é inquestionável, já que a renda do companheiro ou companheira não é suficiente para custear os gastos da família.

45% do total afirmaram que pretendem ficar onde estão e que não têm outras aspirações. Alguns deles alegam que não saem do emprego atual, mesmo não estando satisfeitos, porque têm medo de arriscar e porque também não têm muitas opções. As outras opções de emprego pagavam um salário mais baixo que o atual ou possuíam uma carga de trabalho ainda maior. Pontua um dos entrevistados:

O salário era baixo, e não pagava hora extra. Uma oferta era de loja de roupa, o funcionário tinha que ficar após o horário para limpar a loja e arrumar as roupas, mas não queriam pagar hora extra. Além disso, tinha que bater meta para poder receber as comissões. A pessoa sai de noite da loja e não tem horário de almoço, é escravidão (Entrevista, 2020).

A maioria dos que têm formação não atua em sua área porque a cidade não tem essa demanda ou porque apenas não tem o perfil para tal. “Não fiz a faculdade que eu queria, fiz a que eu podia” (Entrevista, 2020). Isso significa mais um alerta para o que as limitações financeiras podem trazer. O indivíduo desiste de suas vocações e se adapta apenas às oportunidades disponíveis como meio de sobrevivência, e elas nem sempre são satisfatórias. É mais uma liberdade retirada, sem opções, sem liberdade de escolha. “De fato, escolher por si só pode ser considerado um funcionamento valioso” (SEN, 2010, p. 106). É exatamente para isso que Sen (2010) vem chamar a atenção: às vezes, mesmo tendo o meio para adquirir bens primários, o bem-estar e a liberdade podem estar comprometidos, e que é extremamente importante olhar se o indivíduo possui “a liberdade para realmente viver de um modo que se tem razão para valorizar” (SEN, 2010, p. 106).

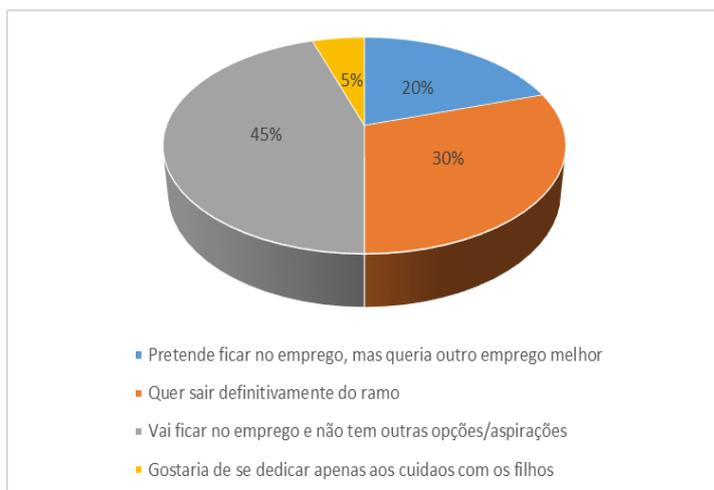
Gráfico 1 - Ingresso na profissão atual



Fonte: Autora.

Os gráficos 1 e 2 expressam a satisfação e a pretensão de permanecer no trabalho, assim como as aspirações em relação a outra atividade profissional e como preencheram a vaga, se por opção ou por falta dela, apontando privações na liberdade de escolha no campo profissional, em razão da falta de formação adequada, ou outros fatores associados à pobreza.

Gráfico 2 - Satisfação/permanência na atividade profissional atual



Fonte: Autora.

85% dos entrevistados afirmam que já ficaram desempregados. O período médio de desocupação entre os entrevistados foi de 11,9 meses, entrando na casa de quase um ano de desemprego. Reafirme-se que a faixa de idade foi de 33,75 anos, faixa de desocupação alta se comparada a idade que é considerada produtiva.

No entanto, esse mesmo percentual, de 85% dos entrevistados, afirmou achar relativamente fácil encontrar um novo emprego, e a maioria deles alegou que a facilidade está no fato de terem sido indicados para o cargo, fator que pode ser atribuído ao fato de estarem em uma cidade de médio porte ainda com características interioranas. A grande minoria apontou a experiência no ramo como explicação para a facilidade em preencher uma nova vaga. Alguns afirmam, inclusive, que já trabalharam sem carteira assinada, porque estavam precisando com urgência.

Entre aqueles que encontraram dificuldades para conseguir emprego, há os que alegaram fatores como falta de vagas ou experiência, falta de indicação, falta de formação específica e até o gênero. Nesse último caso, 5% do total afirmaram que o fato de ser mulher prejudicou encontrar uma vaga. Alguns deles voltaram a falar que até encontraram vagas, mas com salários baixos e péssimas condições de trabalho. Quando questionados se puderam negociar o salário, apenas 25% do total afirmaram que sim, alegando que isso foi possível em razão de terem experiência ou formação específica solicitada pela empresa.

Entre os participantes, 30% se declararam brancos, 65% pardos e apenas 5% pretos. Quando comparado esse quadro com a faixa salarial mensal, tivemos os seguintes resultados: a média da faixa salarial mensal para os brancos está entre 3,3 e 6 salários mínimos; para os pardos a média é de 1,46 a 3,5 salários mínimos; e, para os pretos, de 1 a 3 salários mínimos. Isso expressa a realidade de uma estrutura social que desvaloriza a mão de obra em virtude da

cor da pele e a estratificação social que em relação a ela ainda existe. Portanto, além da vulnerabilidade econômica ocasionada pela financeirização, alguns grupos sociais ainda sofrem outras afetações; no caso apontado, a redução salarial pela desvalorização proveniente do preconceito racial.

Tabela 1 - Percentual de ocupação e faixa da média salarial de acordo com a cor da pele

Cor da pele	Ocupação laboral	Média da Faixa de renda
Branços	30%	3,3 e 6 salários
Pardos	65%	1,46 a 3,5 salários
Pretos	5%	1 a 3 salários

Fonte: Autora.

Em relação às famílias dos participantes, é importante também verificar o contexto do núcleo familiar, para termos resultados mais assertivos, vistos que, como já dito, grande parte dos entrevistados é responsável pelo sustento da família. A média de indivíduos em uma mesma casa varia entre 2,25 e 4,6 pessoas, e apenas 5% dos entrevistados contam com a participação do cônjuge e dos filhos para contribuir com as despesas da família. 45% contam apenas com a ajuda do cônjuge para manter a casa, e os demais não têm ajuda de ninguém para arcar com tais despesas.

Em uma média total, a faixa de renda familiar mensal dos entrevistados está entre 2,8 a 5,7 salários mínimos para uma quantidade familiar média de 2,25 até 4,6 pessoas. Fazendo uma média dentro da faixa salarial, teremos 4,25 salários mínimos para 3,43 pessoas em uma casa. Em reais, teremos R\$ 4.441,25 para 3,43 pessoas, um total de R\$ 1.294,82 por pessoa ao mês. Quando questionados se entendem a sua remuneração como justa, ou não, mais da metade afirma que não. “Eu ganho apenas um salário e meio e tenho cargo de chefia” (Entrevista, 2020). Outros afirmaram que se empenham ou se esforçam muito para ganhar tão pouco. 60% têm a percepção de que não são bem remunerados diante das atividades que desempenham e entendem que sua remuneração é baixa. Mais um indicador de que há na economia local uma má distribuição de renda que afeta a maioria dos entrevistados.

A grande maioria afirma que a empresa onde trabalha já fez redução do quadro de funcionários e que teve que acumular função por esse ou outros motivos, mas apenas 5% deles afirmaram ter tido compensação salarial. Essas pessoas trabalham mais pelo mesmo valor, pois todo o esforço excedente não se converte em retorno para o trabalhador, que continua com a mesma faixa de renda, outra característica típica do capitalismo.

A metade dos participantes afirmou que sua renda não é suficiente para suprir todas as necessidades da sua família. Grande parte alega que gostaria, por exemplo, de ter plano de

saúde odontológico, outros apontam que gostariam de ter um carro melhor, ou uma casa mais confortável. Entre os relatos sobre a satisfação das necessidades da família encontram-se expressões como “não chega nem perto” ou “não tem como pagar”. (Entrevista, 2020).

É importante frisar que esse ponto do questionário enfatiza a palavra necessidade, abordando as demandas mais básicas de sobrevivência da família, e a metade se mostra insatisfeita. Não estamos falando de supérfluos ou luxos, que podem ser bem subjetivos, mas tentamos mensurar aqui a satisfação das necessidades básicas diárias.

Questionamos também os entrevistados se costumam comprar todos os alimentos de que a família gosta, e 85% deles afirmaram que não, optando por comprar apenas o necessário e evitando supérfluos. Todos apontam o fator financeiro como impeditivo, e apenas 5% alegaram preferir não comprar supérfluos por causa do fator saúde. Mais um indicador de limitação na vida cotidiana que restringe a compra de produtos indispensáveis, como alimentação. Tivemos afirmações como “o dinheiro só dá para comprar o principal” e “parece que o dinheiro não tem valor” (Entrevista, 2020), o que nos remete a Dowbor (2017) quando trata dos intermediadores de alimentos, que trazem preços bem acima do que realmente custam, apontando que essa é uma afetação que está presente em Araguaína-TO.

Sobre as demais necessidades da família, como lazer, por exemplo, questionamos os participantes se em sua percepção sua renda lhes permitia fazer todas as atividades de lazer que gostaria; apenas 15% deles afirmaram que sim. Ficou nítido de que esse tipo de gasto não tem prioridade nas contas da família e que é excluído do orçamento em 85% delas. A grande maioria afirma que gostaria de viajar mais e realizar mais atividades de lazer. Alguns se sentem frustrados: “Não dá, eu tenho fraldas para comprar. A gente tem água para pagar, tem energia, tem aluguel. Meu marido não ganha muito e tudo é caro. Na verdade, o que a gente ganha dá para sobreviver” (Entrevista, 2020).

A grande maioria, 70%, afirma que não se veste e não se calça como gostaria. Ouvimos relatos como: “Eu vivo no mundo real e me visto de acordo com as minhas condições e realidade” e “não, o dinheiro não dá. Preciso focar mais no principal, alimentação e moradia, a roupa a gente deixa para quando dá” (Entrevista, 2020). Esse é um relato muito próximo ao da maioria. Pode parecer um ponto de pouca atenção, vestir-se bem, ou não, pode não ser relevante para algumas pessoas e seu bem-estar e qualidade de vida, mas como cita Sen (2010, p. 108), “[...] a preferência de cada pessoa é considerada o supremo árbitro do bem-estar para ela própria [...]”. A grande maioria afirmou que não frequenta eventos culturais ou vão muito esporadicamente, por não haver muitas opções na cidade, e as poucas que há são pagas, como cinema e shows musicais. “Não dá para ir sempre porque é caro; tem

entrada, pipoca e nem sempre dá. Mesmo pagando meia às vezes é difícil ir sempre, como eu gostaria” (Entrevista, 2020).

90% dos participantes trabalham 44 horas semanais ou mais; apenas 10% trabalham 40 horas semanais. Mesmo com uma jornada de trabalho extensa e completa, vemos que a média da faixa salarial individual mensal não passa de 2 a 4,25 salários mínimos. Para ajudar nas despesas da família, muitos deles começaram a trabalhar muito cedo, 40% deles ainda antes dos 14 anos, o que pode ter comprometido os estudos. 45% deles tinham entre 14 e 16 anos quando começaram a trabalhar. A média nacional de rendimento real habitual de pessoas ocupadas do setor privado, no primeiro trimestre de 2020, segundo o IBGE (2020), é de R\$ 2.084,00, enquadrando-se na primeira faixa de renda média dos entrevistados.

Alguns afirmaram que trabalharam durante o dia e estudaram durante a noite, o que dificultou o aprendizado, e em alguns casos isso foi impeditivo para continuar o curso superior. Apenas 5% dos entrevistados cursaram nível superior em tempo integral e, portanto, não trabalharam e estudaram simultaneamente, sendo esse grupo o único que escolheu o ramo em que trabalha em razão de sua especialização profissional. Como consequência, possuem uma das maiores faixas salariais dos entrevistados. 10% deles afirmaram que não concluíram ensino superior porque não puderam pagar nem puderam contar com ajuda de nenhum familiar para tal. Ainda afirmaram que, possuindo dependentes, não seria possível abrir mão de outros gastos para pagar a mensalidade da faculdade. 60% deles afirmaram que o fato de trabalhar e estudar simultaneamente atrapalhou de alguma forma seu rendimento, e 30% do total dos entrevistados alegaram que já repetiram de ano ou em alguma disciplina por não poderem se dedicar aos estudos totalmente, além dos cansaços físico e mental provenientes de um dia inteiro de trabalho. 5% acabaram desistindo do curso superior por não conseguir conciliar as rotinas de trabalho e de estudos.

Quando questionados se voltariam a estudar, a grande maioria, 70%, respondeu que voltaria se preciso, para conseguir um emprego melhor, e apenas 15% o fariam para adquirir mais conhecimentos. Nota-se que a necessidade de ganhar mais para conseguir levar uma vida mais confortável, supera as satisfações ou realizações pessoais.

A maioria absoluta, 75% dos participantes, está em sua atividade profissional há mais de 4 anos, e 55% acreditam que seu emprego seja estável. 30% alegaram que, apesar de acreditar que seu emprego seja estável, ainda assim têm medo de perdê-lo. Apenas 15% dos entrevistados afirmaram que não se sentem seguros no trabalho, acreditando que podem ser demitidos a qualquer momento. Alguns participantes expressaram o medo contínuo da instabilidade provenientes da iniciativa privada: “Acredito que na iniciativa privada não tem

emprego estável. Acho que todo mundo tem o risco de ser demitido nesse momento” (Entrevista, 2020).

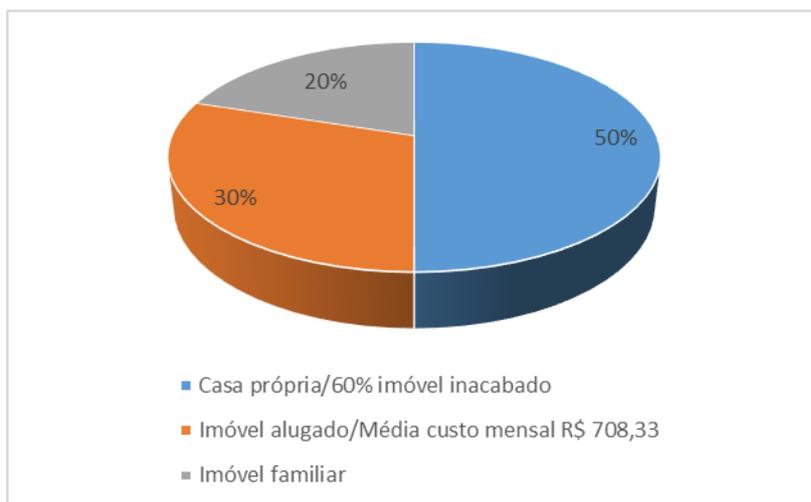
Em relação ao grau de escolaridade da família, 50% dos pais tinham cursado apenas a primeira fase do ensino fundamental, antiga grade de 1ª a 4ª série, sendo que 15% do total de pais nem sequer frequentaram a escola. 20% deles completaram o ensino médio, e apenas 10% concluíram o ensino superior. Entre as mães dos entrevistados não houve analfabetas; 50% delas concluíram o ensino médio e 10% concluíram o ensino superior. Isso mostra um avanço nas políticas educacionais brasileiras se comparados os níveis de escolaridade de uma geração e outra. Para um comparativo, o nível de escolaridade dos entrevistados foi o seguinte: 65% deles têm ensino superior completo, e os 35% restantes tinham ensino médio completo ou estavam cursando o ensino superior. 75% cursaram todo o ensino regular, que compreende os ensinos fundamental e médio, em escolas públicas, e 25% afirmaram que até estudaram em escolas privadas, mas a maior parte foi em escola pública. A viabilização da educação para todos é mais uma ferramenta de combate às vulnerabilidades sociais presentes em nosso meio. É importante destacar que apenas 5% dos entrevistados deixaram de frequentar a escola regular, retornando alguns anos depois, e apenas 15% se formaram na modalidade Educação de Jovens e Adultos (EJA).

É fato que os indivíduos entrevistados, por serem do comércio, não estariam ali caso não fossem alfabetizados. Portanto, a partir das entrevistas, não é possível mensurar aspectos do nível de escolaridade da população araguainense, até porque isso não faz parte dos objetivos deste trabalho. Mas é possível verificar o salto educacional de uma geração para outra e dizer que o acesso ao emprego nesse segmento só é possível para quem tem algum grau de escolaridade, sendo esse mercado cada vez mais exigente; prova disso é que 65% deles têm o terceiro grau completo. Desse grupo, 62% concluíram o ensino superior na rede privada e em sua grande maioria sem bolsa estudantil, e 38% cursaram a universidade pública. Isso mostra que grande parte dos brasileiros ainda precisa custear do próprio bolso um diploma de nível superior, o que para muitos ainda pode ser um impeditivo para alcançar melhores patamares de salários por meio de melhores empregos, que exigem melhores qualificações.

Quando questionados sobre outras formas de financiar o curso, 10% deles afirmaram que nem sabiam que existia bolsa estudantil, e 75% afirmaram que até sabiam que existe esse tipo de bolsa, mas não souberam informar como funciona, quais as taxas e condições de pagamento, nem sequer onde procurar. 10% não conseguiram a bolsa ou não atenderam aos requisitos para concessão do crédito. 5% deles até conseguiram o crédito, mas não souberam

informar a taxa aplicada nem o valor total pago. O que se observa é que ainda se trata de um recurso de crédito com poucas informações disponíveis, por isso não alcançando efetivamente seu público alvo.

Gráfico 3 - Situação de moradia



Fonte: Autora.

50% residem em casa própria, e, desse grupo, 60% afirmaram que o imóvel está inacabado, pois construíram com recursos próprios; alegam que gostariam de terminar a obra, para morar com mais conforto. 30% dos entrevistados ainda moram em imóvel alugado, pagando em média R\$ 708,33, o que corresponde a quase 70% do salário mínimo vigente. 20% ainda moram em imóvel familiar, ou seja, ainda não possuem imóvel e dividem a casa com outros parentes, além do cônjuge e filhos.

Como falamos aqui, metade dos participantes ainda não tem casa própria, e 40% dos entrevistados afirmaram já ter tentado um crédito imobiliário. A percepção da grande maioria é que se trata de um crédito burocrático e de difícil acesso e aprovação. É uma percepção correta, pois apenas 20% do total conseguiram crédito e pagam atualmente parcelas do financiamento da casa própria. 25% deles contam com ajuda da família para pagar o empréstimo.

Por ser uma modalidade de crédito de longo prazo (360 meses é o prazo mais utilizado), associado a uma alta taxa de juros, o percentual desembolsado para pagar essas instituições assusta: em média, 51,8% da parcela paga é juro. Esse pequeno grupo que conseguiu o crédito agora pode morar melhor e não pagar aluguel, mas vai demorar 30 anos para pagar. Nesse sentido, pagam o valor referente a dois imóveis, quando na verdade só possuem um. Essa relação deturpada entre valor real do bem e valor devido torna vulnerável

economicamente aquele que paga. Se pagamos o dobro para usar determinado bem ou objeto, demoramos o dobro do tempo para recuperar a capacidade de consumir outro tipo de bem. Se a capacidade de compra do indivíduo foi reduzida enquanto paga um objeto, essa capacidade é reduzida em dobro quando paga por dois objetos, mesmo usufruindo apenas um. Isso é potencializado quando tratamos de valores altos como o de um imóvel. Obviamente a satisfação de outras necessidades será suprimida até que o indivíduo recupere novamente sua capacidade de consumo.

Novamente, afirmamos que não é uma crítica ao crédito, mas da sobrecarga de juros sobre a parcela do financiamento pago e, portanto, sobre a renda e a capacidade total de consumo da família. O crédito é necessário para possibilitar a aquisição de uma casa, por exemplo, ou outros bens, visto que é bem mais difícil adquirir um bem caro somente com recurso próprio. Para isso, seria necessário o hábito de poupar dinheiro, por exemplo. Quando questionados sobre o hábito de poupar, somente a metade afirma guardar algum dinheiro, e a média do percentual poupado gira em torno de 10% de seus rendimentos. Considerando a faixa de renda dos entrevistados, concluímos que 10% ainda é um valor insignificante para projetos como a aquisição da casa própria. Tivemos relatos como: “Não sobra”, ou “nunca dá para guardar”, e até: “Brasileiro não tem cultura de poupar”. Alguns afirmaram tentar, mas consideram guardar dinheiro um desafio quando há tantas outras demandas. Sobre a importância de guardar algum dinheiro, a grande maioria apontou que despesas com saúde ainda é o principal motivador. Outros afirmaram que é importante guardar dinheiro para suprir imprevistos financeiros e viver um pouco mais tranquilo, denotando novamente um sentimento de insegurança que essas pessoas têm sobre sua vida financeira. Apenas 10% citaram que poupam para poder comprar algo mais barato à vista. Esse é um comportamento extremamente saudável para a vida financeira, além de possibilitar ao indivíduo a aquisição de mais com a mesma quantidade de dinheiro, mas isso se mostrou um hábito ou o privilégio de poucos. Nenhum dos entrevistados entendeu a poupança em si como investimento, pelo valor insignificante pago pelos bancos hoje nessa modalidade de captação.

Com relação a outros tipos de investimento, 15% do total afirmaram investir em fundos de pensão e ações. São produtos oriundos da financeirização que já alcançam cidades como Araguaína. O que se percebeu é que essas pessoas se mostram orgulhosas a respeito desse tipo de investimento, pois, embora esse tópico não fizesse parte das perguntas disponíveis no instrumento de pesquisa, fizeram questão de falar a respeito. Podemos compreender isso como uma imagem de normalidade e sucesso vendida pelo capitalismo financeiro. Entretanto, ainda que esse sistema já esteja instalado há mais de quatro décadas, de

ser padrão e ter se tornado normal investir na bolsa ou em fundos de pensão, nenhum dos entrevistados soube dizer o que é financeirização.

Esses são outros exemplos de como um recurso mal alocado e um crédito caro podem trazer. Famílias que gostariam de morar melhor, com mais conforto, ou com mais segurança, são impedidas de escolher como querem viver por não obterem crédito imobiliário, por exemplo, a um preço razoável. Pela necessidade de moradia, o cidadão acaba se utilizando do aluguel, por ser uma solução mais fácil e rápida, comprometendo grande parte da renda familiar. Ora, 70% do salário mínimo é um valor considerável e que poderia ser utilizado para outras necessidades que trouxessem mais conforto para toda a família.

Identificamos que as residências possuem em média 6,25 cômodos, e se dividirmos isso pela média de indivíduos, que é de 3,43 pessoas por casa, teremos 1,8 cômodos por pessoa. Esse número de 3,43 moradores por casa vai ao encontro aos números do IBGE (2015), que apontam um número médio de 3,4 pessoas por domicílio na região Norte. Em cinco anos, esse número nesta cidade não sofreu mudanças, estando apenas 0,04 pontos acima do apontado pelo órgão. No entanto, pela categoria profissional entrevistada, Araguaína sai da faixa de adensamento domiciliar excessivo, considerada pelo IBGE quando há, em um só dormitório, um número superior a três pessoas, o que significa um pequeno avanço na qualidade de vida possibilitada pelo trabalho e pela renda. Pelo recorte deste trabalho, não foi possível verificar as demais parcelas da sociedade araguainense. Em 100% dos casos, o banheiro era de uso exclusivo da família residente na casa, o que mostra mais um conforto básico dado pelo trabalho e pela renda, o qual 60% da população mundial ainda não têm. Segundo a ONU (2018) 4,5 bilhões ainda não têm um banheiro apropriado para uso.

O que podemos observar também é que essas famílias possuem os itens mais básicos para trazer conforto ou entretenimento. Em 100% das casas havia itens como TV, internet e aparelhos celulares, tidos como itens de entretenimento relativamente baratos e necessários para a comunicação, como o aparelho celular, com uma média de 2,5 por residência, enquanto a média de TV foi de 1,5; 75% das residências possuem a TV por assinatura. 20% dos entrevistados informaram que dividem a internet com o vizinho para reduzir os custos fixos da família.

Novamente como o item necessário para trazer um mínimo de conforto, identificamos que em 100% das residências havia geladeira, e em apenas 70% delas havia aparelho de ar-condicionado; 30% ainda optam por aparelhos ventiladores para economizar energia. Observou-se que itens como máquina de lavar louça, forno elétrico e freezer não são comuns nessas residências, apontando uma contenção de gastos com utensílios que poderiam trazer

mais conforto. A máquina de lavar louça, por exemplo, não apareceu e nenhuma delas. Apenas 15% dos entrevistados alegaram que possuem uma diarista, que vai, em média, de uma a duas vezes por semana, para realizar serviços domésticos. Logo, a grande maioria, além de não possuir ajuda externa para os afazeres domésticos, não possui aparelhos eletrodomésticos que poderiam auxiliar nessas tarefas, com exceção da máquina de lavar roupa, que apareceu em 80% das residências. Podemos deduzir que essas pessoas, que possuem carga horária de trabalho em sua grande maioria de mais de 44 horas semanais, ainda exercem atividades domésticas, o que pode sobrecarregá-las, comprometendo seu tempo livre para estudos ou lazer.

O transporte, outra necessidade diária, conforme 100% dos entrevistados, fica sob sua responsabilidade. Nenhum deles afirmou utilizar transporte público, optando por bancar do próprio bolso esses gastos. 60% deles afirmaram que possuem carro e moto simultaneamente, 25% deles possuem somente motocicleta e apenas 15% somente carro. No entanto, os 60% utilizam a motocicleta como meio de transporte principal diário, mesmo entendendo ser mais perigoso que o automóvel. O principal motivo é o custo com combustível para esse meio de transporte ser bem inferior.

Questionamos os entrevistados como adquiriram esses bens, e 65% afirmaram que compraram o bem usado, outro apontamento de limitação e contenção de gastos. Na média geral, os entrevistados possuem, hoje, veículos com 7,5 anos de uso, o que mostra que adquirir um veículo novo, para muitas famílias brasileiras, ainda pode ser inviável. Contensão

50% deles optaram pelo financiamento do bem, e apenas 20% conseguiram pagar o bem à vista. Isso mostra que o crédito possibilita a aquisição de bens e a satisfação de necessidades diárias, visto que um percentual bem inferior conseguiu adquirir bens e, portanto, acumular riqueza, apenas com recurso próprio. No entanto, veremos mais à frente as características do crédito nacional, que é caro e morde uma grande fatia da renda daqueles que precisaram desse meio de aquisição, e que os participantes deste estudo demonstraram descontentamento quando questionados sobre isso. 80% dos entrevistados afirmaram que ainda pagam ou já pagaram parcelas de financiamento ou outras modalidades de crédito para aquisição de veículo. Desse número, apenas 5,8% sabiam qual era a taxa correta da sua modalidade de crédito. 29,5% sabiam apenas a taxa mensal utilizada, e 64,7% não sabiam quais as taxas mensal e anual utilizadas. Além disso, quando questionados sobre o tributo que incide sobre operações financeiras, IOF, 95% afirmam que sabem do que se trata ou que já ouviram falar do tributo, mas não sabem o percentual cobrado. Os outros 5% nem souberam dizer do que se tratava. Isso não pode ser considerado ou confundido apenas com desinteresse

pelos informativos do crédito adquirido, por se tratar também de um conformismo gerado pela falta de opção.

A pesquisa mostrou que o tempo médio gasto para pagamento do bem é de 3 anos e 4 meses, e que 28,71% da parcela paga mensalmente são juros; em alguns casos, isso chega a 51%. No geral, quase 1/3 da parcela é lucro da instituição financeira. 75% do total afirmaram que pagam essas parcelas sozinhos, sem a ajuda de ninguém, o que pode agravar a situação de comprometimento da renda desses indivíduos.

Em relação ao combustível, o valor médio gasto foi de R\$ 256,75, chegando a um percentual de 24,6% do salário mínimo vigente. Caso o transporte público fosse de qualidade, mostrando-se uma opção satisfatória, esse gasto poderia ser aplicado em outras demandas da vida cotidiana.

60% dos entrevistados afirmaram que já pagaram ou ainda pagam o seguro do veículo, visando a proteger um bem da família que geralmente é caro. No entanto, o seguro onera ainda mais a aquisição do bem, e alguns não podem pagar por ele. “O dinheiro não dá. Ou pago o carro ou pago o seguro”, disse um dos participantes (Entrevista, 2020). A falta de segurança motiva mais da metade deles a optar por uma operação ainda mais cara. 30% do total afirmaram que já tiveram ou ainda têm gastos com equipamentos de segurança residencial, como alarme, seguros, cerca elétrica ou vigilância.

Dos entrevistados, 75% afirmaram utilizar cartão de crédito, sendo que alguns utilizam o cartão de terceiros, como cônjuge, por exemplo, porque não se sentem confortáveis ou seguros e têm medo de gastar mais do que o necessário. 20% afirmaram que já tiveram cartão, mas cancelaram; hoje não utilizam mais. Os principais motivos foram juros excessivos, gastos desnecessários e descontrole. 60% dos entrevistados afirmaram que já tiveram problemas com cartão de crédito, entrando no crédito rotativo, sendo que 45% do total já tiveram que aderir a algum tipo de renegociação para regularizar esses débitos. No entanto, 95% dos entrevistados não souberam dizer quais as taxas aplicadas para o crédito rotativo, e apenas 5% souberam dizer a média de juros dessa modalidade de crédito.

Apenas 5% alegaram que nunca tiveram cartão de crédito. Esses 20% que cancelaram seus cartões alegando taxas altas realmente estavam certos. De acordo com o Banco Central (2020), a taxa do crédito rotativo para pessoas físicas no mês de maio de 2020 poderia chegar a 790,52% ao ano. A média para os cinco maiores bancos do país foi de 229,16% ao ano, ou seja, em um ano, a dívida pode dobrar. Uma ferramenta de crédito tão utilizada pelos brasileiros, que atende a demandas urgentes viabilizando o parcelamento, deveria ter uma taxa mais sustentável.

A tabela abaixo mostra as taxas mensal e anual utilizadas nos cartões de crédito em 15 bancos nacionais, em maio de 2020.

Tabela 2 - Taxa de juros para cartão de crédito rotativo Pessoa Física

Posição	Instituição	Taxas de juros	
		% a.m.	% a.a.
13	CAIXA ECONOMICA FEDERAL	8,93	179,07
14	BCO DO NORDESTE DO BRASIL S.A.	9,11	184,62
15	BCO DO BRASIL S.A.	9,46	195,91
20	BCO BRADESCO S.A.	10,45	229,42
21	BCO DO EST. DO PA S.A.	10,68	237,86
26	BCO SANTANDER (BRASIL) S.A.	11,33	262,48
28	BCO ITAUCARD S.A.	11,74	278,93
32	BV FINANCEIRA S.A. CFI	13,35	349,66
33	BANCO BRADESCARD	13,59	361,55
35	FIN. ITAU CBD CFI	13,71	367,19
48	BCO DO EST. DE SE S.A.	16,08	498,32
52	BCO TRIANGULO S.A.	19,27	728,37
53	BCO CREFISA S.A.	19,40	739,56
54	BCO AGIBANK S.A.	19,58	754,53
55	OMNI BANCO S.A.	19,99	790,52

Fonte: Banco Central do Brasil (2020).

75% dos entrevistados afirmaram possuir conta-corrente, e 25% deles utilizam apenas conta-poupança, e afirmaram que cancelaram suas contas-correntes ou nunca as tiveram, para não pagar tarifas. O que se observa é um receio de perder dinheiro para o banco, com pagamento de tarifas e serviços não utilizados. Alguns deles relataram que já pagaram tarifas sem saber do que se tratava. 95% alegaram que utilizam serviços bancários por meios digitais, como aplicativos. Quando questionados sobre o pagamento de pacotes mensais da conta-corrente, 60% deles afirmaram que pagam, com um valor médio pago de R\$ 31,15, mas nenhum deles soube dizer quais eram todos os benefícios do pacote pago. 10% do total nem sabiam se pagavam algum pacote. Uma minoria afirma que não paga tarifas ou pacotes fixos em sua conta bancária, mas pagam por transações, por saques ou transferências, mesmo utilizando canais de autoatendimento. O que justifica a cobrança de R\$ 2,25 por um saque? Ou a cobrança de R\$ 10,00 por uma transferência eletrônica de um banco para o outro (TED/DOC)? Ou a cobrança de R\$ 2,40 por uma transferência eletrônica entre contas do mesmo banco? Já não é suficiente entregar gratuitamente seus recursos a uma instituição que vai lucrar com os juros gerados por esses mesmos recursos, o usuário ainda é obrigado a pagar para retirar seu próprio dinheiro?

Outra modalidade de crédito oferecida pelos bancos é o empréstimo pessoal, e 95% dos entrevistados têm a percepção de que as taxas utilizadas nesses empréstimos são altas. Mesmo assim, 40% no total afirmaram já ter contraído um. 30% do total afirmaram

nunca ter precisado recorrer a esse tipo de crédito para sanar alguma necessidade urgente. Em alguns relatos, o valor contratado dobrou, principalmente quando utilizados recursos como limite de crédito ou cheque especial, disponíveis na conta-corrente. Essas modalidades de crédito realmente possuem taxas mais altas que as demais. “Usei cheque especial, usei R\$ 6.000,00 e pagava por mês R\$ 780,00 de juros. Eu paguei oito meses os juros, mas o principal eu não pagava, porque não tinha como parcelar cheque especial e tive que renegociar” (Entrevista, 2020). Esse é um dos comportamentos da financeirização que tornam vulnerável a estabilidade econômica das famílias. Perceba que, em 8 meses, quase um ano, o entrevistado pagou somente juros para a instituição, e ainda ficou devendo o principal. É sem dúvida um dreno de recursos que poderiam ter sido utilizados para custear as demais necessidades da família.

A maioria tem consciência de que planos menores trazem um montante menor, portanto menos juros serão pagos ao final da dívida. Alguns optaram por parcelamentos em 3 ou 4 vezes, mas a maioria optou por planos mais longos em razão da parcela, que precisa caber no orçamento. “Parcelei em poucos meses, porque, se parcelasse em mais tempo, ficaria muito caro”, disse um dos entrevistados. (Entrevista, 2020).

15% do total afirmaram ter precisado e tentado adquirir o crédito, mas não conseguiram. Outros 15% afirmaram que, mesmo precisando, optaram por não fazer o empréstimo por causa das altas taxas de juros, recorrendo a um familiar, por exemplo. Pelos valores de empréstimos e parcelas informados pelos participantes, chegamos a uma média de quase 32% de juros sobre o valor total pago na parcela.

Quando questionados sobre outras formas de crédito e se utilizam o crediário próprio de lojas da cidade, 80% dos participantes afirmaram que sim, e desse percentual quase 40% alegaram que pagaram juros para a loja quando optaram por parcelamentos mais longos. De acordo com os valores dados pelos próprios participantes, em média, 30% do valor da parcela é juro. “A opção sem juros era só em 4 vezes, mas como parcelei em 12 vezes, o preço de nota fiscal que era R\$ 3.300,00 uma geladeira, eu paguei 12 vezes de R\$ 527”, disse um dos entrevistados quando questionado sobre suas últimas compras no crediário próprio na cidade. Ou seja, ele pagou quase o dobro do produto, R\$6.324,00. O que se identificou é que lojas de confecções e afins ainda não utilizam o crediário próprio como meio financeirizado, porque normalmente não cobram juros no parcelamento, até porque são valores mais baixos.

Os juros cobrados, de acordo com os entrevistados, foram apenas em casos de atraso. Verificamos que o crediário, nesse caso, exerce efetivamente sua função de possibilitar a aquisição do produto pelo crédito não cobrando a mais por isso. No entanto, identificamos

também que no caso de produtos mais caros, como móveis e eletrodomésticos, as lojas que possuem crediário próprio ganham tanto com a venda do produto quanto com juros embutidos no parcelamento. Essa é uma característica típica da financeirização, que se mostra presente em Araguaína. As opções sem juros são em parcelamentos menores, como em planos de até quatro vezes, o que mostra que as pessoas que têm menos dinheiro são as mais prejudicadas, pois optam por planos mais longos em virtude da parcela reduzida e acabam pagando montantes maiores.

60% do total afirmaram que já tiveram dificuldade no pagamento de alguma dívida ou financiamento. O cartão de crédito é o mais citado pela maioria, que afirma que já teve que renegociar ou refinar a dívida do cartão, pois não conseguiu pagar no modo original contratado; alguns deles alegam que ficaram muito tempo com a dívida pendente até conseguir pagar.

Cancelei meu cartão de crédito porque o banco aumentou meu limite e por necessidade em virtude de desemprego, utilizei todo o valor do limite e tive dificuldades para pagar. Entrei no rotativo e não consegui mais pagar, tive que negociar a dívida, mas devido o valor dos juros nas parcelas, não consegui continuar pagando. Então depois de três anos eu consegui pagar o principal de R\$ 1.500,00, mas somando tudo que eu paguei deu uma média de mais de R\$ 7.000,00 (Entrevista, 2020).

50% dos participantes afirmaram que eles ou alguém da família estão com o nome negativado. Alguns não têm mais crédito e usa o nome de terceiro. “Hoje não tenho limite nem cartão de crédito, não tenho crédito para usar”, disse um dos participantes. Alguns deles afirmaram que hoje, quando precisam de crédito, recorrem a alguém da família, como o cônjuge ou os pais. Quando questionados sobre o que pode ter acontecido, alguns relataram que perderam o emprego ou se endividaram tentando ter mais conforto dentro de casa, como em obras ou em utensílios domésticos ou ainda tentando adquirir um imóvel: “Tenho dívidas do lote parcelado, que está em atraso; tenho tido dificuldade em pagar ele por conta dos gastos que tenho com as crianças”, disse um dos participantes que também tem gastos com aluguel. Usando esse caso como exemplo, se tivesse tido acesso a um crédito imobiliário adequado, poderia pagar pelo imóvel morando nele, evitando o gasto extra com aluguel, o que poderia reduzir as dívidas da família. No entanto, está tentando pagar o lote urbano e o aluguel simultaneamente. Quais as chances de esse indivíduo finalmente alcançar o sonho da casa própria? E em quanto tempo, já que, segundo o participante, o lote foi parcelado em 15 anos? Outro participante, que também paga essa mesma modalidade de crédito, lote urbano parcelado, confirmou o plano em 15 anos e paga uma parcela de R\$ 408,00, gerando um montante de R\$ 73.440,00. O valor real do imóvel é R\$ 50.000,00. Logo, os juros agregados

dão um total de R\$ 23.440,00, ou seja, R\$ 130,22 da parcela paga do imóvel são juros, quase 32% da mensalidade.

Os juros altos foi um dos fatores que, segundo alguns participantes, contribuíram para que a dívida saísse do controle, e o nome deles ou de alguém da casa fossem negativados. Alguns alegaram que, apesar de não estar com o nome negativado, existe um risco considerável de isso acontecer hoje. 20% não souberam dizer se estão ou não com restritivos no CPF, e apenas 30% afirmaram manter as dívidas sob controle.

Tabela 3 - Média de juros paga na parcela de acordo com o bem ou o serviço

<b>Tipo de bem/serviço média de Juros sobre o valor da parcela paga mensalmente</b>	
Imóvel	51,80%
Veículo	28,71%
Crediário de loja varejo	30%

Fonte: Autora.

A maioria apontou o próprio descontrole financeiro como causa para negativação do nome, ou alguma outra dificuldade para honrar todas as dívidas. Citaram o consumismo como um dos fatores negativos para a saúde financeira da família e entendem que precisam consumir ainda menos ou já fizeram isso atualmente para encaixar os gastos dentro da renda. Interessante essa percepção do indivíduo de acreditar que ele está endividado por culpa totalmente dele e que por isso deve se privar ainda mais para ter as contas sob controle. Outro participante afirmou que a irmã está com nome negativado porque não tem nenhuma educação financeira, “que essa disciplina deveria fazer parte do currículo escolar das crianças para crescer sabendo a importância do dinheiro” (Entrevista, 2020).

É claro que o consumo deve ser consciente e que se o indivíduo receber alguma orientação sobre como controlar melhor seus gastos isso pode ajudá-lo a lidar melhor com essas questões, mas a pergunta é: esse grupo já não sofre privações o suficiente? Quando o indivíduo atribui somente a si sua condição financeira e social, ele cai na antiga premissa da meritocracia e abandona ou anula os fatores socioeconômicos externos importantes que afetam sua vida diretamente, como o desenvolvimento, a saúde da economia, a política e até a cultura local. São pontos que são debatidos diariamente, mas aparentemente são esquecidos na prática. É interessante destacar que apenas 15% dos entrevistados se consideram de fato endividados, lembrando que metade dessas famílias está com o nome negativado, o que mostra o contrário, que houve restritivo em razão de endividamento.

35% afirmaram que não têm e nunca tiveram plano de saúde, e outros 35% afirmaram que já tiveram, mas cancelaram. Entre os principais motivos de cancelamento está o custo, que é alto. O valor médio de mensalidade de plano de saúde pago pelos entrevistados é R\$ 208,00 por pessoa, e apenas 30% afirmaram possuir a cobertura desse tipo de seguro. A maioria deles foi estimulada por planos empresariais de onde trabalham. A grande minoria priorizou pagamento de plano de saúde, e 70% não possuem essa cobertura e estão ainda mais vulneráveis, dependendo do Sistema Único de Saúde (SUS) ou de recurso próprio para atender a esse tipo de demanda, que geralmente é cara. A grande maioria, 75%, afirmou já ter utilizado o SUS, mas não demonstrou confiança no sistema, e 30% do total alegaram que, mesmo utilizando o SUS, ainda precisaram pagar do próprio bolso suas despesas médicas, porque não conseguiu atendimento adequado no sistema público. “Minha filha precisa de uma cirurgia de amígdalas, mas o SUS nunca atendeu, estou esperando a carência do plano de saúde para fazer” (Entrevista, 2020).

Quando questionados sobre o que o poder público poderia fazer para melhorar sua vida financeira, 20% não souberam dizer, e a grande maioria atacou a carga tributária. Entendem o Estado como grande vilão na arrecadação de tributos. Apenas 10% citaram o acesso ao crédito, e outros 10% afirmaram que baixar a taxa de juros seria viável para o desenvolvimento econômico.

Compreendemos que esses indivíduos, apesar de visualizarem os efeitos, nenhum deles apresentou percepção da origem deles. Embora compreendam que as taxas de juros praticadas no Brasil são altas, que existe desemprego à sua volta e que há má distribuição de renda, nenhum deles citou o sistema financeirizado como possível causador ou potencializador desses efeitos.

## **7 Conclusão: dimensões da vulnerabilidade econômica**

Diante dos dados colhidos e confrontados com a teoria adotada e discutida, entendemos que existe endividamento das famílias araguainenses em razão dos aspectos da financeirização, apontados com maior ênfase em modalidades de crédito, como o cartão de crédito. No entanto, outras modalidades também contribuem para o endividamento, como empréstimos pessoais, crediário próprio de lojas locais e financiamento de veículos e imóveis. De acordo com os dados, foi possível identificar que essas famílias têm grande parte de sua renda comprometida por várias modalidades financeirizadas, na busca de sanar suas necessidades diárias, o que gera um endividamento alto e crônico. É extremamente importante

destacar que a faixa salarial dessas famílias gira em torno de 1 a 2 salários mínimos, e que uma alta quantia destinada ao pagamento de juros e outras despesas geradas pela financeirização fazem uma grande diferença no orçamento familiar.

Concluimos que a falta de suporte adequado do Estado com serviços básicos, como transporte, segurança, educação, saúde e lazer, potencializa o endividamento dessas famílias que buscam no crédito caro uma solução para suas demandas, e que a ausência de um serviço público módico ou mesmo gratuito induz a sua oferta mercantil e mais cara.

Com a drenagem dos recursos públicos para o circuito financeiro, observa-se o seu estrangulamento, impedindo que a sociedade, por meio do poder público municipal, passe a ter a faculdade de planejar devidamente o seu desenvolvimento regional; logo, temos aqui um verdadeiro descontrole social sobre as condições de vida das pessoas. Com isso, tanto se perde o efeito da renda indireta típica do Estado de bem-estar social como se tem uma elevação do custo de vida em virtude da falta de uma diretriz adequada de desenvolvimento local (que impede, por exemplo, loteamentos irregulares em áreas de risco ou com condições precárias de saneamento, e o aumento dos custos com moradia e com a saúde das famílias mais vulneráveis).

A percepção das pessoas sobre o assunto ainda é superficial em relação ao papel da financeirização e precisa ser discutida com mais frequência. Como dito, as pessoas visualizam os efeitos, mas não reconhecem a financeirização como causa. Visualizam o fator renda como o principal motivo das baixas condições de vida. No entanto, o que foi possível compreender, por meio da pesquisa teórica, é que o fator renda vem em última colocação na escala de análise da questão, não por ordem de importância, mas por ordem cronológica. Vejamos: o mercado econômico, como já dissemos, é a estrutura propulsora para as demais cadeias de relações sociais. Quanto pautada por diretrizes desenvolvimentistas, ela cumpre sua função social de arrecadação de impostos e recursos, assim como a concessão de crédito, realocando os recursos captados. Essa concessão com taxas justas permite o investimento produtivo, gerando emprego e, por fim, a renda. Entendemos, assim, que existe uma vulnerabilidade econômica social em virtude do mercado financeirizado, apoiado pelo Estado, visto que a maioria das pessoas não tem outras opções, a não ser procurar essas instituições que disponibilizam crédito caro, forçadas por uma estrutura governamental e social frágil, que continua oferecendo riscos ao cidadão e poucas garantias.

Esse modelo, associado às baixas faixas de renda, força as pessoas a se endividarem, mesmo consumindo menos. A pesquisa mostrou que as limitações em razão do poder de compra reduzido estão cada vez mais presentes nas famílias, afetando o modo como tratam da

saúde, adquirem a moradia, escolhem e acessam um curso superior, se vestem, comem, entre outros, reduzindo liberdades e opções de escolha.

Desse modo, conseguimos reconceituar vulnerabilidade econômica como uma vulnerabilidade decorrente de uma estrutura econômico-capitalista-financeira estabelecida e que é endossada pelo Estado em suas deficiências enquanto promotor de desenvolvimento para o amparo e bem-estar social, que reduz trabalho, renda e capacidade de consumo ampliando os custos com questões elementares de sobrevivências (como saúde, educação e moradia), travando o desenvolvimento regional e limitando opções, liberdades individuais e capacidades de enfrentamento dos demais riscos pertinentes à vida em sociedade.

## **8 Considerações Finais**

Estudos e pesquisas sobre a pobreza e suas dimensões não são algo novo. Em todas as partes do mundo, nas universidades, na mídia, nas ruas, o tema sempre foi amplamente discutido. Algumas vezes, trata-se de discussões não científicas, orientadas por conceitos comuns e cotidianos, geralmente pautadas pelo que se vê. O fato é que o assunto aparentemente foi banalizado, sendo tratado como uma questão normal de todas as sociedades, modernas ou não. As afetações da pobreza para grande parte da população se banalizam de tal forma que se tornam motivo para chacota nas mídias sociais.

Certo dia ouvi de um amigo: “Sempre existiu pobre, eles brotam do chão”. De modo mais refinado, esse amigo queria me dizer que, por mais que o assunto seja tratado, a natureza do homem em sociedade sempre vai favorecer um sistema que proteja poucos e exponha a maioria a uma vida com poucos recursos. Acredito que Hobbes estava realmente certo quando disse que “o homem é o lobo do homem”, já que todo sistema excludente é elaborado pela atuação do homem em sociedade. Nesse sentido, questiono se encontraremos um modo de vida que abone uma parcela mais significativa de pessoas, ou, quem sabe, sua totalidade. Eu acredito que sim. De qualquer modo, compreendo que a pobreza possa até ser comum, mas não pode ser considerada normal ou mesmo como um projeto deliberado de sociedade.

De acordo com os relatos e resultados alcançados nesta pesquisa, foi possível mostrar, no papel, como a vida das pessoas desta cidade são afetadas pela pobreza, proveniente de um sistema excludente. A financeirização da riqueza é mais um sistema que promove exclusões, que favorece grandes bancos e rentistas, mas desfavorece a classe trabalhadora e realmente produtiva. As exclusões provêm das mais variadas formas: não ter acesso à saúde e à educação de qualidade; não morar com conforto; não ter uma casa; não ter segurança; não

poder dar aos filhos toda a alimentação desejada; não poder viajar com a família; não gostar do próprio emprego, mas permanecer nele por não ter outra opção; não se vestir como gostaria e se sentir diminuído por isso; se expor todos os dias no trânsito em uma motocicleta, com mulher e dois filhos na garupa, por não ter recursos suficientes para adquirir um meio de transporte mais adequado para a família. Tudo isso vemos diariamente nas ruas de Araguaína, e agora, por meio desta pesquisa, pudemos expor isso para que todos possamos refletir a respeito.

Não ter opções. Não ter liberdade de verdade. Como saber o que eu quero, ou não, se não tive todas as opções?

Portanto, é importante falar e questionar os nossos padrões socioeconômicos, na busca por uma opção ou pacto político que crie, ou promova, por intermédio do setor público, um mecanismo econômico mais redistributivo, que vise à liberdade plena do indivíduo por meio do desenvolvimento, trazendo oportunidades para todos. Parece um tanto utópico, mas acredito que expor o assunto no campo científico e mostrar à sociedade um novo prisma sobre a questão seja mais um passo dado no longo caminho para a mudança.

## REFERÊNCIAS

AGÊNCIA BRASIL. **Preço da cesta básica** [2020]. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/economia/noticia/2020-03/preco-da-cesta-basica-sobe-em-10-capitais-pesquisadas-pelo-dieese>. Acesso em: 03 abr. 2020.

AGÊNCIA BRASIL. **Dívida Pública 2019**. [2020]. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/economia/noticia/2020-01/divida-publica-fecha-2019-em-r-4249-trilhoes>. Acesso em: 04 maio 2020.

ARAGUAÍNA. **Turismo**, [2013]. Disponível em: <https://araguaina.to.gov.br/portal/paginas.php?p=turismo>. Acesso em: 10 maio 2019.

AUDITORIA CIDADÃ. **Gráfico do orçamento federal – 2019**. [2020a]. Disponível em: <https://auditoriacidada.org.br/conteudo/grafico-do-orcamento-federal-2019-2/>. Acesso em: 04 maio 2020.

AUDITORIA CIDADÃ. **Orçamento 2020 para a dívida pública**. [2020b]. Disponível em: <https://auditoriacidada.org.br/congresso-aprova-45-do-orcamento-de-2020-para-a-divida-2/>. Acesso em: 04 maio 2020.

BANCO CENTRAL DO BRASIL. **Pessoa Física – Cartão de crédito rotativo**, [2020]. Disponível em: [https://www.bcb.gov.br/estatisticas/reporttxjuros?path=conteudo%2Ftxcred%2FReports%2FtaxasCredito-Consolidadas-porTaxasAnuais.rdl&nome=Pessoa%20F%C3%ADsica%20-%20Cart%C3%A3o%20de%20cr%C3%A9dito%20rotativo&parametros=tipopessoa:1;modalidade:204;encargo:101&exibeparametros=false&exibe\\_paginacao=false](https://www.bcb.gov.br/estatisticas/reporttxjuros?path=conteudo%2Ftxcred%2FReports%2FtaxasCredito-Consolidadas-porTaxasAnuais.rdl&nome=Pessoa%20F%C3%ADsica%20-%20Cart%C3%A3o%20de%20cr%C3%A9dito%20rotativo&parametros=tipopessoa:1;modalidade:204;encargo:101&exibeparametros=false&exibe_paginacao=false). Acesso em: 11 jun. 2020.

BANCO LOSANGO. **Simulação**, [2020] – Disponível em: <https://www2.losango.com.br/emprestimo-online/Simulacao/SelecionarPlano>. Acesso em: 25 nov. 2020.

BANK FOR INTERNATIONAL SETTLEMENTS. **OTC derivatives statistics at end-june**, [2019]. Disponível em: [https://www.bis.org/publ/otc\\_hy1911.htm](https://www.bis.org/publ/otc_hy1911.htm). Acesso em: 04 maio 2020.

BANK FOR INTERNATIONAL SETTLEMENTS. **Global systemically important banks: Global systemically important banks: updated assessment methodology and the higher loss absorbency requirement**, [2013]. Disponível em: <https://www.bis.org/publ/bcbs255.pdf>. Acesso em: 09 abr. 2020.

BAUMAN, Zygmunt; DONSKIS, Leonidas. **Cegueira moral: a perda da sensibilidade na modernidade líquida**. Tradução Carlos Alberto Medeiros. Rio de Janeiro: Zahar, 2014.

BAUMAN, Zygmunt. **Babel**: entre a incerteza e a esperança. Rio de Janeiro: Zahar, 2016.

BECKER, B. **A urbe amazônica**: a floresta e a cidade. Rio de Janeiro: Garamond, 2013.

BERNSTEIN, Peter L. **Desafio aos Deuses**. 3. ed. Rio de Janeiro: Campus, 1997.

BELK, R. Are We What We Own? *In*: BENSON, A. (ed.). **I Shop, therefore I am**: compulsive buying and the search for the self. Northvale: Jason Aronson, 2000.

BRASIL. Ministério da Educação. **Quero bolsa** - Simulação FIES, [2020]. Disponível em: <https://querobolsa.com.br/fies/simulador#results>. Acesso em: 23 maio 2020.

BRASIL. Congresso Nacional. **Orçamento da União** – Exercício Financeiro de 2019, [2019a]. Disponível em: [https://www.camara.leg.br/internet/comissao/index/mista/orca/orcamento/OR2019/red\\_final/Volume\\_I.pdf](https://www.camara.leg.br/internet/comissao/index/mista/orca/orcamento/OR2019/red_final/Volume_I.pdf). Acesso em: 04 maio 2020.

BRASIL. Ministério da Economia – Secretaria de Trabalho. **PDET – Programa de Disseminação das Estatísticas do Trabalho**, [2019b]. Disponível em: <http://pdet.mte.gov.br/caged>. Acesso em: 17 jun. 2019.

BRASIL. Ministério da Cidadania. **Bolsa família**, [2018]. Disponível em: <http://mds.gov.br/area-de-imprensa/noticias/2018/marco/bolsa-familia-repassa-r-2-5-bilhoes-a-beneficiarios-em-marco>. Acesso em: 15 maio 2019.

BRITO, Maria Campos Alves de. **Desenvolvimento compartilhado de reservatórios comuns entre Estados**. Rio de Janeiro: E-papers, 2006.

BRITO, E. P. de. **O papel de Palmas-TO na rede de integração regional**. 2009. 262 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Federal da Grande Dourados, Dourados-MS, 2009.

CAMARANO, A. A. *et al.* Famílias: espaço de compartilhamento de recursos e vulnerabilidades. *In*: CAMARANO, A. M. (org.). **Os novos idosos Brasileiros**: muito além dos 60? Rio de Janeiro: IPEA, 2004.

CARNAÚBA, Maria Érbia Cássia. Sobre a distinção entre a Teoria Tradicional e Teoria Crítica em Max Horkheimer. **Kíneses**, v. 2, n. 03, p. 195-204, abr. 2010.

CARVALHO, J. Eduardo. **Metodologia do Trabalho Científico**. 1. ed. Goiânia: Decklei, 2015.

CASTEL, R. **As metamorfoses da questão social**: uma crônica do salário. Petrópolis: Vozes, 1998.

CASTRO, E. M. R. **Cidades na Floresta**. 1. ed. São Paulo/Belém: Annablume/NAEA-UFPA, 2008.

CHESNAIS, F. **A mundialização do capital**. São Paulo: Xamã, 1996.

CONFEDERAÇÃO NACIONAL DE DIRIGENTES LOJISTAS. **34% dos micro e pequenos empresários consideram difícil contratar crédito, aponta indicador CNDL/SPC Brasil**, [2019]. Disponível em: <https://site.cndl.org.br/34-dos-micro-e-pequenos-empresarios-consideram-dificil-contratar-credito-aponta-indicador-cndlspc-brasil/>. Acesso em: 2 jun. 2019.

Davies, James; Lluberias, Rodrigo; Shorrocks, Anthony. CREDIT SUISSE. **Global Wealth Databook**. 2018.

DIRETORIA DE PESQUISA E INFORMAÇÕES ESTATÍSTICAS. **Base de Dados Geográficos do Tocantins**. Araguaína-TO. (2013).

DONZELOT, Jacques; JAILLET, Marie Christine. **La nouvelle question urbaine**: actes du séminaire. PUCA, Ministère de L'équipement, des Transports et du Logement, Actes du Séminaire, 1999.

DOWBOR, Ladislau. **A era do capital improdutivo**: Por que oito famílias têm mais riqueza do que a metade da população do mundo? São Paulo: Autonomia Literária, 2017.

FERRARI, Pedro. **A dinâmica da pesquisa na área de filosofia e educação no programa de pós-graduação em educação da FE/unicamo**: teses de doutoramento defendidas no grupo de estudos e pesquisas em filosofia e educação paideia (1985 – 2002). 2008. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação da Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2008.

FINANCIAL STABILITY BOARD. **List of global systemically important banks (G-SIBs)** [2019]. Disponível em: <https://www.fsb.org/wp-content/uploads/P221119-1.pdf>. Acesso em: 09 abr. 2020.

FORBES. **Visa e Mastercard podem ser próximas empresas de U\$ 1 tri**, [2020]. Disponível em: <https://forbes.com.br/last/2020/01/visa-e-mastercard-podem-ser-proximas-empresas-de-us-1-tri/>. Acesso em: 09 abr. 2020.

FRAGA, Érica; CARNEIRO, Mariana. Asfixia financeira das empresas ameaça recuperação da economia. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 7 ago. 2016. Caderno mercado, p. 6.

FUNDO MONETÁRIO INTERNACIONAL. **Relatório anual 2019**: Nosso mundo conectado, [2019]. Disponível em: <https://www.imf.org/external/pubs/ft/ar/2019/eng/assets/pdf/imf-annual-report-2019-pt.pdf>. Acesso em: 04 maio 2020.

FORTUNE. Perfil da empresa Walmart, [2020]. Disponível em: <https://fortune.com/company/walmart/fortune500/>. Acesso em: 27 dez. 2020.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

GLEWWE P.; HALL, G. Who is most vulnerable to macroeconomic shocks? Hypothesis tests based on panel data from Peru. **Journal of Development Economics**, v. 56, 181-206, 1998.

GRÜN, Roberto. Modelos de empresa, modelos de mundo: sobre algumas características culturais da nova ordem econômica e da resistência a ela. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, n. 14, p. 121-140, 1999.

GRÜN, Roberto. Decifra-me ou te devoro! As finanças e a sociedade brasileira. **MANA**, v. 13, n. 2, p. 381-410, 2007. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/mana/v13n2/04.pdf>. Acesso em: 25 out. 2020.

IANNI, O. **Teorias da Globalização**. Rio de Janeiro: Ed. Civilização Brasileira, 1995.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Araguaína-TO**, [2020]. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados/to/araguaina.html>. Acesso em: 1 jun. 2019.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Araguaína-TO**, [2018]. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/to/araguaina/pesquisa/19/29765?ano=2016&indicador=2976%204&tipo=ranking>. Acesso em: 2 jun. 2019.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Desemprego Brasil**, [2020b]. Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/27535-desemprego-sobe-para-12-2-e-atinge-12-9-milhoes-de-pessoas-no-1-trimestre>. Acesso em: 4 maio 2020.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua - PNAD Contínua**, [2020]. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/trabalho/9173-pesquisa-nacional-por-amostra-de-domicilios-continua-trimestral.html?=&t=resultados>. Acesso em: 09 jun. 2020.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Produto Interno Bruto**, [2020]. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/explica/pib.php>. Acesso em: 28 jan. 2021.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Tocantins**, [2020]. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/to/pesquisa/19/29765>. Acesso em: 27 dez. 2020.

HENRY, James. Tax Justice Network. **The Price of Off-Shore Revisited**, [2014]. Disponível em: <http://www.taxjustice.net/wp-content/uploads/2014/06/The-Price-of-Offshore-Revisited-notes-2014.pdf>. Acesso em: 10 abr. 2020.

INSTITUTO BRASILEIRO DE PLANEJAMENTO E TRIBUTAÇÃO. **Sonegação Fiscal das Empresas**, [2018]. Disponível em: <https://ibpt.com.br/sonegacao-fiscal-da-empresas/>. Acesso em: 10 abr. 2020.

JP MORGAN CHASE & Co. **Annual Report**, [2018]. Disponível em: <https://www.jpmorganchase.com/content/dam/jpmc/jpmorgan-chase-and-co/investor-relations/documents/annualreport-2018.pdf>. Acesso em: 09 abr. 2020.

KATZ, Cláudio; BRAGA, Rui; CEGGIOLA, Osvaldo. **Novas Tecnologias**. Crítica da atual reestruturação produtiva. São Paulo, Xamã, 1995.

KORTEN, David C. **Agenda for a new economy**. From phantom wealth to real wealth. [2009]. Disponível em: [https://issuu.com/localmoney/docs/david\\_korten\\_-\\_agenda\\_for\\_a\\_new\\_eco](https://issuu.com/localmoney/docs/david_korten_-_agenda_for_a_new_eco). Acesso em: 09 abr. 2020.

KOWARICK, Lúcio. Sobre a vulnerabilidade socioeconômica e civil: Estados Unidos, França e Brasil. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v.18, n. 51, p. 61-85, fev. 2003. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/rbcsoc/v18n51/15986.pdf>. Acesso em: 01 jun. 2019.

KRUGMAN, Paul; WELLS, Robin. Por qué las Caídas Son Cada Vez Mayores. **Nueva Sociedad**, n. 236, p. 104-113, nov./dez. 2011. Disponível em: <https://nuso.org/articulo/por-que-las-caidas-son-cada-vez-mayores-entre-la-codicia-y-el-fraude/>. Acesso em: 07 abr. 2020.

LEFEBVRE, Henri. **O Direito à Cidade**. São Paulo: Centauro, 2011.

LEMOS, Leandro Antonio de. **Fordismo, toyotismo e novos paradigmas econômicos**. Análise, Porto Alegre, v. 1, n. 5, p. 513-521, 1991.

LOCKE, J. **Dois tratados sobre o governo**. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

LOCKE, J. **Segundo tratado sobre o governo**. São Paulo: Martins Claret, [1998] 2002.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos de metodologia científica**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2003.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Metodologia do trabalho científico: procedimentos básicos; pesquisa bibliográfica; projeto e relatório; publicações e trabalhos científicos**. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2009.

MARGINSON, David; MCAULAY, Laurie. Exploring the debate on short-termism: a theoretical and empirical analysis. **Strategic Management Journal**, v. 29, p. 273-292, 2008. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1002/smj.657>. Acesso em: 25 jun. 2020.

MARX, Karl. **Manuscritos Econômico-Filosóficos**. São Paulo: Martin Claret, 2001.

MARX, Karl. **O Capital**. 3. ed. São Paulo: Nova Cultural, 1988. v. 2.

MINAYO, M. C. de S. (org.). **Pesquisa social: teoria método e criatividade**. 17. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 1994.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. **FIES**. QueroBolsa. [2020] Disponível em: <https://querobolsa.com.br/fies/simulador#results>. Acesso em: 25 abr. 2020

MORIN, François. **L'Hydre Mondiale: L'Oligopole Bancaire**. Lux Editeur: Québec, 2015.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. Addis Ababa Action Agenda of the Third International Conference on Financing for Development, [2015]. Disponível em: <https://sustainabledevelopment.un.org/frameworks/addisababaactionagenda>. Acesso em: 04 mar. 2020.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **ONU: fome atinge mais de 820 milhões de pessoas no mundo.** [2019]. Disponível em: <https://news.un.org/pt/story/2019/07/1680101>. Acesso em: 03 abr. 2020.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **Journné Mondiale Des Toilettes**, [2018]. Disponível em: [https://www.un.org/fr/events/toiletday/assets/pdf/wtd\\_2018\\_fact\\_sheet\\_fr.pdf](https://www.un.org/fr/events/toiletday/assets/pdf/wtd_2018_fact_sheet_fr.pdf). Acesso em: 09 jun. 2020.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. População mundial deve chegar a 9,7 bilhões de pessoas em 2050, diz relatório da ONU, [2019]. Disponível em: <https://brasil.un.org/pt-br/83427-populacao-mundial-deve-chegar-97-bilhoes-de-pessoas-em-2050-diz-relatorio-da-onu>. Acesso em: 03 abr. 2020.

PAINE, Thomas. **Senso comum: os direitos do homem.** Tradução Ricardo Doninelli-Mendes. São Paulo: Martin Claret, 2005.

PAMPLONA, João Batista. **Exclusão e heterogeneidade na inserção no novo padrão capitalista de organização da produção.** Pesquisa e Debate, volume 7, nº2 (9), p. 138- 156, 1996.

PIKETTY, Thomas. **Le Capital au XXI<sup>o</sup> Siècle.** Paris: Éditions du Seuil, 2013.

PIKETTY, Thomas; SAEZ, Emmanuel; ZUCMAN, Gabriel. “Dados de replicação para: Contas de distribuição: métodos e estimativas para os Estados Unidos”. Harvard Dataverse (2017). doi: 10.7910/dvn/slxcej

PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO. **Atlas do Desenvolvimento Humano do Brasil**, [2010]. Disponível em: <http://www.atlasbrasil.org.br>. Acesso em: 01 jun. 2019.

REVISTA EXAME. **Negócios**, [2019]. Disponível em <https://exame.com/negocios/itau-vai-fechar-400-agencias-ate-o-fim-do-ano/>. Acesso em: 27 dez. 2020.

RIFKIN, Jeremy. **O fim dos empregos: o declínio inevitável dos níveis dos empregos e a redução da força global de trabalho.** São Paulo: Makron Books, 1996.

SANTOS. M. **A urbanização brasileira.** 5. ed. São Paulo, Edusp, 2008.

SEN, A. **Desenvolvimento como liberdade.** São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

SERVIÇO DE PROTEÇÃO AO CRÉDITO. **Contratar empresa para limpar o nome não valeu a pena para 43% de ex-negativados que utilizaram o serviço, mostram CNDL/SPC Brasil**, [2019]. Disponível em: <https://www.spcbrasil.org.br/pesquisas/pesquisa/6281>. Acesso em: 2 jun. 2019.

SHAXSON, Nicolas. **Treasure Islands: Uncovering the Damage of Offshore Banking and Tax Havens.** New York: St. Martin’s Press, 2011.

SINDICATO DOS EMPREGADOS NO COMÉRCIO NO ESTADO DO TOCANTINS. **Quem somos**, [2018]. Disponível em: <https://www.seceto.com.br/quem-somos/>. Acesso em: 25 maio 2019.

SUZIGAN, Wilson. *et al.* **Reestruturação industrial e competitividade internacional**. Parte I - Reestruturação industrial e competitividade nos países avançados e nos NICs Asiáticos: Lições para o Brasil. São Paulo: SEADE, 1989. p. 07-32.

TARACHUQUE, J.; SOUZA, W. Bioética e vulnerabilidade da população em situação de rua. **Telecomunicação**, Porto Alegre, v. 43, n. 1, p. 145-169, 2013.

TAX JUSTICE NETWORK. **US \$ 427 bilhões perdidos para paraísos fiscais todos os anos: estudo histórico revela perdas e piores criminosos em países**. [2020]. Disponível em: <https://www.taxjustice.net/2020/11/20/427bn-lost-to-tax-havens-every-year-landmark-study-reveals-countries-losses-and-worst-offenders/>. Acesso em: 28 dez. 2020.

THE ECONOMIST. **The Missing \$20 trillion**. Special Report on Offshore Finance. [2013]. Disponível em: <https://www.economist.com/special-report/2013/02/14/storm-survivors>. Acesso em: 25 mar. 2020

VALVERDE, O.; DIAS, C. V. **A rodovia Belém-Brasília**: estudo de Geografia Regional. Rio de Janeiro: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia, 1967.

VAROUFAKIS, Yanis. **O minotauro global**: a verdadeira origem da crise financeira e o futuro da economia global. Tradução Marcela Verneck; prefácio Leda Pauline. São Paulo: Autonomia Literária, 2016.

VELHO, Otávio (org.). **O fenômeno urbano**. Rio de Janeiro: Guanabara, 1987.

VIGNOLI, Jorge Rodríguez. Vulnerabilidad y grupos vulnerables: un marco de referencia conceptual mirando a los jóvenes. Naciones Unidas: **Cepal**, Santiago, p. 01-62, ago. 2001. Disponível em: [https://repositorio.cepal.org/bitstream/handle/11362/7150/S018659\\_es.pdf](https://repositorio.cepal.org/bitstream/handle/11362/7150/S018659_es.pdf). Acesso em: 01 jun. 2019.

VITALI, Stefania; GLATTFELDER, James. B.; BATTISTON, Stefano. **The Network of Global Corporate Control**. [2011]. Disponível em: <https://journals.plos.org/plosone/article/related?id=10.1371/journal.pone.0025995>. Acesso em: 07 abr. 2020.

WORD BANK. **PIB (US \$ corrente) – Brasil**. [2020]. Disponível em: <https://data.worldbank.org/indicador/NY.GDP.MKTP.CD?locations=BR>. Acesso em: 28 dez. 2020.

YUNES, M. A. M.; SZYMANSKI, H. Resiliência: noção, conceitos afins e considerações críticas. *In*: TAVARES, J. (org.). **Resiliência e educação**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2001.

**APÊNDICE 1 - QUESTIONÁRIO SOCIOECONÔMICO**

1. Código de identificação: \_\_\_\_\_
2. Quantos anos tem? \_\_\_\_\_
3. Estado civil:
  - (A) Solteiro(a).
  - (B) Casado(a) / mora com um(a) companheiro(a).
  - (C) Separado(a) / divorciado(a) / desquitado(a).
  - (D) Viúvo(a).
4. Como você se considera:
  - (A) Branco(a).
  - (B) Pardo(a).
  - (C) Preto(a).
  - (D) Amarelo(a).
  - (E) Indígena.
5. Quantas pessoas moram com você? (incluindo filhos, irmãos, parentes e amigos)  
(Marque apenas uma resposta)
  - (A) Moro sozinho.
  - (B) Uma a três.
  - (C) Quatro a sete.
  - (D) Oito a dez.
  - (E) Mais de dez.
6. A casa onde você mora é? (Marque apenas uma resposta)
  - (A) Própria.
  - (B) Alugada. Qual o valor pago mensalmente? \_\_\_\_\_
  - (C) Cedida – por quem? \_\_\_\_\_
  - (D) Financiada. Qual o valor pago mensalmente? \_\_\_\_\_
7. Sua casa está localizada em? (Marque apenas uma resposta)
  - (A) Zona rural.
  - (B) Zona urbana.
  - (C) Comunidade indígena.
  - (D) Comunidade quilombola.
8. Qual é o nível de escolaridade do seu pai? (Marque apenas uma resposta)
  - (A) Do 1<sup>a</sup> ao 5<sup>a</sup> ano do Ensino Fundamental (antigo primário).
  - (B) Do 6<sup>a</sup> ao 9<sup>o</sup> ano do Ensino Fundamental (antigo ginásio).
  - (C) Ensino Médio (antigo 2<sup>o</sup> grau).
  - (D) Ensino Superior.
  - (E) Especialização.
  - (F) Não estudou.

(G) Não sei.

9. Qual é o nível de escolaridade da sua mãe? (Marque apenas uma resposta)

- (A) Do 1<sup>a</sup> ao 5<sup>a</sup> ano do Ensino Fundamental (antigo primário).
- (B) Do 6<sup>a</sup> ao 9<sup>o</sup> ano do Ensino Fundamental (antigo ginásio).
- (C) Ensino Médio (antigo 2<sup>o</sup> grau).
- (D) Ensino Superior.
- (E) Especialização.
- (F) Não estudou.
- (G) Não sei.

10. Qual seu nível de escolaridade? (Marque apenas uma resposta)

- (A) Do 1<sup>a</sup> ao 5<sup>a</sup> ano do Ensino Fundamental (antigo primário).
- (B) Do 6<sup>a</sup> ao 9<sup>o</sup> ano do Ensino Fundamental (antigo ginásio).
- (C) Ensino Médio (antigo 2<sup>o</sup> grau).
- (D) Ensino Superior.
- (E) Especialização.
- (F) Não estudou.

11. Você cursou ensino médio e fundamental em:

- (A) Escolas públicas em sua totalidade.
- (B) A maior parte (mais de 55%) em escolas públicas.
- (C) Metade em escolas públicas, metade em escolas privadas.
- (D) A maior parte (mais de 55%) em escolas privadas.
- (E) Em escolas privadas inteiramente.

12. Você cursou ou cursa o ensino superior em universidade pública?

- (A) Sim.
- (B) Não.

13. Você cursa ou cursou ensino superior em universidade privada?

- (A) Sim, sem bolsa; Valor: \_\_\_\_\_ Ano: \_\_\_\_\_
- (B) Sim, com bolsa.
- (C) Não.
- (D) Se obtém ou obteve bolsa, favor especificar o tipo de bolsa concedida: \_\_\_\_\_

14. Se teve bolsa, qual foi a instituição financiadora? \_\_\_\_\_

15. Sabe quais as condições e taxas do crédito estudantil?

- (A) Sim. \_\_\_\_\_
- (B) Não.
- (C) Não sabia que existia crédito educativo.

16. Somando a sua renda com a renda das pessoas que moram com você, quanto é, aproximadamente, a renda familiar mensal? (Marque apenas uma resposta)

- (A) Nenhuma renda.
- (B) Até 1 salário mínimo

- (C) De 1 a 3 salários mínimos.
- (D) De 3 a 6 salários mínimos.
- (E) De 6 a 9 salários mínimos.
- (F) De 9 a 12 salários mínimos.
- (G) De 12 a 15 salários mínimos.
- (H) Mais de 15 salários mínimos.

17. Qual a sua renda mensal, aproximadamente? (Marque apenas uma resposta)

- (A) Nenhuma renda.
- (B) Até 1 salário mínimo.
- (C) De 1 a 3 salários mínimos.
- (D) De 3 a 6 salários mínimos.
- (E) De 6 a 9 salários mínimos.
- (F) De 9 a 12 salários mínimos.
- (G) De 12 a 15 salários mínimos.
- (H) Mais de 15 salários mínimos.

18. Indique o grau de importância de cada um dos motivos abaixo na sua decisão de trabalhar:

*(Atenção: 0 indica nenhuma importância e 5 maior importância.)*

- |  |                          |
|--|--------------------------|
| Ajudar nas despesas com a casa                     | (0 – 1 – 2 – 3 – 4 – 5). |
| Sustentar minha família (esposo/a, filhos/as etc.) | (0 – 1 – 2 – 3 – 4 – 5). |
| Ser independente (ganhar meu próprio dinheiro)     | (0 – 1 – 2 – 3 – 4 – 5). |
| Adquirir experiência                               | (0 – 1 – 2 – 3 – 4 – 5). |
| Custear/pagar meus estudos                         | (0 – 1 – 2 – 3 – 4 – 5). |

19. Quantas horas semanais você trabalha? (Marque apenas uma resposta)

- (A) Sem jornada fixa, até 10 horas semanais.
- (B) De 11 a 20 horas semanais.
- (C) De 21 a 30 horas semanais.
- (D) De 31 a 40 horas semanais.
- (E) Mais de 40 horas semanais.

20. Com que idade você começou a trabalhar? (Marque apenas uma resposta)

- (A) Antes dos 14 anos.
- (B) Entre 14 e 16 anos.
- (C) Entre 17 e 18 anos.
- (D) Após 18 anos.

21. Há quanto tempo você está trabalhando nessa atividade?

- (A) Menos de 1 ano.
- (B) Entre 1 e 2 anos.
- (C) Entre 2 e 4 anos.
- (D) Mais de 4 anos.

22. Qual a sua participação na vida econômica do grupo familiar?

- (A) Trabalho e sou sustentado parcialmente por minha família ou outras pessoas.
- (B) Trabalho e sou responsável apenas por meu próprio sustento.

- (C) Trabalho, sou responsável por meu próprio sustento e ainda contribuo parcialmente para o sustento da família.
- (D) Trabalho e sou o principal responsável pelo sustento da família.

23. Você estudou e trabalhou simultaneamente? Como você avalia ter trabalhado durante seus estudos? (Marque apenas uma resposta)

- (A) Atrapalhou meus estudos.
- (B) Possibilitou meus estudos.
- (C) Possibilitou meu crescimento pessoal.
- (D) Não atrapalhou meus estudos.
- (E) Possibilitou pagar os estudos, mas comprometeu seu rendimento escolar.

24. Você já reprovou alguma vez? (Marque apenas uma resposta)

- (A) Não, nunca.
- (B) Sim, uma vez.
- (C) Sim, duas vezes.
- (D) Sim, três vezes ou mais.

25. Qual principal motivo faria você voltar a estudar ou continuar estudando?

(Marque apenas uma resposta)

- (A) Conseguir um emprego.
- (B) Progredir no emprego atual.
- (C) Conseguir um emprego melhor.
- (D) Adquirir mais conhecimento, ficar atualizado.
- (E) Atender à expectativa de meus familiares sobre meus estudos.
- (F) Não pretendo voltar a estudar.

26. Se você deixou de frequentar a escola regular, quantos anos você tinha? (Marque apenas uma resposta)

- (A) Nunca frequentei a escola.
- (B) Estou frequentando a escola.
- (C) Menos de 10 anos.
- (D) Entre 10 e 14 anos.
- (E) Entre 15 e 18 anos.
- (F) Entre 19 e 24 anos.
- (G) Entre 25 e 30 anos.
- (H) Mais de 30 anos.

27. Você cursa ou já cursou a Educação de Jovens e Adultos – EJA? (Marque apenas uma resposta)

- (A) Sim.
- (B) Não.

28. No seu domicílio há (quantos?)

- (A) Aparelho de Som? \_\_\_\_
- (B) Televisão? \_\_\_\_
- (C) DVD? \_\_\_\_
- (D) Geladeira? \_\_\_\_

- (E) Freezer independente? \_\_\_\_
- (F) Máquina de lavar roupa? \_\_\_\_
- (G) Computador (micro, laptop ou notebook)? \_\_\_\_
- (H) Telefone fixo? \_\_\_\_
- (I) Telefone celular? \_\_\_\_
- (J) TV por assinatura? \_\_\_\_
- (K) Automóvel? \_\_\_\_
- (L) Motocicleta? \_\_\_\_
- (M) Máquina de lavar louça.
- (N) Internet.

29. Que meio de transporte você usa diariamente?

- (A) Bicicleta.
- (B) Ônibus (transp. público).
- (C) Mototáxi.
- (D) Táxi.
- (E) Moto (própria).
- (F) Carro (próprio).
- (G) Nenhum.

30. Como adquiriu o bem? Quando?

- (A) Financiado. \_\_\_\_\_
- (B) Consórcio. \_\_\_\_\_
- (C) Cedido. \_\_\_\_\_
- (D) Comprou à vista. \_\_\_\_\_
- (E) Comprou zero Km. \_\_\_\_\_
- (F) Comprou usado. \_\_\_\_\_

31. Paga ou já pagou parcela de carro ou moto? Qual o valor da parcela? Em quantas parcelas foi o seu contrato?

- (A) Sim. \_\_\_\_\_
- (B) Não.

32. Você sabe quais as taxas de juros mensal e anual aplicadas ao seu contrato?

- (A) Sim. Quais foram? \_\_\_\_\_; \_\_\_\_\_
- (B) Não.

33. Quanto gasta de combustível por mês?

R= \_\_\_\_\_

34. Tem plano de saúde?

- (A) Não.
- (B) Sim. Quanto paga mensalmente por ele em média? \_\_\_\_\_

35. Você usa cartão de crédito?

- (A) Sim.
- (B) Não.
- (C) Já tive, mas cancelei. Motivo: \_\_\_\_\_

36. Você tem conta-corrente?

(A) Sim.

(B) Não.

(C) Cancelei. Motivo: \_\_\_\_\_

37. Você utiliza aplicativo do banco no celular ou outro meio digital?

(A) Sim.

(B) Não.

38. Você sabe o que a CET?

(A) Sim. \_\_\_\_\_

(B) Não.

(C) Parcialmente.

39. Você sabe o que é IOF?

(A) Sim. \_\_\_\_\_

(B) Não.

(C) Parcialmente, não sabe qual o % de tributação.

**APÊNDICE 2 - ROTEIRO DE ENTREVISTA GRAVADA (ÁUDIO)**

Código de identificação do participante.

Em que você trabalha atualmente?

Você trabalha ou trabalhou muito tempo nesse ramo?

Sempre quis trabalhar nisso ou veio pela oferta de trabalho?

Você acredita que seu emprego é estável ou tem medo de ser demitido?

Pretende ficar nesse ramo por muito tempo ou tem outras aspirações?

O que te impede de fazer o que realmente quer?

Já ficou ou está desempregado?

Por quanto tempo?

Você acha que foi fácil ou difícil encontrar uma nova vaga de emprego?

Quando você aceitou a vaga, você pôde negociar o salário?

Recebe algum benefício de programa federal? Qual programa e qual valor?

Se sente ou já foi discriminado por isso de algum modo?

Você tem conta-corrente? Você utiliza cartão de débito?

Você paga pacote da sua conta-corrente? Sabe qual o valor? Sabe quais os benefícios do pacote?

Paga ou já pagou parcela de carro ou moto? Qual o valor da parcela? Em quantas parcelas foi o seu contrato? Ainda paga?

Você conta com a ajuda de alguém para pagar essas parcelas?

Quando você fez o contrato de aquisição do bem, o funcionário da instituição financeira responsável informou a você quais eram as taxas mensal e anual?

Você tem cartão de crédito? Ou já teve?

Sabe como funciona e qual a taxa média do crédito rotativo do cartão?

Já precisou de crédito pessoal? Na sua percepção as taxas que você utilizou são baixas ou altas? Você se lembra dos valores contratados: valor financiado, plano e parcelas?

Teve dificuldades para pagar?

Alguém da sua família está com o nome negativado?

Na sua percepção, o que você acha que pode ter acontecido para causar isso?

Você tem financiamento imobiliário? Já tentou realizar esse tipo de financiamento?

Na sua percepção, achou fácil ou difícil acessar esse tipo de crédito?

Quais os dados do financiamento, valor financiado, plano, parcelas e taxa anual?

Você conta com a ajuda de alguém para pagar essas parcelas?

Na sua percepção, você é bem remunerado?

Acredita que seu salário é justo? Por quê?

Você costuma poupar? Quanto?

Na sua percepção, qual a importância de poupar?

Você tem filhos na escola? Pública ou privada? Quanto gasta em média?

Você se considera endividado? Por quê?

Você costuma comprar todos os produtos alimentícios de que você e sua família gostam?

Você se veste e calça exatamente como gostaria?

Você costuma frequentar eventos culturais? Quais? Eles são pagos?

Na sua percepção, sua renda lhe permite fazer todas as atividades de lazer que gostaria?

Na sua percepção, sua renda é suficiente para suprir todas as suas necessidades e de sua família?

Na sua percepção, o que o poder público poderia fazer para tornar a sua vida financeira melhor?

Em relação ao seu local de trabalho, você já observou se houve redução do quadro de funcionários? Se sim, sabe quais foram os motivos?

Você já teve que acumular função por causa disso? Teve compensação salarial?

Paga seguro de carro? Qual o valor?

Paga sistema de segurança em sua casa? Ou teve alguma despesa em relação a isso?

Já tentou alguma vez fazer um empréstimo e desistiu? Qual o motivo?